

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

FONSECA FILHO, Olympio Oliveira Ribeiro Da. *Olympio da Fonseca (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 138p.

**OLYMPIO DA FONSECA  
(depoimento, 1977)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Luís Fernando Ferreira; Maria Clara Mariani; Simon Schwartzman; Tjerk Franken

levantamento de dados: Patrícia Campos de Sousa

pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Equipe

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 09/02/1977 a 30/03/1977

duração: 6h

fitas cassete: 04

páginas: 138

Entrevista realizada no contexto do projeto "História da ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC." Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984).

temas: Administração Pública, Artur Moses, Atividade Acadêmica, Bolsa de Estudo, Campanhas Sanitárias, Carlos Chagas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Departamento Administrativo do Serviço Público, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ensino Superior, Estados Unidos, Evandro Chagas, Expedições Científicas, Formação Profissional, Fundação Rockefeller, História da Ciência, Instituições Acadêmicas, Instituições Científicas, Instituto Oswaldo Cruz, Medicina, Metodologia de Pesquisa, Oswaldo Cruz, Pesquisa Científica e Tecnológica, Química, Reforma Educacional, Saúde Pública

## *Sumário*

### Sumário da 1ª entrevista:

O ensino médico no Brasil no início do século: a influência francesa; a modernização da medicina americana no fim do século XIX e a organização da Escola Johns Hopkins; o curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; a reforma do ensino médico nos EUA e sua influência no Brasil; a vocação científica; o estágio no laboratório de Hildegardo de Noronha; a experiência na Clínica de Dermatologia; a contratação de Emílio Brumpt pela Faculdade de Medicina de São Paulo; a atividade científica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: o pioneirismo de Álvaro Osório de Almeida; o início da carreira docente nessa faculdade; o curso de aplicação do Instituto Oswaldo Cruz; a contribuição científica de Henrique de Figueiredo Vasconcelos; a contratação de Max Hartmann, Stanislas von Prowazek e G. Giemsa pelo Instituto; a participação de Henrique da Rocha Lima na comissão organizada pelo governo alemão para debelar o tifo exantemático; as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; as relações com Carlos Chagas; as repercussões de sua tese sobre os flagelados do homem e dos animais; a especialização na Universidade Johns Hopkins e no Departamento de Agricultura dos EUA; a bolsa da Fundação Rockefeller para estagiar no Hospital Saint-Louis, sob a orientação de R. Sabouraud, e no laboratório de Emílio Brumpt, na Universidade de Paris; o início da atuação da Fundação Rockefeller no Brasil: o auxílio à Faculdade de Medicina de São Paulo e ao Instituto de Manguinhos; a campanha de erradicação da malária do país; as pesquisas sobre a cromoblastomicose realizadas com Magalhães do Souto; a Seção de Micologia Médica do Instituto Oswaldo Cruz; o convite para organizar e dirigir o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); a luta pelo poder no Instituto Oswaldo Cruz: as divergências entre o grupo de Cardoso Fontes e Figueiredo Vasconcelos e o de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas; o fim da "verba da manqueira" na década de 30; a gestão de Cardoso Fontes em Manguinhos; a atuação do DASP; a substituição a Henrique Aragão na direção do Instituto Oswaldo Cruz; sua gestão em Manguinhos: a modernização das aparelhagens e a aquisição do microscópio eletrônico; a tentativa de vinculação do Instituto à Universidade do Brasil; a participação no conselho deliberativo do CNPq; a presidência de Álvaro Alberto nesse órgão: a relação com os cientistas, o auxílio ao Instituto Oswaldo Cruz; a campanha contra o Instituto durante a gestão do entrevistado.

### Sumário da 2ª entrevista:

A luta pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia; as finalidades do Instituto de Manguinhos; a contratação de Carneiro Felipe para organizar a Seção de Química desse instituto; o treinamento de Nicanor Botafogo Gonçalves na Alemanha e o curso de química ministrado por esse cientista em Manguinhos; o setor de química do INPA: a contratação de Alkmann, o programa de celulose; a química no Rio de Janeiro na época: Mário Saraiva e Fritz Feigl; os entraves ao desenvolvimento da química no Brasil; a pesquisa pura e a pesquisa aplicada no Instituto Oswaldo Cruz; a formação da equipe inicial de pesquisadores desse instituto e o impacto da Lei de Desacumulação de Cargos; a escola de entomologia de Ângelo da Costa Lima; a situação atual do Instituto de Manguinhos; as linhas de pesquisa do entrevistado; o trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Higiene, refutando a tese de Noguchi sobre o agente etiológico da febre amarela; ciência pura e ciência aplicada; a experiência como administrador: as relações com o DASP; o recrutamento dos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz; a contribuição científica de Chaudin; a fraude no trabalho científico; a organização da Seção de Micologia Médica de Manguinhos; as pesquisas

desenvolvidas no Jardim Botânico; a experiência como diretor de campo da Fundação Rockefeller; a especialização em micologia e parasitologia na Universidade Johns Hopkins, sob as orientações de Gilchrist, Mac Callum e Duncan Johnson; os estágios nos laboratórios de Erwin Smith e Charles Thom no Departamento de Agricultura dos EUA; a micologia no Brasil na época; a especialização no Hospital Saint-Louis e nas Universidades de Paris e Lyon; a Seção de Micologia Médica do Instituto Oswaldo Cruz: a colaboração com a Clínica Dermatológica, o prestígio internacional, a publicação de trabalhos na revista Brasil Médico, a descrição da cromoblastomicose; os trabalhos sobre as dermatoses de populações indígenas; as pesquisas realizadas no Extremo Oriente como delegado do Comitê de Higiene da Liga das Nações.

Sumário da 3ª entrevista:

Os trabalhos de Evandro Chagas sobre a leishmaniose visceral; a expedição científica ao Alto Paraná; o Hospital Oswaldo Cruz; a influência de Manguinhos sobre os demais institutos de pesquisa do país; a atividade científica na universidade e nos institutos isolados; a formação dos jovens pesquisadores; os discípulos de Olímpio da Fonseca; o cientista de campo; o prestígio da escola de helmintologia de Lauro Travassos; a decadência do Instituto Oswaldo Cruz; os discípulos de Carlos Chagas; a formação de Rocha Lima; a importância dos museus; a repercussão de seus trabalhos junto à comunidade científica; as crises do Instituto de Manguinhos durante a gestão de Oswaldo Cruz: a disputa pelos lucros na vacina da manqueira, as divergências entre Oswaldo Cruz e Artur Moses; o papel da Academia Brasileira de Ciências; a atuação da Academia Nacional de Medicina; a representatividade do CNPq; a contribuição desse órgão ao desenvolvimento científico do país; a orientação de Álvaro Alberto.

1ª ENTREVISTA Rio, 09/02/1977

S.S. – Apesar de já lhe terem explicado como é o nosso projeto, vamos repetir um pouco: estamos fazendo entrevistas com uma série de pessoas, que como o senhor, tiveram um papel importante na criação da Ciência Brasileira contemporânea.

Estamos fazendo um estudo da História da Ciência, mas, ao fazê-lo, interessamo-nos pouco pela história do século XIX; o que mais nos interessa é essa história que teve conseqüências ainda vivas hoje e que tem continuidade. É poder entender essas experiências que, como Manguinhos, deram certo, foram importantes e que deixaram frutos que ainda hoje existem, transformados de uma forma ou de outra. E, em geral, o que se tem feito para essas conversas é pedir um relato tão extenso quanto for necessário, da formação, vida e experiência profissional dos entrevistados.

O.F. – Esse assunto tem interessado muita gente, sobretudo nos Estados Unidos. Nestes 10 ou 15 anos, vieram aqui quatro ou cinco historiadores de Ciência para saber como surgiu o Instituto Oswaldo Cruz; como foi possível, tão rapidamente, se organizar uma escola científica com resultados inteiramente equivalentes aos que eram obtidos na Europa ou nos dos Unidos.

Entre esses diferentes historiadores de Ciência que aqui vieram, houve uma senhora – doutora Nancy Stepan – que publicou um livro sobre “As Origens da Ciência no Brasil”. Não é exatamente esse o título que deveria ter sido dado ao livro, mas sim “Primórdios da Ciência” ou “Primeiros Passos da Ciência.” Ela faz um histórico sumário, mas muito feito, da Ciência no Brasil, desde o século XVIII e o que se fez durante o século XIX, mas, sobretudo, o livro é a história da evolução da Escola de Manguinhos.

S.S. – Qual é a sua apreciação sobre esse livro? O senhor acha que ele conta bem a história?

O.F. – O livro conta razoavelmente bem. Contém alguns erros, mas, de um modo geral, a autora compreendeu o problema. Dele se fez uma edição portuguesa – feita apressadamente – onde a tradução não está à altura do empreendimento, a começar pelo título.

S.S. – Os erros da edição inglesa são de que tipo?

O.P. – São certos erros dificilmente evitáveis por pessoas não profissionais. Por exemplo; ela usa uma expressão que é usada freqüentemente pelos leigos nos Estados Unidos, que é a seguinte: “a doença de Chagas seria a doença do sono americana”. Ela não tem nada de semelhante, apenas o parasito é próximo do parasito da doença do sono, tudo o mais é diferente. Então, não se pode chamar a doença de Chagas de doença do sono americana. É uma concepção completamente errada. E há outros pequenos erros: ela fala no Adolfo Lutz, ora como brasileiro, ora como suíço. Na realidade ele era de família suíça. O Adolfo Lutz, até o fim da vida, a Berta Lutz, que todos nós conhecemos e o Walter Lutz, irmão da Berta, todos conservaram até agora a cidadania de Berna, eles são cidadãos de Berna, e não de nacionalidade suíça.

O Instituto Oswaldo Cruz foi uma transplantação do Instituto Pasteur de Paris. Oswaldo Cruz trabalhou no Instituto Pasteur de Paris e, justamente aí, há uma coisa curiosa: em todas as biografias de Oswaldo Cruz – há várias e até extensas biografias – não há registro do que ele fez em Paris. Mas, mais tarde, se veio a comprovar pelo que ele fez aqui: transplantou a Escola do Instituto Pasteur de Paris para o Brasil. O Instituto Oswaldo Cruz, no princípio, era exatamente o Instituto Pasteur.

M. C. M. – Até a arquitetura do prédio teria sido copiada de outro Instituto, não é?

O. F. – Isso é muito da época. Nós copiamos da França muita coisa. A influência intelectual francesa no Brasil foi imensa. A nossa Medicina, em particular, é a Medicina francesa. No princípio do Século nós só líamos livros franceses. O

estudante que entrasse para a Faculdade de Medicina sem saber ler corretamente francês, não passava do primeiro ano, porque todos os livros eram em francês.

S.S. – Onde o senhor fez a Faculdade de Medicina?

O.F. – No Rio de Janeiro.

S.S. – Em que ano?

O.F. – Entrei para a Faculdade em 1910 e me diplomei em 1915. E, era a Medicina francesa; não havia livros americanos nem ingleses; havia alguns livros alemães traduzidos ou alguns alunos que, excepcionalmente, conheciam e liam um pouco de alemão. Fora disso era a Medicina francesa.

M.C.M. – Já existia uma Medicina americana nessa época?

O.F. – Existia, mas era muito pouco conhecida; tinha muito pouca influência. A Medicina americana foi de classe relativamente medíocre até, aproximadamente, o último decênio do século passado. Depois houve uma reação: muitos professores americanos estudavam na Europa – não na França, mas na Alemanha – e traziam, naturalmente, toda a tradição alemã para os Estados Unidos. Mas, um grupo de quatro desses professores resolveu fazer uma grande reforma no ensino da Medicina americana. Eles se organizaram na *Johns Hopkins*, e, eram médicos moços – o mais velho não tinha 40 anos – que resolveram modernizar e tornar científica a Medicina americana. E, daí data – mais ou menos 1890 – o início da Ciência Médica americana moderna.

S.S. – O senhor disse que, no Brasil, o que predominava era a influência francesa. Influência direta da Escola de Pasteur?

O.F. – Aqui, na parte de Medicina Experimental, era do Instituto Pasteur.

- S.S. – Essa influência era na Escola de Medicina e em Manguinhos, ou mais em Manguinhos?
- O.F. – Não. Era em toda a parte. Ela vem desde o tempo da Monarquia. Os nossos médicos mais antigos – médicos brasileiros que nós podemos dizer que se formaram no meio brasileiro – eram estudantes, sobretudo, de Montpellier. A Escola de Montpellier, durante toda a Renascença, teve um grande prestígio, e, vários dos nossos médicos mais antigos estudaram em Montpellier, inclusive o Melo Franco.
- S.S. – Dentre seus professores na Faculdade de Medicina o senhor poderia citar se havia algum que estudara na França, inclusive em Montpellier?
- O.F. – Praticamente todos.
- S.S. – Há algum que o senhor gostaria de lembrar mais especialmente?
- O.F. – É difícil lembrar nominalmente.
- S.S. – Desses professores, com quem o senhor estudou? Com quem o senhor trabalhou na Escola de Medicina?
- O.F. – Alguns nunca tinham ido à Europa, mas a maior parte ia de vez em quando, sendo que alguns iam todos anos: passavam as férias sempre na Europa e isso significava passar as férias em Paris.
- M.C.M. – O senhor considera que o ensino de Medicina nessa época era satisfatório?
- O.F. – Não. Apesar de ter estudado naquela época e tenha estado sempre ligado à Faculdade de Medicina, considero que ele era muito deficiente. É claro que havia exceções dependendo muito dos professores individualmente. Havia professores que lecionavam muito bem, mas que tinham trazido da França uma coisa nociva: a aula teórica como a aula mais importante. De modo que eram grandes oradores,



davam aulas magníficas, mas a parte prática era deficiente. Essa era, mais ou menos, a situação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1910 e 1915.

S.S. – E de que maneira o estudante ganhava a sua experiência prática?

O.F. – A experiência clínica era boa, a de laboratório é que era má. Não havia quase especialistas em assuntos de laboratório; esses eram raros. A experiência de clínica era boa porque o aluno entrava para um hospital o mais cedo que podia; entrava, geralmente, no segundo e, às vezes, até no primeiro ano. Isso também é uma tradição francesa. Na França o aluno sai do preparatório e entra logo na Clínica Médica na Semiologia.

S.S. – Tem havido uma tendência a protelar a entrada do estudante no ensino da Clínica Médica?

O.F. – Foi, ao meu ver, influência nefasta do americano autor do Relatório Flexner. Os Flexner eram dois irmãos: o Abraham Flexner era um teórico do ensino foi o autor do Relatório Flexner, que data, mais ou menos, de 1913; enquanto que o outro foi quem organizou o Instituto Rockefeller de Nova Iorque que depois se transformou na Universidade Rockefeller. O Flexner propôs uma coisa que, me parece, foi completamente errada – hoje os americanos percebem isso e estão voltando atrás – que era separar o Curso Médico em uma parte fundamental e outra profissional, clínica. Isso foi um erro completo; as duas coisas são interligadas, não se pode separar. Na minha especialidade então, absolutamente, não se pode separar o que é laboratório do que é clínica. As duas coisas têm que ser feitas ao mesmo tempo, Isso veio influenciar as nossas reformas de ensino.

Em 1916 a Comissão Rockefeller veio para cá e fui o primeiro médico brasileiro e primeiro de campo da Fundação Rockefeller, e a influência dela foi a seguinte: estabelecer o que pregava o Relatório Flexner, que era, justamente, só deixar o aluno entrar para o hospital depois do terceiro ano americano, que correspondia ao nosso quarto ano.

- S.S. – O senhor fez Clínica na época?
- O.F. – Fiz Clínica Dermatológica e, nos primeiros anos, fui interno muito tempo de Cirurgia.
- S.S. – Quando o senhor entrou para a Faculdade de Medicina a sua intenção era ser médico?
- O.F. – A minha intenção maior era ser especializado em laboratório.
- S.S. – Em laboratório, desde o começo?
- O.F. – Desde o começo. É uma influência que vem de família, desde o meu avô. O meu avô, que foi discípulo de Freire Alemão – um grande Botânico e Naturalista brasileiro – influenciou os filhos: todos médicos. Naquele tempo a farmacopéia era toda de origem vegetal: eram as plantas medicinais. De modo que comecei pela Botânica, pelo estudo das plantas medicinais, influenciado por um pequeno incidente: eu ainda não era estudante de Medicina e fui com meu pai à exposição que se fez depois de um Congresso Médico, em 1909, mais ou menos, e lá estava o Neves Armond’, que era um dos grandes Botânicos da época aqui no Brasil. E, naquele momento, ele se vangloriou de ser citado na “Flora de Martius”, que é a maior obra florística já escrita no mundo: são 40 volumes escritos durante 60 anos. Muito me impressionou ele fazer tanta questão de ser citado na “Flora de Martius”, e fiquei com essa idéia.

Na Faculdade de Medicina eu nunca tinha tido férias, e, quando terminei o primeiro ano me vi de férias. Estava de férias e precisava ocupá-las. Havia dois caminhos: um, era fazer um outro curso além do de Medicina e lembrei-me de fazer Direito. Durante uns 15 dias me meti a comprar livros de Direito; depois, como havia gostado das aulas de História Natural, resolvi repeti-las num curso particular. O professor particular que era o Doutor Hildegardo de Noronha e tinha dado um bom curso, me perguntou;

– Mas você não foi aprovado no exame?

– Fui. Fui, mas gostei.

– Então venha para o Laboratório em vez de fazer o curso de novo.

E, foi assim que comecei.

S.S. – O Laboratório dele era onde?

O.F. – Na Faculdade de Medicina. Ele era assistente da cadeira.

S.S. – Quantos anos o senhor tinha nessa época?

O.F. – Tinha 15 anos. Entrei para a Faculdade com menos de 15 anos.

S.S. – Isso significa que também começou a fazer o trabalho da Clínica muito cedo?

O.F. – Sim, eu comecei muito cedo. No fim do primeiro ano entrei para a Cirurgia.

S.S. – Naquela época era comum que se entrasse tão cedo na Faculdade?

O.F. – Na minha turma havia dois nessas condições e na turma seguinte houve o Henrique Dodsworth. Henrique Dodsworth também entrou para a Faculdade com 15 anos, mais ou menos.

S.S. – O sistema secundário permitia isso? Não era seriado?

O.F. – Permitia. Não havia limite de idade para quem se tivesse terminado.

S.S. – Fazendo exame?

O.F. – É.

S.S. – A sua experiência na Clínica ajudou a sua prática de cientista?

- O.F. – Ajudou. Até hoje, quando no Laboratório fazemos uma esplanctotomia no animal, estamos fazendo cirurgia, de modo que ajuda.
- S.S. – Como é que o senhor vê essa nova proposta de separar, completamente, o Curso de Ciências do Curso de Medicina?
- O.F. – Vejo como uma má experiência; uma reforma no sentido errado.
- S.S. – O senhor poderia comentar a sua posição em relação à entrada de Biologistas – não médicos – no campo da Parasitologia Médica.
- O.F. – Também acho isso errado, justamente, porque eles não têm noções de Patologia nem de Clínica. Lá em Manguinhos, por exemplo, um dos aspectos da crise é que os médicos não estão se interessando em ir para o Instituto por causa das condições de trabalho vigentes. Há uma invasão de diplomados em Biologia das Faculdades de Filosofia. Alguns são ótimos elementos e se adaptam mais ou menos, mas sempre fica essa falha da parte Clínica. Nos Estados Unidos é a mesma coisa. Posso citar vários exemplos, em especial, no campo em que trabalho, que é a Micologia Médica. Há um grande Tratado sobre Micologia Médica, que é o Tratado do Dodge. Nesse livro Dodge comete erros fundamentais, simplesmente porque não é clínico; não tem noções de Clínica. Por outro lado, o Chefe da Escola de Medicina Tropical nos Estados Unidos, o professor Faust, da Universidade de Tulane, que embora não seja médico tem a prudência de, nos seus livros, abrir aspas e transcrever o livro do Brumpt para não errar. De modo que, nos seus livros, há páginas inteiras transcritas do livro do Brumpt, para evitar erros, porque ele tem consciência de que não é médico. Antes de ser professor em Paris o Brumpt foi professor em São Paulo, e, tendo sido mobilizado por causa da Guerra de 1914, teve de voltar à França onde, mais tarde, continuou sua carreira.
- S.S. – Ele foi professor em São Paulo em que época?

- O.F. – Até 1913. Ele tinha se notabilizado porque acompanhou uma grande expedição à África, comandada por Burg de Bozzas. Nessa expedição Emílio Brumpt ia como médico e, a partir do que observou na África, fez trabalhos importantes. Quando voltou à França estava começando o interesse pela parte, já diferente, da História Natural Médica, que era a Parasitologia. Nessa época, foi, então, contratado por São Paulo. Quando a Faculdade Estadual de Medicina de São Paulo se organizou, o Brumpt, que já estava com nomeação feita, foi contratado. E, aqui ele ficou até ser mobilizado em 1914.
- S.S. – O senhor foi o primeiro professor de Parasitologia na Faculdade de Medicina?
- O.F. – Fui o primeiro na Faculdade de Medicina do Rio.
- S.S. – Os trabalhos de pesquisa que o senhor fez eram feitos mais em Manguinhos ou na Faculdade?
- O.F. – Mais em Manguinhos, porque a Faculdade não dispunha de recursos.
- S.S. – Havia interesse, por parte da Faculdade, no campo da pesquisa científica?
- O.F. – Havia uma divisão: os médicos, professores mais moços, que eram partidários da introdução da pesquisa e que, efetivamente, faziam-na. Um exemplo deles é o Álvaro Osório de Almeida, que procurou introduzi-la na Faculdade de Medicina; mas, havia um outro grupo de retardatários que achavam que ensino é ensino, pesquisa é pesquisa e não queriam saber de ligação. Enquanto devemos pensar exatamente o contrário: o professor não é um repetidor de livros; ele deve transmitir a sua experiência, criar uma escola e formar discípulos que continuem a pesquisa, que façam a Ciência progredir. Esse é o papel que deve ter o professor. Isso, na nossa Faculdade de Medicina, não se compreendeu senão em época recente e o Álvaro Osório foi pioneiro nesse assunto. Álvaro Osório vinha da França, da Escola do professor Gley, que era o grande Fisiologista da época.
- S.S. – Quando foi essa tentativa?

- O.F. – Depois da Reforma Rivadávia, que foi em 1911.
- M.C.M. – Mas depois ele se tornou um incrédulo da possibilidade de fazer pesquisa.
- O.F. – Ele se tornou cético porque lutou muito.
- M.C.M. – Lí várias declarações dele, inclusive uma em que recusava um laboratório que alguém lhe ofereceu porque achava que era impossível fazer pesquisa Brasil.
- O.F. – Era difícil, mas não impossível. Uma prova de que não era impossível está na iniciativa do Carlos Chagas Filho. Carlos Chagas Filho, quando fez concurso e foi nomeado professor de Biofísica criou o Instituto de Biofísica, que tornou-se um centro de pesquisas importante. É uma prova de que não era impossível. Outros Institutos foram criados, mas não tiveram o mesmo êxito que teve o do Chagas.
- S.S. – Agora, no seu caso, sua iniciação científica para a pesquisa, portanto, não se deu na Faculdade?
- O.F. – Não. Continuei na Faculdade e fui encarregado ensinar logo depois porque o Doutor Hildegardo de Noronha, logo após a minha entrada para o Laboratório, adoeceu gravemente com uma lesão pulmonar. E, o tratamento para a tuberculose, naquele tempo, era clima. Como não havia outro assistente na cadeira, eu, como estagiário naquela ocasião – depois fui o que chamam de *curator*: o curador, o conservador do herbário – tive que assumir o lugar do Noronha e começar a dar aos alunos aquele ensino que tinha recebido na véspera. Isso hoje seria uma coisa inadmissível. Mas, comecei assim.

O professor Pacheco Leão e eu trabalhávamos lá também com a Reforma Rivadávia. Nessa época o catedrático era o professor Nascimento Bittencourt e por influência alemã, chamava-se o professor catedrático de “professor ordinário” e o substituto de “professor extraordinário”. E, numa ocasião, o Pacheco Leão me disse: – “se você quer se dedicar a isso deve ir para Manguinhos.” Então, com

uma carta do Pacheco Leão, me apresentei ao Oswaldo Cruz para fazer um curso que havia no Instituto. Esse curso, que estava ainda sendo organizado como meio de formar novos especialistas, havia sido iniciado modestamente, em 1908, primeiro, com uma duração de 6 meses e depois, de 8 meses. Fui lá em 1912, quando cursava o terceiro ano, que era o limite de qualificação para poder fazer o curso do Instituto – Oswaldo Cruz só aceitava alunos depois de estarem menos, pelo menos, no terceiro ano, para que não viessem inteiramente ignorantes em matéria de Laboratório. Mas nesse ano – 1912 – cheguei tarde e o Oswaldo me disse: – “já estão preenchidas todas as vagas, mas se você quiser eu o inscrevo para o próximo ano.” Aceitei imediatamente e até lucrei muito com isso, porque, de um ano para o outro, o curso se transformou: passou a ter uma duração de 14 meses, com instalações novas, naquele prédio que é hoje o Castelo Mourisco – nessa época estavam terminando a construção do novo prédio – e, tivemos um curso muito mais bem feito.

S.S. – O senhor lembra de quem ensinava no Curso nessa época?

O.F. – Lembro-me. Tenho até uma lista.

S.S. – Nessa lista me pareceu que o Cardoso Pontes tinha um papel muito destacado.

O.F. – O Curso principiava com Alcides Godoy, que foi discípulo do Ernst e de um outro grande Físico-Químico alemão: no meu livro refiro-me a isso. Alcides Godoy era um especialista de Físico-Química e Matemática, de modo que ele começava o curso dando noções de Físico-Química e introduzindo a Matemática. Acontece, que mais da metade dos estudantes eram médicos e muitos não tinham base, de modo que aquela Matemática toda que o Godoy botava era um meio de eliminar logo os alunos que não estivessem dispostos a agüentar o Curso.

M.C.M. – O professor Alcides Godoy foi discípulo de quem?

O.F. – Do Ernst. Depois vinha o Figueiredo Vasconcelos, que foi o homem que fez o MISOPLANK no preparo do soro e da vacina antipestosa. Foi o homem que

padronizou a técnica para a preparação da vacina e soro antipestosos. Isso, naquela época, se conhecia mal. Já se fazia a vacina de Haffkine, feita na Índia, e esse era o ponto de partida, mas ninguém publicava os detalhes; publicavam de uma maneira geral, não havia padronização. Essa padronização foi feita pelo Figueiredo Vasconcelos, que era um técnico primoroso e que também havia trabalhado no Instituto Pasteur. Ele era um técnico de primeira ordem. Agora, os maiores especialistas em Físico-Química da época eram o Ernst e o Oswald. Eles publicaram livros tão importantes que até hoje são consultados.

S.S. – Quer dizer que, em Manguinhos, a influência alemã era grande?

S.S. – Era. Mas foi maior depois porque três cientistas alemães viram os trabalhos que foram apresentados na Conferência de Dresden, na Alemanha – na Exposição Médico-Sanitária de Dresden – e se impressionaram: como é que se tinha atingido já um nível de técnica tão alto? Então se interessaram e entraram em contato com Oswaldo Cruz para virem ao Brasil. Eram três: Max Hartmann, Stanislas Von Prowazek e Giesa. Mais tarde todos eles representaram papéis muito importantes na Alemanha. O Max Hartmann foi professor de Biologia Geral na Universidade de Berlim; o Prowazek foi o maior Protozoologista da Escola de Schaudinm, e foi um das que morreram de tifo exantemático trabalhando na Comissão da qual fazia parte o Rocha Lima, durante a Primeira Guerra Mundial.

O tifo exantemático devastou os exércitos em todos os tempos, mas na Primeira Guerra Mundial foi uma devastação muito grande, sobretudo nos campos de prisioneiros poloneses e russos. A mortandade era enorme e o governo alemão teve que promover estudo minucioso da doença para ver como poderia ser feita a profilaxia. Charles Nicolli, na França, tinha descoberto que o tifo era transmitido pelos piolhos do corpo, mas não se sabia qual era o agente qual era o produtor da doença. Sabia-se apenas qual era o transmissor. Então, o governo alemão instituiu essa Comissão, da qual faziam parte o Prowazek e o Rocha Lima. O Rocha Lima foi convocado porque o prestígio do Instituto já era tão grande que o Instituto de Hamburgo, ao se organizar, veio buscar aqui, em Manguinhos, o Rocha Lima para chefiar o seu Serviço de Patologia.



Nessa Comissão quase todos morreram de tifo exantemático. Sobreviveram, somente, o Rocha Lima e uma das auxiliares, a senhora Secora, apesar de terem adoecido. O Rocha Lima, por ter tomado parte nessa Comissão, recebeu a Cruz de Ferro: a maior condecoração alemã.

M.C.M. – A formação do Rocha Lima foi feita no Brasil ou ele antes havia estado na Alemanha?

O.F. – Foi feita exclusivamente no Brasil. Depois é que ele foi para a Alemanha.

M.C.M. – Ele foi para a Alemanha já como profissional ou ainda era estudante?

O.F. – Já estava encaminhado. Depois foi trabalhar como assistente do Duerck. Duerck trabalhava em Breslau e era o homem que havia descoberto o que se chama “Granuloma Cerebral de Duerck”, produzido pela malária.

M.C.M. – Ele voltou para o Brasil?

O.F. – Sim, voltou.

M.C.M. – Depois então é que foi chamado como especialista para Hamburgo?

O.F. – Só depois foi para Hamburgo. Esses três, que citei anteriormente, influíram muito no Instituto, mas numa época em que o Instituto já era famoso.

M.C.M. – As Memórias eram publicadas em alemão?

O.F. – Eram publicadas em duas línguas: português e uma língua estrangeira: francês, inglês ou alemão. Naquele tempo era francês ou alemão. Cada um escolhia a língua que desejava: ou francês ou alemão. Poucos escolhiam inglês.

- S.S. – Era comum o pesquisador redigir em alemão ou francês, para publicar as Memórias, por exemplo?
- O.F. – Aqui no Brasil, não. Geralmente havia um tradutor cujo trabalho depois era revisto pelo autor. No Instituto nós tínhamos, permanentemente, um tradutor de alemão e que era sempre um médico.
- S.S. – A revista tinha grande circulação internacional?
- O.F. – Sim, era grande e muito procurada. Divulgava-se tudo ali. Era, sobretudo, mais divulgada no estrangeiro do que aqui.
- S.S. – Retomando parte da história: o senhor estava contando que fez um Curso em Manguinhos. Quando foi isso?
- O.F. – De 1913 a 1914.
- S.S. – Como o senhor, mais tarde, conseguiu se vincular ao Carlos Chagas?
- O.F. – Aí também se pode dizer que houve outro incidente pessoal. O Curso de 1913/1914 foi o único em que o Carlos Chagas – o pai – deu todo o programa de Protozoologia. Ele estava com um prestígio enorme, devido à descoberta da doença – ele descobriu a doença em 1909 – de modo que o Curso dele foi considerado do de grande interesse para todo mundo. Éramos 20 alunos, mas quem escrevia mais depressa era eu. Depois de mim era o Cássio Miranda e o Pereira Filho que mais tarde foi professor em Porto Alegre. Éramos os três que copiávamos na íntegra as aulas do Chagas. Copiávamos, e num intervalo que havia sempre para o café, ditávamos para os outros. Mas, quem ditava, geralmente, era eu porque tinha as notas mais completas. O Chagas uma vez entrou na hora em que eu estava ditando para os outros, vindo daí a minha aproximação com ele, que ficou, mais ou menos me conhecendo e sabendo que eu estava fazendo aquilo.

M.C.M. – Havia uma relação mais pessoal entre os professores e os alunos?

O.F. – Muito pouca. Geralmente era só na hora da aula, porque cada um ia para o seu Laboratório. Ser professor era uma tarefa da qual eles se desempenhavam um pouco a contragosto. A maior parte não gostava de dar aulas. O Chagas era também muito ocupado, porque passava a maior parte do tempo no posto de Lassance, no interior de Minas, onde havia descoberto a doença.

M.C.M. – Mas e a formação do aluno da qual o senhor falou?

O.F. – Depois do curso, dentro de certos limites, os estudantes tinham direito de fazer teses, enquanto os médicos de fazerem trabalhos, no Instituto. Antes do curso não se podia entrar nos Laboratórios. Quando terminei o Curso fui falar com o Oswaldo sobre as minhas idéias para fazer a tese, e ele mandou chamar um dos especialistas, que era Aristides Marques da Cunha, também um Protozoologista, que vinha da escola alemã, por diferentes etapas: ele era discípulo do Henrique Aragão, discípulo do Prowazek, que por sua vez era discípulo do Schaudinn. De modo que, dentro daquele setor, a tradição de pesquisa ia se mantendo. Os dois me ouviram – eu pensava fazer a tese sobre um outro assunto – e o Aristides Marques da Cunha disse: “há todo um programa a se realizado em relação ao estudo de flagelados parasitos do homem e dos animais” – continuando a conversa com o Oswaldo e comigo, então o Oswaldo falou: “você deve fazer isso: a tese sobre flagelados; mas, como não é possível fazer flagelados de todos os animais, então faça sobre os flagelados do homem e dos mamíferos.” Fiquei nisso e sobre isso fiz a minha tese. Tive muita sorte porque logo encontrei coisas novas. O assunto era muito pouco conhecido e pude logo descrever uma espécie de parasito do homem, a que dei o nome de *anteromonos hominis*. Descrevi, também, outros de animais com que se lidava muito – como cobaias, etc. – e que não se sabia que eram parasitados por esses flagelados. De modo que a tese foi publicada e teve repercussão imediata, sobretudo estrangeiro. O Instituto Pasteur publicou um sumário dela, o “*Tropical Diseases Bulletin*”, de Londres, publicou outra e a tese foi largamente divulgada.

S.S. – A tese foi laureada aqui?

O.F. – Foi laureada pela Faculdade; recebi o prêmio Gunning. O Instituto Oswaldo Cruz também remetia esse material para os especialistas, e o resultado foi a discussão que surgiu sobre muitos dos gêneros que descrevi. O *enterómonos hominis* provocou uma polêmica que durou quatro ou cinco anos, porque, pouco tempo depois, durante a Primeira Guerra Mundial, ele foi encontrado na África e descrito como parasito novo, quando eu já o havia feito. Daí surgiu a polêmica: se era novo ou não. Houve essa discussão e mais algumas sobre vários outros pontos que foram esclarecidos durante esses quatro ou cinco anos. Trabalhei nesse assunto até, mais ou menos, 1920. Daí em diante o Chagas me encarregou – porque eu tinha uma base de Botânica – de organizar a Seção de Micologia do Instituto, para estudar as doenças produzidas das pelos cogumelos. Eu já havia trabalhado na Rockefeller e através dos contatos que mantive lá, a Rockefeller deu-me uma bolsa de estudos para os Estados Unidos e lá permaneci 14 meses.

S.S. – Onde o senhor ficou nos Estados Unidos?

O.F. – Fiquei primeiro em Baltimore trabalhando no Laboratório do MackCallum, que foi um dos raros americanos a descrever doenças produzidas por cogumelos. Era o maior Patologista americano na época. Depois fui para Washington fazer uma base em doença de plantas porque eu sempre digo: patologia é uma só: de planta, de animal ou de homem, tudo obedece às mesmas regras. Então, como precisava ter uma noção de patologia de plantas, fui trabalhar com Wewin Smith, o homem que, pode-se dizer, tinha criado a Bacteriologista das doenças de plantas. Naquela época ele já era bastante idoso – hoje sou muito mais velho do que ele. Mas, era um homem de 60 e tantos anos, famoso no mundo inteiro e de uma cultura geral extraordinária, o que, naquele tempo, não era comum nos Estados Unidos. Depois, tive a sorte de, na Johns Hopkins, trabalhar sob a orientação de William Welch, que foi um dos quatro reformadores da Medicina americana.

Nos Estados Unidos as pessoas são muito regionalistas, tanto que o pessoal de Washington e Nova Iorque considerava duas grandes figuras, como cultura, na sua região: o Erwin Smith e o Cardeal Gibbens.

S.S. – Quando foi isso?

O.F. – Em 1920. Eu estava lá quando morreu o Cardeal Gibbens, Arcebispo de Baltimore, e, pode-se dizer, que durante dois ou três dias a cidade parou. As manifestações foram de tal ordem que parte do comércio fechou; todas as seitas de protestantismo e de judeus – que eram muito numerosos – prestaram homenagens ao Cardeal Gibbens. Essas eram as duas grandes figuras naquela região: o Erwin Smith e o Cardeal Gibbens.

Com o Erwin Smith aprendi muita coisa. Um problema que ele estudava e que vim também, mais tarde, a estudar foi o dos tumores parasitários das plantas, naquela época comparados aos do câncer humano. Então, trabalhei também nesse assunto de cânceres de plantas produzidos pelas pseudônomas tumefáceas.

Esses cogumelos são importantíssimos porque são muito comuns e intervêm em muita coisa. Há um grupo no Bureau de Química, em Washington, do qual fazia parte o professor Charles Thom, um grande especialista no assunto.

Charles Thom, durante toda sua vida, estudou os aspergilos e penicilios sob o ponto de vista químico e sob o ponto de vista das fermentações industriais. Tinha uma imensa coleção vinda de todo o mundo, particularmente do Extremo Oriente, onde muitas fermentações industriais são produzidas por aspergilos e penicilios.

S.S. – Como ele obtinha essas amostras?

O.F. – Por correspondência com cientistas, sobretudo chineses e japoneses. Depois comigo também: mandei-lhe grande quantidade de coisas. Mas, pelo público em geral, ficou mais conhecido porque foi quem descobriu os produtores das fermentações dos queijos Camembert, Roquefort e Gongorzola. Foi ele quem

descreveu os aspergilos e penicilios que funcionam na redução desses queijos. Thom era um especialista mundialmente conhecido.

S.S. – Nos Estados Unidos o seu trabalho era em laboratório?

O.F. – Era em laboratório, excetuando-se Baltimore. Lá eu trabalhava uma parte do tempo com MackCallum e outra com o professor Gilchrist, que foi quem descreveu a blastomicose norte-americana. Gilchrist fazia Clínica Dermatológica e era professor nas duas faculdades de Medicina que existiam lá naquela época. Nos Estados Unidos aconteceu o mesmo fenômeno que está acontecendo aqui agora: a princípio eram poucas as Faculdades de Medicina, mas, depois, começaram a pulular – como aqui estão pululando, estamos com cerca de 90 Faculdades. Mas, como essas Faculdades eram de níveis muito diferentes, a Associação Médica Americana começou a fazer uma campanha para liquidar com as más Escolas. Baltimore, antes da minha chegada, tinha cinco Faculdades de Medicina. Três delas foram fechadas, ficando somente a Estadual e a Johns Hopkins. Como Gilchrist era professor nas duas, eu acompanhava seu curso também nas duas Faculdades. Em Johns Hopkins havia um alto nível, o ensino era realmente superior e, quase todos os alunos já eram doutores em ciências ou coisas parecidas. Já a Faculdade Estadual de Universidade de Maryland era a escola para a pequenada, para a mocidade. Lá o curso era completamente diverso – era a mesma bagunça que o daqui – e embora houvesse limitação de matrícula, era dado da maneira que fosse possível. Em Johns Hopkins nunca havia mais de 20 alunos no Curso de Dermatologia, enquanto que Maryland havia 70, 80 alunos.

Além disso, eu fazia outras coisas. Trabalhava ao mesmo tempo nos Laboratórios de Botânica da Universidade Johns Hopkins, onde fazia a parte especial de cogumelos, só cuidava de cogumelos. Aí eu era aluno do professor Johnson, que nunca teve em aula mais de oito alunos, era o máximo que admitia.

M.C.M. – Havia muitos estrangeiros ou a maioria era de americanos?

O.F. – Havia alguns estrangeiros. Naquele tempo, na Johns Hopkins, havia até um clube chamado dos “OBLIQUITIRENTS” – os obliquitários. Apesar de vir gente de toda a parte, metade eram chineses, e desses, metade eram mulheres. Estudavam, quase sempre, coisas teóricas como Filosofia, História, etc. Só havia um japonês, e esse fazia uma coisa mais positiva que era Zoologia. Havia também alguns sul-americanos.

M.C.M. – Isso era na parte de Biologia?

O.F. – Era em toda a universidade.

M.C.M. – E em Biologia, havia muitos estrangeiros?

O.F.– Não, não havia muitos.

M.C.M. – O senhor era uma exceção?

O.F. – Na parte de Biologia eu era uma exceção. No curso do Johnson eu era o único. Nesse curso cada aluno estava estudando um assunto diferente, não havia dois estudando a mesma coisa. Apesar do curso ser de Botânica cada um se ocupava de um determinado problema. Além disso, o professor nunca deu uma aula teórica. Ele distribuía o material, distribuía também uma espécie de apostila, dizia o que cada um deveria fazer e ia embora voltando uma ou duas horas depois para ver o que cada um havia feito. Revia, aconselhava, mandava à Biblioteca buscar livro ou uma revista que tivesse um artigo especial e assim é que era feito o ensino. Não tinha nada de aula propriamente dita. Tudo era trabalho isolado.

Mas, existiam falhas. Embora, nos Estados Unidos, algumas das micoses mais importantes tivessem sido descritas, a verdade é que, naquela época ninguém se ocupava de Micologia. Em Micologia Médica só havia um especialista que era conhecido e até considerado um pouco maluco por cuidar disso, que era o major Schmitter. Ele se ocupava de doenças produzidas por cogumelos e era citado em toda parte. De modo que, nesse assunto, não tinha quem me orientasse.

M.C.M. – Nesse tempo o senhor também tinha uma orientação clínica?

O.F. – Também. Mas a questão chegou a tal ponto que, às vezes, eu é quem ensinava a eles o que havia aprendido aqui. E isso aconteceu mais de uma vez. No laboratório do MacCallum, trabalhava ao meu lado o Doutor Bayne-Jones, naquela época um jovem assistente e que mais tarde tornou-se notável. Há um livro seu sobre Microbiologia que esteve muito em voga. O Bayne-Jones tinha dois casos de exinomicose e não sabia como lidar com o material e eu lhe disse o que fazer: “você faz assim: aspira uma gota de pus com a pipeta e goteja sobre o fixador. O pus endurece, fixa e você trata como uma peça histológica e corta no micrótomo.” Foi o que ele fez, apesar de ter ficado muito espantado com aquilo. De outra vez ele teve uma dificuldade, que não me lembro mais o que era, e também dessa vez lhe disse como resolver. Então, ele virou-se para mim e perguntou: “onde você aprendeu isso?” Respondi que havia sido nos livros franceses. Então ele pediu-me que fizesse uma lista de livros franceses. Fiz uma relação de uns 15 livros que depois foram utilizados por ele. Isso é para mostrar como, na parte médica, eles estavam fora do assunto.

S.S. – Isso significa que, naquela época, a Ciência Americana era muito autônoma? Isto é, não tinha contato com a Ciência Européia?

O.F. – Na realidade, não tinha contato. Praticamente ninguém sabia ler outra língua que não fosse inglês. Só aqueles grandes professores que tinham estudado na Alemanha é que falavam ou liam alemão. Talvez estivessem nesse caso todos os chefes de departamento da Johns Hopkins, porque todos eram homens de grande destaque. Mas, a classe médica, os assistentes, aquela gente mais nova, ninguém lia francês nem alemão. Era só inglês. O que não estivesse publicado em inglês eles não sabiam. Foi exatamente isso o que aconteceu com o Bayne-Jones que, até eu lhe dar a relação, nunca havia lido os livros franceses. Isso mostra que naquele tempo nós estávamos pelo menos no nível deles.

M.C.M. – E quando aos aparelhos?



O.F. – Isso eles tinham tudo o que queriam.

M.C.M. – Nós também?

O.F. – Não tínhamos a mesma riqueza que eles, mas apenas a aparelhagem essencial. O Bayne-Jones dispunha de um salão com toda a aparelhagem de Físico-Química que se poderia desejar na época. Lá existia, não mais na Faculdade de Medicina, mas no campus da Universidade – a Faculdade era fora do campus – os primeiros aparelhos de micromanipulação que vi e acho também os primeiros que se fizeram. Eram construídos na Oficina da Universidade e podia-se comprá-los por encomenda. Encomendava-se aos técnicos e serralheiros de lá por 50 dólares. Depois vieram a custar milhares de dólares, mas naquela época custavam 50 dólares. O Taliaferro, que tinha mais ou menos a minha idade e era meu companheiro de nível – depois veio a tornar-se um célebre protozoologista – esses micromanipuladores para isolar tripanossomas um por um; pegava um único germe e inoculava no animal. Isso era um feito notável naquela época.

Mas, diante dessa situação de deficiência da parte médica, um médico americano que havia trabalhado aqui no Brasil, conversando comigo, soube do problema e comunicou-o aos dirigentes da Fundação Rockefeller. Disse que eu havia feito lá um bom trabalho e aproveitado muito na parte básica, mas que na parte médica não tinha visto quase nada. Então, a Rockefeller me deu uma bolsa de um ano na Europa. Isso causou uma certa irritação nos americanos, sobretudo em MackCallum que queimou-se com a coisa. Ele não entendia o porquê de depois de estar lá eu ter que ir para a Europa aprender umas tantas coisas. Mas, foi feito: me deram a bolsa e fui. Fui trabalhar com o Brumpt à tarde e pela manhã com Sabouraud, que todo mundo conhece.

S.S. – O senhor sentiu muita diferença entre os ambientes científicos da Europa e dos Estados Unidos?

O.P. – Muita. O americano, da mesma maneira que o europeu, me encaminhou para o Laboratório, que ficava aberto. Entretanto, levei mais de um mês para saber como ia trabalhar. Fiquei sem orientação. Ninguém sabia direito com quem eu deveria trabalhar. Até que, afinal, Welch me disse: “você vai trabalhar com Fulano, professor de Microbiologia.” Comecei, mas eles conversaram, entraram em entendimentos e viram que não era bem lá que eu deveria ficar. No fim de duas ou três semanas o Welch apareceu no laboratório em que eu estava trabalhando, andou por lá, viu o que eu estava fazendo, – ele era um homem de um prestígio imenso e ninguém se contrapunha ao que dissesse – e, no fim da visita, falou-me: “venha jantar comigo hoje no Clube Médico.” Fui, e chegando lá encontrei MackCallum e o Bayne-Jones. E, o Welch me disse: “você agora vai trabalhar com esses”. Não deu nem satisfações ao antigo orientador.

S.S. – Então, na Europa foi diferente?

O.F. – Foi muito diferente. A Rockefeller mantinha na França um serviço muito importante que era o “Serviço de Novos Métodos de Profilaxia da Tuberculose” e em consequência, havia na França um dirigente dos trabalhos da Rockefeller. Esse dirigente era um médico romeno – não lembro mais o nome – que me recebeu imediatamente e disse: “o que você quer fazer? Onde vai trabalhar?” Pensei imediatamente no Sabouraud e ele falou: “então vamos amanhã falar com ele.” O Sabouraud como nunca quis fazer carreira de professor, deram-lhe o lugar de Chefe do Laboratório Municipal da Cidade de Paris. Lá ele desenvolveu todo o seu programa, que foi magnífico. Os especialistas do mundo inteiro o conhecem. O Sabouraud recebeu-me muito bem, com um pouco de formalidade francesa e me disse:

– Quer ficar trabalhando hoje?

– Não, hoje não tenho um avental.

– Bem, então você vem amanhã.

Completamente diferente do que acontecera nos Estados Unidos. Depois fui ao Brumpt e ele disse a mesma coisa: “Você pode começar a trabalhar já.” Então comecei logo, não perdi dois dias da minha estada na França e ocupava meu

tempo da seguinte maneira: – pela manhã ficava no Hospital Saint Louis e à tarde no Laboratório do Brumpt. Passei lá um ano fazendo aquilo que era meu programa, para organizar a seção de Micologia daqui, e como estava naquele meio, aprendia muitas outras coisas.

S.S. – Nessa época o senhor trabalhou com Langeron?

O.F. – O Langeron era o chefe do Laboratório do Brumpt. Ele não podia fazer carreira de professor porque era extremamente gago; não podia falar três palavras sem gaguejar. Mas era um grande técnico e eu trabalhei muito com ele.

S.S. – Mas, de um certo modo, todos eles orientavam?

S.S. – Todos orientavam. Eu trabalhava com os assistentes do Brumpt. Havia uma mesa comprida onde trabalhávamos eu, o Lavier, que depois foi professor de Medicina Tropical em Paris, e o Larrousse, que era um grande especialista de barbeiros. Éramos os três a trabalhar naquela mesa.

S.S. – Esses trabalhos que vocês faziam era de que tipo? Havia um programa?

O.F. – Normalmente era aquilo que aparecia. O Laboratório do Sabouraud era a Clínica. Os doentes chegavam, e de acordo com o que tivessem encaminhávamos o trabalho. Essa é a melhor orientação. No Laboratório do Brumpt havia uma bibliografia esplêndida; uma coleção de separatas magnífica, de modo que ali o trabalho era um pouco mais metodizado.

Nos Estados Unidos eu havia feito um trabalho de bibliografia no Bureau de Doenças das Plantas, com o Shear, que era um bibliófilo. Tinha uma bibliografia antiga, toda sobre cogumelos, e da qual aproveitei muito. Consegui lá um privilégio muito raro: eu retirava livros da Biblioteca do Congresso, o que poucos, nos Estados Unidos, podiam fazer. Mas, como trabalhava com o Erwin Smith, com todo aquele seu prestígio, era só fazer o pedido que nos enviavam da Biblioteca do Congresso ou de qualquer outra Biblioteca dos Estados Unidos. Isto porque eles

mandavam dizer: “não temos aqui. Quer que mandemos buscar em outro lugar?” E realmente mandavam buscar. O livro do Sabouraud, por exemplo, veio de Saint Louis, no centro dos Estados Unidos e ficou comigo uma temporada, enquanto precisei dele.

Então, tanto os americanos quanto os franceses davam ótimas facilidades, com a diferença de que a França estava habituada a receber médicos de toda parte, de modo que aquilo para eles já era rotina.

Logo depois que comecei a trabalhar com Sabouraud veio um japonês, o Ota. Vocês o conhecem de nome, não? O Ota, que era professor em Sendai, no Japão, foi também trabalhar com o Brumpt. Formamos um grupo no qual havia também um americano.

M.C.M. – Como foi sua adaptação aqui depois dessa experiência toda?

O.F. – Quando voltei, trouxe comigo uma enorme coleção de culturas, e o Chagas, aqui no Brasil, me deu todas as facilidades que eu poderia receber.

S.S. – No total, quanto tempo o senhor ficou fora?

S.S. – Dois anos e pouco. Voltei em 1922, mais ou menos na época do centenário da Independência.

S.S. – Havia um plano de cooperação da Rockefeller com Manguinhos?

O.F. – Com Manguinhos, em particular, não. Mas, o Chagas havia cooperado muito com a Rockefeller. Quando eles começaram a vir aqui, o Chagas já era um homem famoso no mundo inteiro, pela descoberta da doença, foi logo procurado. O Oswaldo Cruz já estava meio doente e, pode-se dizer, foi o Chagas quem encaminhou a Rockefeller. A Rockefeller fez seu primeiro posto em Capela Nova, Minas Gerais, para orientar-se um pouco sobre qual era a situação nosológica aqui no Brasil.

M.C.M. – Como se estabeleceu esse contato com a Rockefeller? Foi um pedido brasileiro?

O.F. – Não. Havia um mecanismo. A Rockefeller foi fundada para isso e se interessava, particularmente, pelos países menos desenvolvidos. Interessou-se pelos países sul-americanos, pela China e pela África. Na América Central eles já tinham contato com Cuba e Porto Rico. Depois, vieram ao Brasil e entraram em contato com o Chagas, que estava em Manguinhos. Foi daí que vieram as relações com Manguinhos.

M.C.M. – Mas como isso era feito?

O.F. – Sem intervenção governamental. Era uma coisa inteiramente privada. Também puseram-se em contato com a Universidade de São Paulo que estava começando a se organizar. De modo que fizeram dois núcleos: aqui e depois outro em São Paulo.

M.C.M. – Fizeram contato com a Faculdade de Medicina de São Paulo?

S.S. – Fizeram. Com a Faculdade de Medicina e com Manguinhos. A Faculdade de Medicina daqui não se interessou porque uma condição que eles estabeleciam para auxiliar as Faculdades era o tempo integral. A Faculdade do Rio não aceitou, enquanto que a de São Paulo aceitou para as cadeiras básicas – é o tal negócio de dividir o Curso em duas partes. Por isso, aqui, a Rockefeller ficou mais ligada a Manguinhos.

Então, o Chagas, que já me conhecia de perto desde 1916 – eu tinha feito a tese em 1915 – e apesar dele viver mais em Lassance do que no Rio, quando teve que designar alguém para a Rockefeller, designou a mim. De modo que fui o primeiro médico da Rockefeller aqui, com o cargo de Diretor de Campo. Fizemos então o levantamento do Estado do Rio, percorrendo-o de ponta a ponta e estabelecendo postos de região em região.

- S.S. – Havia grande preocupação com a ancilostomose?
- O.F. – A ancilostomose era a base. Mas, a Baixada Fluminense era um campo de malária tremendo. Pior do que se tem visto na Amazônia. Era uma coisa tremenda.
- M.C.M. – Mas a Baixada não foi saneada só muito recentemente?
- O.F. – As coisas foram feitas por etapas. Até a Segunda Guerra Mundial não havia outros recursos contra malária a não ser o saneamento, e isto se constituía de obras de regularização dos rios, dessecamento dos pântanos, etc. O Chagas demonstrou que isso não era importante, o que foi outra grande descoberta dele que pouco se conhece: a doutrina da infecção domiciliar. Ele mostrou que, do ponto de vista médico, a grande nuvem de mosquitos que vem dos pântanos não tem importância; depois que o mosquito entra em casa é que se torna importante porque pica os doentes e fica infectante. Então, a infecção é domiciliar, não tem nada a ver com o saneamento. Essa doutrina do Chagas, para ser posta em prática, lutou contra a falta de um inseticida de qualidade, porque o que se usava naquele tempo era um inseticida de ação momentânea, matava os mosquitos que estavam ali, mas não tinha ação residual, não ficava com ação na casa. Os europeus haviam descoberto o DDT, mas quem o aplicou foram, sobretudo, os americanos, contra o piolho do tifo exantemático. Durante a Segunda Guerra Mundial foi feita uma grande campanha, principalmente na Itália, para acabar com todos os piolhos dos soldados que estavam tendo e transmitindo tifo. E, como o DDT deu resultado eles tentaram então na malária, contra os anofelinos, o que, também deu resultado. Então, todo mundo passou a fazer dedetização; ninguém mais se preocupou em regularizar cursos de rios nem dessecar pântanos o que era uma obra gigantesca, como a que foi realizada aqui na Baixada. Há uma publicação nossa em que faz uma comparação entre a obra de saneamento realizada pelo Mussolini, na Itália e a que foi feita na Baixada Fluminense: a do Mussolini era uma coisinha de nada, enquanto que a daqui, era uma vastidão. A campanha daqui foi extremamente mais vasta do que a italiana e com resultados razoáveis, apesar de não serem completos.

Dado o resultado alcançado na Itália, o Soppen, que era o diretor da Rockefeller aqui no Brasil, influenciou o Pinotti dizendo: “Deixe dessa história de saneamento e faça a dedetização.” E, o Pinotti, que era muito inteligente e homem de ação, fez um plano que deu ótimos resultados: a dedetização liquidou com a malária no vale do São Francisco, inclusive na Bahia, na Baixada Fluminense e em todos lugares onde ele trabalhou.

S.S. – Isso foi em que época?

O.F. – Depois da Guerra. Em 1946.

M.C.M. – Foi no governo do Dutra que a malária foi erradicada?

O.F. – Exatamente. Nessa época foi criado o Instituto de Endemias Rurais.

Mas, a situação na Amazônia era a que todos conhecem. Quando estive em Manaus, em 1942, lá havia 25.000 casos de malária, registrados pela Saúde Pública, para uma população de 70.000 habitantes, o que mostra que mais de um terço da população estava com malária. Quando voltei, 12 anos depois, para organizar o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, não havia nenhum caso autóctone de malária em Manaus. Tinha ocorrido um caso no aeroporto, cujo doente estava na Santa Casa, provavelmente do causado por mosquito vindo dos aviões. Não havia caso autóctone nenhum, o sucesso tinha sido completo. Todos os que aconteciam eram vindos de longe.

M.C.M. – Mas não houve uns problemas com essa campanha?

O.F. – Sim, mas depois que entrou a política. O Pinotti, entusiasmado com todos esses êxitos, começou a se projetar com idéias de vir a ser vice-presidente da República. Iniciou-se, então, uma campanha contra ele.

M.C.M. – Também não tinha uma história de que os homens que carregavam às costas o tanque que continha DDT morriam?

O.F. – Não, isso tudo é fantasia. Hoje sabe-se que o DDT tem mais perigo do que se pensava, mas aí é o caso de se escolher entre o perigo da malária e o da intoxicação pelo DDT, e, entre os dois, a malária é muito pior.

S.S. – O DDT antes era mais eficiente do que é hoje?

O.F. – Não, nem sempre. Isso também foi uma descoberta de Manguinhos. Foi o Doutor Artur Neiva quem, pela primeira vez, mostrou que todas essas substâncias usadas no combate à malária – tanto os anti-maláricos, para o tratamento do indivíduo, quanto os agentes contra os transmissores – no fim de algum tempo acabam selecionando as espécies resistentes. De modo que destroem as que são sensíveis, mas ficam as resistentes e que continuam a transmitir a doença. De modo que o problema do anti-malárico, assim como o dos inseticidas, é um problema que tem que ser sempre estudado; não se pode parar de pesquisar porque chega-se a um certo ponto em que só há formas resistentes e então é necessário que se descubram novos. É um problema indefinido de pesquisa: sempre novos agentes para combater aqueles que são resistentes aos agentes antigos.

M.C.M. – Mas, voltando a sua adaptação no Brasil depois desse período no exterior...

O.F. – O Chagas me forneceu todos os elementos. Eu precisava de uma biblioteca especializada, inclusive pelo que já havia visto com o Shear, em todos aqueles livros clássicos e que são muito importantes. E, o Chagas mandou encomendar todos. Formou-se, então, em Manguinhos, uma excelente biblioteca clássica de Micologia. Chagas colocou à minha disposição um assistente, e, eu tinha a coleção que era, provavelmente, a segunda do mundo. A primeira era a BRITISH INSTITUTE, em Londres. Comecei a fornecer culturas para todo mundo, e, para meu antigo mestre, Brumpt, mandei mais de cem culturas de penicilios e, baseado nelas ele descreveu uma porção de coisas. Em seus livros, várias delas são citadas.



M.C.M. – Nesse momento se cogitava da potencialidade curativa desses fungos?

O.F. – Não. Desde a época do Pasteur já se sabia da existência de substâncias antagônicas, mas a descoberta do fenômeno da antibiose foi feita por Fleming. O Fleming foi o primeiro a mostrar que havia na natureza organismos que se combatiam uns aos outros. Ele sugeriu, insinuou, mas não explorou isso sob o ponto de vista médico. Foi Florey quem viu a importância que tinha o fato e começou a trabalhar no sentido de empregar essas substâncias contra diferentes doenças. Florey se associou ao Chain – um judeu – e os três fizeram todo esse trabalho. Mas, tiveram que recorrer ao Thom.

M.C.M. – Com seus fungos?

O.F. – É. Recorreram ao Thom para saber qual era aquele micro-organismo. O Thom classificou e mostrou que era um cogumelo já conhecido, o *penicillium notatus*.

S.S. – Nessa época em que houve o desenvolvimento de uma série de trabalhos de Micologia, o senhor acumulava também a chefia do Laboratório na Clínica Dermatológica?

O.F. – Sim. Fui Chefe do Laboratório por causa desse desenvolvimento de trabalhos. Comecei com o professor Fernando Terra. No Laboratório eles tiveram um caso que estava sem diagnóstico e mandaram o Ari Ariel um freqüentador da Clínica do Fernando Terra – não tinha uma função definida, era uma espécie de assistente voluntário – levar as peças para Manguinhos, as quais foram dadas ao Magalhães do Souto que as cortou e viu umas coisas que nunca havia visto. Coincidiu que eu tinha chegado naquela ocasião e tendo sido chamado, fiz o diagnóstico. Foi o primeiro caso de cromoblastomicose que estudamos. Houve um americano que deu meu nome à doença: doença de Fonseca, mas o que é adotado foi o que propus: cromoblastomicose. Tinham sido descritos um caso americano e quatro em São Paulo, mas sem uma concepção exata do que era a doença. Essa concepção fomos nós quem demos e, então, tínhamos que escolher um nome. Propus ao Magalhães do Souto, e ele aceitou – fazíamos o trabalho em

colaboração – o nome de cromoblastomicose. O nome tem muita importância porque a partir daí se torna uma doença nova. Passamos a procurar e começaram a surgir na Rússia, na Alemanha, em Sumatra e, em toda a parte, casos de cromoblastomicose. Então, quem sistematizou, quem mostrou que era uma doença especial e que era causada por mais de uma espécie de cogumelo, pode-se dizer, que fomos nós. Mostramos que não era uma síndrome.

S.S. – Esse trabalho surgiu dessa ligação entre o Laboratório e a Clínica?

O.F. – Sim, surgiu da ligação entre a Clínica e o Laboratório. Sem isso não se pode fazer nada. Parasitologia sem doentes não é possível. Onde são encontrados os parasitos? – Não é na parede do Laboratório; tem que ser em um doente. Isso, até agora, não entrou na cabeça de muita gente. A Faculdade de Medicina foi uma que não conseguiu assimilar a questão, e até hoje, a Clínica é separada do Laboratório. Trabalhei muito para fundir as cadeiras de Medicina Tropical com Parasitologia, mas não consegui. Mas, o Laboratório desenvolveu-se. Publicávamos trabalhos, sempre em português e inglês, e distribuíamos entre os especialistas, de modo que muita gente lá fora se surpreendeu. Um foi o Fred Weisman, de Filadélfia. Assim que mandei os primeiros trabalhos ele me escreveu: “Nunca imaginei que existisse um Laboratório de Micologia Médica. Vamos entrar em contato: Isso porque não havia nenhum outro no mundo: era só o de Manguinhos. Depois, multiplicaram-se os Laboratórios. Os Estados Unidos têm hoje três ou quatro centros muito importantes: Nova Iorque, na Universidade de Columbia, com a doutora Berdham; Atlanta com o Aiello; o Instituto de Saúde Pública em Bethesda, com o (?); enfim, vários outros que se tornaram grandes figuras na Micologia Médica. Mas, tudo veio muito depois de nós.

S.S. – O senhor continuou dirigindo o Laboratório até quando?

O.F. – Continuo até hoje.

S.S. – Nunca interrompeu?

O.F. – Nunca interrompi. Houve um período em que me afastei do Instituto: foi na época do Estado Novo. Fui obrigado a desacumular e me afastei oficialmente, mas continuaria se não fossem as circunstâncias especiais criadas pelo Estado Novo.

M.C.M. – Foi no período da direção do Cardoso Fontes?

O.F. – Foi.

S.S. – E o próprio da Amazônia, quando foi?

O.F. – Sempre trabalhei na Amazônia. Sempre me ocupei da Amazônia. A primeira vez foi quando escrevi um trabalho para o Dicionário do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico – na época ainda estava muito ligado à Botânica. Pediram-me que fizesse um trabalho sobre a flora do Brasil, mas isso não era possível. Flora do Brasil é uma imensidade. O que poderia fazer era escrever sobre os aspectos fitogeográficos. Então, o meu primeiro trabalho sobre a Amazônia foi “Vegetação e Aspectos Fitogeográficos”, onde dou minhas idéias e que é citado, inclusive, nas publicações do IBGE.

Eu vivia muito pelo mato – nunca passava seis meses aqui no Rio – e sempre digo que a minha verdadeira vocação não era outra senão a de mateiro.

Quando o Conselho Nacional de Pesquisas resolveu organizar o Instituto da Amazônia eu tinha deixado a direção de Manguinhos e o Álvaro Alberto convidou-me para organizá-lo e dirigi-lo. Foi nessa época que trabalhei mais sobre a Amazônia, tenho até algumas publicações.

M.C.M. – No seu livro o senhor se refere à saída do Henrique Aragão em condições que teriam iniciado uma prática ruim para o Instituto.

O.F. – Não, aí começou o barulho. Isso é uma história complicada. O primeiro incidente sério no Instituto foi durante o período do Oswaldo. Havia lá um assistente e que entrara como todos nós: fez curso, entrou, começou a trabalhar e a publicar.

Estava lá havia algum tempo quando foi nomeado interino para substituir alguém que se afastara. Mas, era interinidade que nunca se efetivava.

S.S. – Havia uma situação curiosa no Instituto: quando um pesquisador saía, alguém ficava recebendo uma parte do seu salário. Isso é uma coisa que talvez valesse a pena o senhor comentar.

O.F. – Depois de certa época havia rotatividade, mas não no tempo do Oswaldo. O Oswaldo nomeou o tal rapaz interino e passaram-se os meses, depois os anos e ele não o efetivava no cargo, e não o fazia porque tinha razões para isso. Então, o rapaz, por meios que lhe eram próprios, pediu uma carta ao Oswaldo na qual dizia a quanto tempo era interino e que estava preenchendo o cargo a contento. De posse dessa carta foi de senador a senador pedir uma emenda no orçamento. Uma emenda no orçamento era uma coisa especial: havia a cauda do orçamento que eram centenas de emendas que não podiam ser vetadas pelo presidente da República porque o orçamento era um documento intocável. De modo que tudo quando era emenda entrava “*ipso facto*” no orçamento.

Com a carta do Oswaldo o rapaz conseguiu a votação da emenda mandando que fosse efetivado. E, apesar de ser lei, o Oswaldo disse que deixaria a direção do Instituto, mas não o efetivaria porque, em primeiro lugar, o processo não estava bom e, em segundo, havia razões pelas quais ele não havia sido efetivado.

O Instituto então dividiu-se em dois grupos: um ficou com o Oswaldo e, entre outros, estava o Chagas e eu (que era um meninote naquele tempo) e o outro ficou com o tal doutor. Passaram-se meses, anos, e o Oswaldo morreu sem nomeá-lo. O Chagas, então, mais político, mais conciliador, conseguiu do governo um cargo melhor, do ponto de vista de remuneração, para o tal cidadão. Ele aceitou e liquidou-se o assunto. Mas esse germe de dissensão continuou no Instituto até o fim. Dois ou três dos mais antigos, que tinham estado ao lado desse assistente, mantiveram a oposição a todos os outros diretores do Instituto. Fizeram uma oposição tremenda ao Chagas, e mais tarde, ao Aragão. Inclusive, há uma porção de caricaturas do Aragão que saíram naquela época.

M.C.M. – Quando o Aragão foi diretor?

O.F. – O Aragão foi diretor depois do Cardoso Fontes que era um dos que ficou ao lado do assistente.

M.C.M. – O Henrique Aragão não foi também do tempo do governo do Dutra?

O.F. – Foi. Ele deixou o cargo durante o governo do Dutra. Mas esse é um outro episódio do qual falarei depois.

M.C.M. – Nessa época não houve também problemas com o Chagas?

O.F. – A sucessão foi a seguinte: quando o Oswaldo morreu foi nomeado o Chagas. Aí agravou-se a dissensão.

S.S. – Não estou entendendo uma coisa; por que essas pessoas estavam contra a orientação do Chagas? Qual era o argumento?

O.F. – Por espírito de oposição: “Ha gobierno, soy contra.”

S.S. – Não havia uma razão concreta?

O.F. – Eles inventavam toda sorte de coisas.

M.C.M. – Não havia um problema de divisão dos recursos das vacinas?

O.F. – Havia. Mas, foram coisas sucessivas. Inicialmente, o que aconteceu foi o seguinte: morreu o Oswaldo e afastou-se aquele assistente, mas os dissidentes ficaram. Esses, mantiveram oposição ao Chagas e diziam: “a doença de Chagas não existe; são uns 40 casos observados em Lassance. É uma doença só de Lassance. Não existe em parte mais nenhuma.” Fizeram uma propaganda completa: “Não foi Chagas quem descobriu o parasito, foi o Oswaldo.” Um deles chegou a publicar

um trabalho chamado: “Doença de e Chagas” – encontrei-o em cima da mesa do Brumpt, nos meus primeiros dias de trabalho com ele. E, a campanha foi até o fim.

M.C.M. – Quem publicou isso?

O.F. – Foi o Figueiredo Vasconcelos, que, aliás, era um grande técnico.

M.C.M. – Foi o que fez a vacina da peste?

O.F. – Foi. Ele era um grande técnico, mas ficou do lado da oposição porque também pretendia ser diretor. Era o mais antigo de todos.

S.S. – Era exatamente isso que eu queria perguntar. Quando desapareceu o Oswaldo Cruz houve disputa pela direção do Instituto?

O.F. – Não chegou a haver porque o prestígio do Chagas era um fato. Não só pela descoberta da doença, como pelo governo, que era um governo de Minas: o Wenceslau Brás. A doença foi descoberta em Minas por um mineiro, que era o Chagas; quase todos os trabalhos vieram de Minas. De modo que o governo prestigiava ao Chagas sem hesitação. Mas, havia dois, mais antigos que o Chagas, que disputavam a direção: um era o Figueiredo Vasconcelos e o outro era o Fontes.

S.S. – O Oswaldo Cruz se afastou antes de morrer?

O.F. – Sim, ele se afastou. Foi para Petrópolis por causa dessas brigas todas, mas não deixou o cargo de diretor. Foi diretor até morrer. Como pretexto para ter uma função, o Chagas foi nomeado Prefeito de Petrópolis. Mas lá também houve campanha política contra ele.

M.C.M. – Também estava muito doente, não?

O.F. – Estava muito doente. Sofria de arteriosclerose e doença de Bright, e, aos 44 anos, era um velho arrastando os pés. Estava muito doente e não resistiu a isso. E, ainda havia a campanha contra ele em Petrópolis.

S.S. – O que ele teve foi uma doença neurológica?

O.F. – Não. Foi uma doença de coração e rins, ligada à arteriosclerose.

M.C.M. – Mas arteriosclerose dá nessa idade?

O.F. – Dá. Dá até em crianças. Mas, com ele foi por causa dos excessos. Ele trabalhava enormemente e não cansava nunca.

Naquele tempo, o regime de trabalho no Instituto era muito diferente do que é hoje. Inicialmente, foi previsto que o pessoal dormiria lá, de modo que no último andar havia nove dormitórios. Tinha o quarto do Oswaldo, o quarto do Lutz e outros que eram ocupados conforme a época. Quando entrei passei logo também para esse regime. Vinha à cidade duas ou três vezes por semana, e, quando saía no trem de nove e quatorze o doutor Neiva me chamava à ordem, porque a hora normal era a do trem de dez e quatorze, e com isso, chegava-se na cidade tarde da noite.

M.C.M. – A briga por causa dos recursos das vacinas, vem desde quem?

O.F. – Vem do regime do Chagas, na época do Estado Novo. Com a Revolução de 30 surgiu o Estado Novo, no qual foi criado o DASP. Um dos primeiros atos do DASP foi achar que entre as vacinas – no Instituto havia duas ou três que eram patenteadas. Os descobridores as tinham patenteado e contratado (contrato verbal, como eram todos os contratos do Instituto) com o Instituto para que ele as explorasse e lhes pagasse uma porcentagem. O Godoy, que foi o homem que patenteou a primeira vacina – vacina da manqueira – recebia 5%; depois houve uma outra – vacina de CARBUNCROMÁTICO – do Astrogildo Machado, Godoy e Felipe, da qual eles recebiam 10%. O DASP achou que era acumulação; era

acumular cargo receber uma porcentagem de uma patente deles. O DASP sempre foi nefasto para o Instituto e continua sendo agora. Considerou acumulação e pura e simplesmente retirou as vacinas para uma empresa particular. Formaram um Laboratório particular e o Instituto ficou sem a renda das vacinas, porque eram essas as que rendiam mesmo; as outras davam uma renda insignificante. As importantes passaram à propriedade particular, pura e simplesmente, com um ato do DASP. O Instituto, com o que chamava de renda própria, custeava os postos do interior do país, custeava expedições, custeava contratos de novos técnicos, etc.

M.C.M. – O DASP é uma entidade absolutamente inacessível?

O.F. – É uma entidade muito conveniente. Os governos todos o querem porque o DASP não é ninguém. Eles mandam dizer ao DASP – e isso o Getúlio fazia comumente – “Você resolve tal problema de tal modo.” – o DASP resolvia e depois o governo dizia: “Foi o DASP quem resolveu”. Então, é ótimo. Empurra-se a culpa para o DASP, e acabou.

M.C.M. – Havia alguma animosidade contra o Instituto?

O.F. – Sempre houve um grupo contra: uns por causa de questões pessoais, outros apenas por rivalidade, porque o Instituto tinha sucesso e os outros não tinham. Quando morreu o Chagas, ainda no governo do Getúlio, o Fontes, que era seu amigo particular, foi nomeado. O Fontes estava, com a nomeada da filtração bacilo da tuberculose, o que estava errado.

Na época havia luta também na imprensa, principalmente – isto são casos de bastidores – através dos “A Pedidos”, uma Seção do “Jornal do Comércio”. O “Jornal do Comércio era o jornal importante da época, era quem mandava. No tempo da Monarquia, uma nota do “Jornal do Comércio fazia cair um Ministério. De modo que a luta prosseguia também nos “A Pedidos”, e saíram até uns versinhos:

– “Lombriga passa no filtro?

É mentira de mecê.



O filtro estava rachado,  
Isso sim que pode ser.”

Isso saiu no jornal. E, quanto ao Chagas, inclusive até em questões de sua vida particular, foram publicados versinhos nos “A Pedidos” do jornal.

A gestão do Cardoso Fontes foi um período morto no Instituto.

S.S. – Anteriormente, o Instituto, através do Chagas, não tinha acesso direto ao Simões Lopes, que era o homem do DASP? O Simões Lopes não era uma pessoa sensível à Ciência?

O.F. – Não. Começou que o Chagas, ao vir da Europa, na época da Revolução de 30, foi preso a bordo. Foi a “Sala da Capela”, o que corresponde à correção aqui. Eles eram presos políticos e não podiam ir para a prisão comum – naquele tempo eles obedeciam pouco à lei – então, havia a “Sala da Capela”. Colocavam ali, 40, 50, 60 pessoas e o Chagas estava no meio porque disseram que havia ido comprar armamento para o governo.

M.CM.– O Carlinhos disse que era ele quem ia tomar o poder.

O.F.– Como?

S.S. – Houve um engano.

O.F. – Engano vital esse, não?

S.S. – E depois?

O.F. – Depois tiveram que recuar, porque viram que tinham dado uma “mancada”.

S.S. – Aparentemente, o próprio Simões Lopes, como diretor do DASP, havia feito exceções em outros âmbitos. Abriu precedentes.

M.C.M. – Criou os tais cargos técnicos especializados, não é?

O.F. – O Simões era uma das pessoas menos qualificadas para dirigir o Serviço Público, porque ele foi, como foi o Fontes, a partir de certa época, um funcionário completamente relapso.

M.C.M. – O Simões era funcionário relapso?

O.P. – No Ministério da Agricultura era conhecido como funcionário relapso, e o Fontes também, porque depois de certa época não ia mais ao Instituto, e, no entanto, foi nomeado diretor e o Simões nomeado diretor do DASP, para dirigir o funcionalismo. Isso mostra a displicência do Getúlio que em muitos momentos se manifestou.

S.S. – O senhor acredita que por essas razões, a partir dos anos 30, a qualidade do trabalho do Instituto decaiu?

O.F. – A qualidade não, mas o pessoal do Instituto encontrava dificuldades para tudo. Há até uma frase do secretário do Chagas, o Leocádio Chaves – um médico de destaque – que era também secretário do Instituto. Quando se ia falar com ele para pedir uma providência qualquer, ele, ironicamente, dizia: “o mais tarde possível.” Mais tarde possível porque não havia recursos; “vamos fazer, mas vamos deixar isso para depois; o mais tarde possível.” E, ficou a frase clássica: – “o mais tarde possível.” No Instituto foi sempre assim: foi sempre lutando, lutando, lutando... Eu tenho um documento confidencial e que por isso mesmo não posso utilizar como documento, mas ao qual anexei várias coisas que são públicas.

O Fontes recebeu a mim e ao Tiomno em casa e disse, simplesmente, o seguinte: – “o meu parecer vai ser a sua Exposição de Motivos.” E, assim fez. Quando chegou o momento, ele abriu aspas e disse – “O parecer da Comissão de Finanças é a Exposição de Motivos dos Técnicos do Instituto.” E o resultado foi que tivemos tudo aprovado, porque a Comissão de Finanças era a Comissão principal. Então,

como sempre acontece, todo mundo apresentou emendas: desde o Vice-Presidente da República até o último deputado. Então, apesar de retardado por um ano acabou sendo aprovado. De outra vez foi, também no Estado Novo, a luta com os problemas de Saúde Pública.

M.C.M. – O Cardoso Fontes foi diretor até quando?

O.F. – Não lembro a data exata.

M.C.M. – Mas ele morreu no cargo antes do fim do governo Getúlio. Então entrou o Henrique Aragão?

O.F. – O Fontes morreu no cargo e o Aragão entrou como interino assim permanecendo muitos meses. Miais ou menos em 1940, 1942, foi efetivado. Nessa época eu estava fora do Brasil.

Ao fim de algum tempo veio então o Governo do Dutra e como Ministro da Educação e Saúde veio o Clemente Mariani.

A Rockefeller que já havia feito carreira, resolveu extinguir seus trabalhos aqui no Brasil, pois a política da Rockefeller era essa: lançar as questões, deixar que elas chegassem a um ponto em que não pudessem mais retroagir e depois abandoná-las nas mãos do governo. E, como era esse o programa, assim fez também no Brasil.

A Rockefeller estava com o Serviço de Febre Amarela e então foi preciso dividi-lo. Nesse ponto é que houve uma divergência entre o pessoal da Febre Amarela e o do Instituto. Por isso a questão ficou nas mãos do Clemente Mariani, mas na verdade, já vinha de muito antes e isso talvez ele nunca tenha sabido, porque um ano e tanto antes me encontrei com o Aragão numa reunião da Sociedade de Cultura Inglesa e depois de conversarmos algum tempo ele me disse: – “Olhe fulano, estou já com esta idade” – naquela época ele devia estar com quase setenta anos “e ao fim de algum tempo posso adoecer, me acontecer qualquer coisa e há o problema da sucessão no Instituto. Prepare-se porque é você quem vai tomar

conta. Prepare-se”. Portanto, a questão da Febre Amarela foi simplesmente um pretexto porque mais de um ano antes o Aragão já havia me avisado e quando chegou a ocasião, ferveu: a Febre Amarela já andava no Instituto de outro e ele resolveu pedir demissão. A solução que ele queria não era exatamente aquela e o Ministro insistiu muito com ele; insistiu mais do que foi possível e não conseguiu nada. Fomos uns 6 ou 8 de Manguinhos, a Petrópolis, falar com alguém da Presidência da República com o intuito de manter o Aragão no cargo.

M.C.M. – O problema era o combate à Febre Amarela ter sido retirado das mãos do Instituto?

O.F. – Não, o Instituto não tinha nada com a Febre Amarela, mas, desde que, além de outras coisas, a parte de vacinas era feita lá, o Instituto tinha que continuar com esse encargo e o Aragão achava que não poderia ficar só com aquele, deveria ficar com o conjunto de serviços paralelos. E, ficou a discussão. Ele pediu demissão e o Clemente Mariani não conseguiu demovê-lo. E, uma tarde – naquele tempo eu fazia clínica e tinha consultório – quando estava consultório, recebi um telefonema ao Chefe do Gabinete, que me disse: – “O Ministro está querendo falar com o senhor, hoje.” Isso eram quatro e meia da tarde, e, eu disse: – “Muito bem, a que horas o Ministro quer?” Ele marcou: “seis horas” – “Então estarei lá no Ministério.” Procurei o Aragão no Itamarati, onde era vice-presidente do IBECC-cargo em que o substituí depois – para conversar e ver se o demovia e ele disse-me: – “não há possibilidade. Não continuo no Instituto porque agora saio bem e em outra ocasião pode ser que não saia bem. O Ministro mandou chamá-lo para convidá-lo para diretor do Instituto.”

Eu tinha estado com o Clemente Mariani duas vezes: uma quando ele recebeu o título de Grande Oficial da Legião de Honra. Eu era presidente da Aliança Francesa, muito ligado à Embaixada e eles convidaram-me para assistir à posse. A segunda foi quando pedi uma audiência para levar a sua presença um judeu francês que se dedicava a obras de beneficência e que tinha organizado, na França, uma coordenação de sociedades de beneficência e queria fazer o mesmo aqui. Como essas sociedades dispersam muitos esforços e ele havia conseguido êxito na

França, pediu-me para pô-lo em contato com várias pessoas. Por isso pedi uma audiência ao Ministro que o recebeu e ouviu a sua história. A terceira vez foi quando chamou ao gabinete. Eu não tinha relações com ele. As que tinha eram puramente oficiais e ocasionais.

Nessa ocasião ele me expôs o problema dizendo que o Doutor Aragão tinha lhe levado uma lista e que dela se discutira nome por nome e haviam concluído que o escolhido seria eu. Respondi ao Mariani dizendo: – “em princípio aceito, mas quero primeiro, mais uma vez, insistir com o Doutor Aragão.” Então o Ministro respondeu: – “pois bem, o senhor volte a falar-lhe, mas acho que vai ser inútil porque ele não vai voltar atrás. Mas, às oito horas lhe telefono.” De modo que voltei a falar com o Aragão, mas ele acabou não aceitando. Quando o Mariani telefonou tive que lhe dar a resposta dizendo que o Aragão não queria ficar de modo nenhum. Mas, como sempre havia brigas no Instituto, chamei o Júlio Muniz e este chamou o Arêa-Leão lá em casa e o Júlio Muniz ficou na extensão do telefone ouvindo toda a conversa.

M.C.M. – Que maravilha! Parece o índio Juruna, não?

O.F. – É. O Júlio Muniz ouviu toda a conversa, mas vi, desde logo, a oposição porque o Arêa-Leão ficou de cara amarrada. Logo depois telefonou-me, parece-me que de Poços de Caldas, o Souza Araújo, como que tomando satisfações: – “é verdade que o senhor foi convidado para diretor do Instituto?” Quando lhe respondi que sim ele não continuou a conversa, despedindo-se secamente. Nesse momento vi a oposição que enfrentar. No dia seguinte, ou dois dias depois, quando ainda nem tinha tomado posse, já estava o jornal metendo o pau.

M.C.M. – O Chagas mencionou um episódio que aconteceu, antes disso, sobre a tentativa de vincular o Instituto à Universidade.

O.F. – Houve uma tentativa quando era Ministro o Souza Campos, meu amigo íntimo. Quando estudei em Baltimore, só havia de brasileiros eu, o Souza Campos e sua família. Por isso estávamos muito ligados e ficamos sempre amigos.

M.C.M. – Era o Souza Campos ou o Doutor Mac Donald?

O.F. – Era o Ernesto Souza Campos. Eu lhe transmiti a vontade do pessoal do Instituto e o Ministro concordou.

M.C.M. – Que era vincular-se à Universidade?

O.F. – Sim, e efetivamente vinculou-se durante alguns meses, mas depois, positivamente, com a Universidade, não funcionou.

S.S. – O senhor achava que essa era uma boa idéia?

O.F. – Na prática não, porém, teoricamente, era. Pertenci à Universidade do Brasil praticamente durante toda a minha vida: desde 1910, como aluno, depois auxiliar, depois como catedrático e, atualmente, sou emérito: estou vinculado à congregação da Faculdade. Mas, eu sempre disse que a Universidade do Brasil é um modelo do que não deve ser uma Universidade. Ainda há poucos dias, num discurso perante o Ministro, repeti mais ou menos a mesma coisa. O Clemente Mariani também sempre foi contrário à autonomia da Universidade, por causa disso: é a negação das coisas; é a confusão; a atrapalhão. A Universidade não funciona porque é um ministério de burocracia, de funcionários, de tudo.

S.S. – O que precisaria para funcionar?

O.F. – Simplificar. Por exemplo: eu falei no Relatório Flexner. Quando os americanos recuaram, veio um relatório de um professor de uma pequena universidade americana, que é a Universidade de SUDERFIELD. A Universidade é tão boa que dela veio o Relatório que substituiu o Relatório Flexner. A Reitoria é pouco maior do que este apartamento, com mais ou menos uma dezena de funcionários e funcionava perfeitamente. Aqui é um ministério, uma coisa tremenda. Certa vez recebi um donativo para manutenção de culturas resolvi entregá-lo à Universidade. Foi um erro total porque depois, para retirar esse dinheiro da

Universidade foi uma luta. Nunca mais fiz isso; passei a receber a contribuição e não falei mais em Universidade.

S.S. – Quando o senhor foi diretor providenciou uma série de coisas, inclusive um microscópio eletrônico.

O.F. – A minha primeira preocupação foi, justamente, modernizar a estrutura material do Instituto. Basta dizer ao senhor, que conhece o assunto, que de Microscopia só tinha Microscópio Ótica Comum e Campo Escuro. Não tinha Microscopia de Fases, não tinha Microscopia de Luz Polarizada, não tinha nada, nada, nada e muito menos Microscopia Eletrônica. E, essas coisas todas precisavam ser modernizadas. A Microscopia Eletrônica estava começando, mas difundia – muito rapidamente. De modo que a minha primeira preocupação foi montar uma sala de aparelhos, como já houvera no tempo do Oswaldo, a sala de máquinas, onde era colocada a aparelhagem muito cara e que não podia ser comprada para A, B e C, tinha que ser adquirida para o Instituto e cada um utilizaria o aparelho ali. Fiz, então, a sala de aparelhos, com todas as coisas mais modernas que existiam, inclusive um aparelho de eletroforese que nunca havia tido no Instituto. Comprei um aparelho. Naquele tempo era uma coisa astronômica, mas em todo o caso, era o que havia de melhor. Hoje, faz-se eletroforese com qualquer coisa. Comprei também o Microscópio Eletrônico e, imediatamente, levei pancadas do DASP e dos jornais, porque: – “eu estava comprando um aparelho muito caro; havia outros mais baratos, etc...” Respondi, como respondo sempre ao DASP, em termos: “que eles não tinham competência, que aquilo não era da conta deles, etc.”

Tive, também, oposição dos Estados Unidos porque o governo americano estava exigindo que disséssemos quem é que ia trabalhar nos aparelhos e que iam ser usados. Também a isso não dei resposta, comprei o aparelho assim mesmo.

S.S. – Por que o governo americano podia exigir isso?

O.F. – Porque tudo que fosse possível resultar numa descoberta nova que, mesmo de longe pudesse vir a influenciar qualquer coisa ou qualquer plano deles, interferiam.

M.C.M. – Mas com que direito? Em nome de que princípio?

O.F. – Nenhum. Em nome apenas do poder deles. Nada mais. Como fizeram com as centrífugas para enriquecimento de urânio.

M.C.M. – Mas, nesse caso existe o problema do desarmamento.

O.F. – Mas já havíamos comprado e pago as centrífugas na Alemanha.

M.C.M. – Sim, mas nesse caso havia esse respaldo, não?

S.S. – É. Mas sabiam eles lá qual seria, mesmo que remotamente, a influência que a Microscopia Eletrônica iria ter?

S.S. – Esse microscópio foi comprado de uma firma alemã particular?

O.F. – Foi comprado de uma firma alemã que nos deu garantia de manutenção.

S.S. – Em que ano foi isso?

O.F. – Se não me engano, foi mais ou menos em 1950.

S.S. – Foi na mesma época da centrífugadora?

O.F. – Foi. Então, o Hans Muth, que era o técnico deles para Microscopia Eletrônica passou a ser técnico do Instituto, porque o único microscópio eletrônico que funcionava aqui no Brasil, era o nosso.

M.C.M. – O do Instituto de Biofísica veio depois do seu?



O.F. – Veio bem depois do meu. Havia um que fora doado à Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina. Uma dessas coisas estapafúrdias. A senhora do Arnaldo Moraes, que era um catedrático, tinha um parente que aliás também é parente meu – um homem muito rico – e a quem o Arnaldo Moraes tinha prestado serviços. E ele então quis dar algo para a Clínica e perguntou a um dos assistentes de laboratório, que respondeu: – “um microscópio eletrônico.”

M.C.M. – Foi o Mário Ramos, não?

O.F. – Sim, foi o Mário Ramos. Mas, não tinha ninguém para fazer funcionar o tal microscópio. Nós, em Manguinhos, precisamos recorrer à firma que, então, nos mandou o Hans Muth e este ficou no Instituto. De modo que esse microscópio nunca foi usado e atualmente está inutilizado. Lá ele servia para pendurar os guarda-chuvas. Era usado para isso.

M.C.M. – O Instituto de Biofísica optou por mandar uma pessoa, que era o Doutor Eça Maia, para ser treinada lá, não foi?

O.F. – Sim, foi o doutor Eça Maia.

M.C.M. – O senhor preferiu importar uma pessoa ao invés de mandar alguém para ser treinado?

O.F. – Não, o Hans Muth já estava aqui no Brasil e ficou como funcionário contratado do Instituto. E com isso o nosso microscópio funcionou, tendo sido publicados vários trabalhos.

S.S. – Mas funcionou relativamente pouco tempo. Por quê?

O.F. – Porque, quando deixei o Instituto, aconteceu comigo o que sempre acontece: – aconteceu com o Álvaro Alberto, no Conselho, assim como aconteceu com outros – sempre há quem se interesse em liquidar com tudo o que anteriormente o

cidadão tenha feito. De modo que, com a minha saída, fechou-se a sala de aparelhos e cada um foi lá buscar para o seu laboratório, o que bem entendia. E, atualmente, o microscópio eletrônico está saqueado: cada um tirou dele uma peça ou aquilo que lhe interessasse para levar para seu laboratório. Assim, fechou-se a Microscopia Eletrônica. Isso é uma coisa escandalosa, que ocorreu.

S.S. – As peças, isoladamente, tinham utilidade?

O.F. – Tinham, porque havia, por exemplo, alto-vácuo (para se fazer Microscopia Eletrônica é preciso alto-vácuo) e lá, alguém que não sei quem foi, achou que aquilo poderia ser útil no seu laboratório e carregou.

O Hans Muth era justamente um especialista de alto-vácuo.

M.C.M. – O senhor saiu da direção em que ano?

O.F. – Não me lembro bem, mas parece-me que foi em outubro de 1953.

M.C.M. – Em 1953 era ainda o governo do Getúlio.

S.S. – Nessa época o Almirante Álvaro Alberto estava CNPQ?

O.F. – Estava.

S.S. – Havia sempre contato de Manguinhos com o CNPQ?

O.F. – Sempre houve muito, tanto que eu era membro do Conselho.

S.S. – O senhor foi membro do Conselho até 1955?

O.F. – É, até, mais ou menos, 1955.

S.S. – O senhor participou desde 1951; isto quer dizer que desde o período de formação do CNPQ?

O.F. – Fui membro do Conselho durante 11 anos. Não me lembro exatamente das datas, mas foi até 1960, mais ou menos.

S.S. – Portanto no período de formação do CNPQ?

O.F. – Sim, desde a primeira sessão.

S.S. – Como era o contato entre os cientistas e o Álvaro Alberto? A quem ele ouvia mais?

O.F. – Ele ouvia muito alguns e a outros muito pouco.

Em primeiro lugar ele era o homem que sabia alguma coisa de todos os problemas dos quais os outros não sabiam. Quando comprei o microscópio eletrônico, consultei-o e foi ele quem deu a decisão final.

Em Microscopia Eletrônica ele ouvia muito o Carneiro Felipe. Quando surgiu essa surpresa súbita de Bomba Atômica houve uma sessão da Academia de Ciências, especialmente para dizer o que era aquilo, e o único sujeito que estava bem informado era o Carneiro Felipe. De modo que era a ele a quem a gente recorria e a quem recorri sempre para esse gênero de coisas: Física, Química, Físico-Química, etc. De modo que o Álvaro Alberto ouvia muito o Carneiro Felipe, mas este morreu nas vésperas da instalação do Conselho. Já estava tudo resolvido e ele seria o presidente, por influência do Álvaro Alberto. Então, na falta do Carneiro Felipe, o governo nomeou o Álvaro Alberto, que, no caso da bomba atômica, era a pessoa mais indicada porque havia acompanhado, nos Estados Unidos, os trabalhos da Comissão Internacional de Energia Atômica. Também eu acompanhei nesse período toda a história da Energia Atômica.

S.S. – O Conselho teve como problemática inicial a da energia Atômica?

O.F. – O problema da Energia Atômica foi a causa da facilidade relativa com que se organizou o Conselho porque o governo viu que era preciso auxiliar a pesquisa depois de verificar a que ela conduzia. E até mesmo por um problema mais avançado do ponto de vista da defesa nacional.

S.S. – E como era o interesse do Álvaro Alberto em relação a outros ramos da Ciência como Biologia, Botânica, etc.?

S.S. – Em Botânica, por exemplo, citarei os agrônomos que, praticamente sem exceção, obtiveram tudo o que quiseram do Conselho. Já os médicos, não. Havia no Conselho quatro ou cinco médicos que faziam oposição, davam opiniões, etc., de modo que não obtinham nada, porque lhes diziam: – “isso pode ter aplicação mais para uma clínica; isso é propaganda; vai ser promoção do sujeito para a clientela particular.” Assim os médicos não conseguiam nada. Eu mesmo tive maiores dificuldades em certas coisas.

E, as das boas relações: basta dizer que o Conselho teve como primeira verba a quantia de trinta e cinco mil cruzeiros, o que, mesmo naquele tempo, era uma ninharia e o Álvaro Alberto estimou logo mil cruzeiros para livre aplicação no Instituto Oswaldo Cruz. Isso quer dizer que as relações eram muito boas.

Mais tarde o Lattes quis que eu recebesse no Instituto toda aquela maquinaria de Energia Nuclear que havia organizado em Niterói e então eu lhe disse: – “com as verbas que tenho não posso tomar conta de uma coisa dessas.”

S.S. – O dinheiro recebido a partir daí significou um certo revigoramento do Instituto? De início foi suficiente para dar-lhe um novo alento?

O.F. – Não dava para isso. Deu para ajudar muito, mas não para resolver os problemas do Instituto.

Hoje há uma fartura imensa de verbas. Acho que o Instituto tem, se não me engano, trezentos milhões de cruzeiros, o que é uma verba astronômica em comparação com a que tinha antes.

S.S. – Isso quer dizer que a situação do Instituto atualmente é boa?

O.F. – A situação está começando a melhorar. Isto porque na época em que o Doutor Mariani deixou o Ministério o Instituto entrou em crise. Casualmente, quem veio como Ministro, substituindo o Doutor Mariani, no governo do Getúlio, foi uma pessoa com quem eu tinha todo o prestígio, que era o Simões Filho. Ele me deu todo o apoio, embora visse sempre os aspectos políticos. Era jornalista e não compreendia o porquê de não se responder aos ataques dos jornais: – “o ataque de jornal sempre foi respondido.” E eu, que mantinha a tradição do Instituto, dizia: – “Não. Ataques de jornais a gente não responde. Deixa-se o jornal dizer o que bem entender.” Mas, o Simões não aceitava isso e então surgiram muitas rivalidades dentro do Ministério devido ao prestígio do Instituto.

Um dos principais diretores do Ministério, que não preciso dizer quem foi e que era um dos que moviam a campanha contra o Instituto, isto porque havia dois: um deles agia de um modo muito simples: requisitava quantidades astronômicas de vacina – um dia fazia um pedido de 80.000 doses de vacina anti-variólica; na semana seguinte mais 150.000 doses; depois mais 300.000 doses; e mais não sei quantas, etc.

Naquele tempo, para se preparar uma vacina variólica, levava-se oito meses. É um processo todo lento: temos que colocar na glicerina e passar lá aquele tempo todo e, obrigatoriamente, tínhamos que demorar. Mas, depois de prevenidos disso começamos a produzir em escala. Também foram pedidas quantidades imensas de vacina de Febre Amarela. Acho que produzimos dez vezes mais do que a Rockefeller para atender aos pedidos desse cidadão.

Depois, quando estávamos com tudo preparado, começamos a mandar, mandar e quando começou a encher o “hall” do elevador reservado do gabinete do Ministro,

o sujeito me telefonou: – “Senhor Fulano, não mande mais porque não temos onde botar.” – “Não, agora você vai receber tudo o que nos fez fabricar. “Havíamos feito perto de dois milhões de doses de vacina de Febre Amarela. Esse foi um modo de combate que foi abandonado porque o cidadão viu que não dava certo.

Já o outro não, ele foi dizer ao Ministro Simões Filho que o Instituto estava com dificuldades para fabricar vacina de Febre Amarela porque não pagava os ovos. Isto porque a vacina de Febre Amarela é obtida em embrião de galinha: inoculam-se os ovos fecundados e depois utiliza-se o embrião. É como se fabrica a vacina.

Então, um dia, às oito heras da manhã, eu estava no Instituto e telefona-me o Simões Filho: – “Senhor Fulano, soube que não se está fabricando a vacina de Febre Amarela em quantidade suficiente porque o senhor não está pagando os ovos aos fornecedores.” Todos sabemos que as granjas têm um número limitado de ovos, de modo que temos que arranjar um cidadão que vá de granja em granja fazer uma coleta e ele então é quem vende ao Instituto para que possamos ter as quantidades necessárias, as quais são enormes. E, como não estávamos devendo coisa nenhuma, perguntei-lhe a que horas poderia procurá-lo em seu gabinete ao que me respondeu que me esperaria às quatro horas.

Eu tinha um gabinete escondido numa das salas do quarto andar do Instituto que era o dos dormitórios (hoje eles chamam de quinto andar) que usava quando precisava trabalhar sozinho e descansado. Então, desci pelas escadas os quatro andares e quando cheguei embaixo encontrei o fornecedor de ovos e perguntei-lhe:

– “Senhor Fulano, estamos devendo alguma coisa ao senhor?”

– “Não, pelo contrário. O senhor até me adiantou 50 contos.”

Naquele tempo, cinqüenta contos era muito dinheiro.

– “Ah.! Sim! Então o senhor vai escrever isso.”

E, ele escreveu:

– “O Instituto não me deve nada e tenho ainda um adiantamento de cinqüenta mil cruzeiros.”

– “Onde é que o senhor tem sua firma? Qual é o tabelião? Coloque aí também.”

O fornecedor assinou aquela história toda e fui para a Secretaria onde vi que naquele mês em que eles haviam indicado, nós tínhamos mandado vacina para Portugal – para as Colônias – tínhamos mandado para Nicarágua uma quantidade grande e havia passado para o mês seguinte uma sobra de não sei quantas doses –. Então, peguei aquela estatística toda e levei ao Ministro. Quando entrei em seu gabinete ele estava conversando sobre política com alguém – não me lembro mais quem – e assim que me viu levantou-se veio atender-me. Então eu disse:

– “Ministro, aquilo que o senhor recebeu não tem nada de verdade. Aqui está o que temos em depósito, quanto exportamos para Portugal e para a Nicarágua, para não sei mais onde e quanto passou para o mês seguinte. Isto quer dizer que não houve falta de vacina nenhuma. E, quanto ao pagamento aos ovos, aqui está o documento. Se quiser, manda-se reconhecer a firma.”

O Ministro ficou sério e disse:

– “Vou dizer ao Doutor Fulano que ele está muito mal informado.

Portanto, disse-me quem era. E era uma pessoa muito conhecida.

E, a campanha era feita assim. Costumo dizer que quando me levantava e ia tomar o café da manhã, ao ler o jornal, não ia ver se tinha alguma coisa contra mim ou contra o Instituto, mas o que é tinha.

S.S. – Não consigo entender o porquê dessa sanha contra o Instituto.

O.F. – Contra todos os diretores, até a minha gestão. Havia lá um pequeno grupo de comunistas, mas não era isso só, ou não era isso o importante. Desse pequeno grupo, na verdade só havia uns três ou quatro realmente comunistas, os outros não eram. Então espalhou-se a fama de que lá havia um centro de comunismo, o que não era verdade. Havia, talvez, um ou dois que faziam parte dessa campanha, os outros não se metiam na briga interna. Era o tal partido da oposição, ainda os remanescentes das brigas do tempo do Oswaldo. Havia um cidadão que atacava todo o mundo que conseguisse levantar a cabeça, embora se um sujeito de muito valor, um chefe de Escola, mas que tinha esse gosto. Atacou o Olivério Pinto, de São Paulo, um homem de destaque, um grande zoólogo, procurando liquidá-lo.

Atacou, aqui no Museu Luiz Alberto Torres, o quanto pôde. E claro que a tacou também a mim, ele e seu grupo. Mas, acabou perdendo em todos os setores.

S.S. – Nessas críticas que se lançavam contra o Instituto havia críticas à produção científica?

O.F. – De um modo geral não. Havia críticas contra tópicos especiais. De mim diziam o diabo. Diziam que eu tinha enchido lá de gente. Acusaram-me de ter nomeado, de uma só vez, duzentos e tantos funcionários. Eram os funcionários da chamada “Verba Três”, uma verba que não era dos funcionários propriamente ditos. Era para pagar os contratados e esses contratos eram verbais, como quase sempre foram os do Instituto – não eram contratos escritos – Contratava-se, às vezes, técnicos que tinham grande treino no assunto e que eram quase que insubstituíveis. Por exemplo: no terreno da vacina da Febre Amarela e outras coisas, parariam os serviços se não se contratasse. De modo que, com o tempo, foram juntando duzentos e tantos desses funcionários. No âmbito dessa “Verba Três”, o diretor tinha capacidade de fixar os vencimentos, e às vezes, para reter um técnico, era obrigado a dar um vencimento melhor. Também disso me acusaram. Tive que provar e então chamei o diretor do DASP, que era meu companheiro de Conselho Nacional de Pesquisa. Marcamos um encontro, fui ao DASP e mostrei-lhe: – “olha, esses duzentos e tantos são os duzentos e tantos que vêm – alguns de vinte anos atrás – sendo somados. Somando são os duzentos e tantos, são as renovações dos contratos que sempre se fizeram. Não tem nada de novo nisso. Agora, sou obrigado também a dar-lhes vencimentos maiores por uma razão muito simples: não se pode pagar a ninguém sem que o Tribunal de Contas primeiro aprove o Plano. E como o Tribunal de Contas leva três meses, no mínimo, para aprová-lo, então, nos três primeiros meses do ano eles não podem receber dinheiro. Não podendo receber o que tenho que fazer? – Ver quanto é que ganham por mês, somar o total e dividir por nove. Por exemplo: três contos naquele tempo, por mês, vezes doze, dá trinta e seis contos por ano. Mas como eles só vão receber nove meses, em vez de três, pago quatro contos por mês. E, como quatro vezes nove são trinta e seis, pago, portanto, a mesma coisa. “E acusou-me também de outras coisas, como por exemplo de ter contratado o



Brumpt quando já havia sido nomeado como funcionário, ao que respondi: – “não sou criança para fazer uma tolice dessas. Exatamente na data em que o Doutor foi nomeado parou-se o pagamento da “Verba Três”. E, assim por diante. Eram muitas as acusações; uma luta permanente e também de imprensa. Cheguei até a ter um privilégio que acho que no Brasil ninguém teve. Na Argentina, no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, houve o RUDOLF KLAUSS: publicavam uma revista só contra ele. E eu tive o mesmo privilégio. Saíram dois números de uma revista só contra mim. Nela não mais ninguém.

2ª ENTREVISTA 16/02/77

S.S. – O que o senhor tem a dizer sobre a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia?

O.F. – Infelizmente não tive tempo de apanhar o ponto de partida disso. A idéia da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia saiu da Academia de Ciências e foi elaborada por um grupo constituído pelo Amadeu Curi e mais dois ou três nomes. O Curi era de Manguinhos e até pouco tempo foi Reitor da Universidade de Brasília. Eles lançaram a idéia e pediram apoio.

S.S. – Isso foi em que ano?

O.F. – Foi antes da Revolução, mais ou menos em 1962, 1963. Mandaram uma Circular para muitas pessoas.

Nessa época saiu o Carlos Chagas e entrou o Amaral Peixoto.

S.S. – A idéia era ampliar?

O.F. – Era criar o Ministério da Ciência e Tecnologia. Então houve alguém que sugeriu que falássemos com o Amaral Peixoto que era um dos precursores da idéia; era um dos que estavam à frente. Então, fomos e tivemos um entendimento com ele, que nos pediu que cada um de nós fizesse qualquer coisa em prol dessa idéia. Eu, nessa ocasião, era presidente da Academia de Medicina, onde seguia a praxe do

Miguel Couto. Miguel Couto, na sessão anual de aniversário da Academia, fazia sempre um discurso com referência a um grande problema nacional. Assim fez com migrações japonesas, com problemas da Educação, no qual dizia que “a Educação era o único problema nacional.” E, como já vinha fazendo, resolvi falar sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia e isso foi publicado pela Academia de Ciências.

S.S. – Qual foi a repercussão dessa proposta?

O.F. – Muito pequena. Não houve quase repercussão. Para tanto, naturalmente, precisaria ter havido uma campanha da imprensa.

S.S. – Essa proposta foi só da área de Medicina ou de outras áreas também?

O.F. – De outras áreas também. Foram cinco os que assinaram esse manifesto.

S.S. – Quem eram, lembra-se?

O.F. – Foi o Amadeu Curi, o Arthur Moses, o Antônio Couceiro, o Haity Moussatché e José Leite Lopes.

Isso foi antes da Revolução e parece que já estavam em ligação com o Amaral Peixoto, que tinha muita influência. Fomos encontrá-lo em seu escritório, no Ministério da Fazenda, onde tinha uma posição semi-oficial. Mas ele era um dos promotores da idéia.

M.C.M. – Qual seria a expectativa com relação a esse Ministério?

O.F. – Essa questão é um pouco discutida. O Doutor Mariani sabe disso melhor do que eu.

Quando se diz que uma repartição pública depende diretamente do Ministro – era o caso do Instituto Oswaldo Cruz, onde me entendia diretamente com o Ministro –

é um pouco de ilusão, porque quando chega a ocasião do orçamento e a Divisão do Orçamento do Ministério quem vai me atender. Do mesmo modo é a questão do pessoal, que é resolvida pela Divisão de Pessoal. Então, isso de depender diretamente do Ministro não vem ao caso. E havia problemas como os que ocorrem agora, em Manguinhos, em caráter agudo.

Entregue ao Ministério da Saúde o Instituto é considerado um Instituto de Saúde Pública e então passa a ter funções completamente diferentes. O nosso Instituto é um Instituto de pesquisa científica que faz também tecnologia, indústria e ensino, porque as coisas são interligadas, mas não tem predominância de aplicação prática, já o Instituto de Saúde Pública não, ele recebe a tarefa de resolver um problema específico de Saúde Pública.

- L.F. – Mas o prestígio que o Instituto teve no Brasil não foi porque funcionava como Instituto de Saúde Pública?
- O.F. – Funcionava porque não existia um Instituto de Saúde Pública. Mas, funcionava, em termos: até certa época era consultado, depois nunca mais foi.
- T. – Mas, na sua criação e durante algum tempo o que dava prestígio não era a capacidade de gerar recursos?
- O.F. – Sempre foi assim porque sem ver uma coisa prática os Ministros, em geral, não tinham interesse nenhum no Instituto. Eles queriam saber – e isso era quase certo quando algum Ministro ia lá – quantas doses se produzia de vacina de Febre Amarela, quantas de vacina de Peste, etc.
- S.S. – Para os pesquisadores do Instituto era claro que isso não era o mais importante?
- O.F. – O Instituto era dividido em três setores: a produção industrial, a pesquisa científica e o ensino. Era uma coisa inteiramente interligada, mas o pessoal era o mesmo. Até recentemente, sempre fomos nós quem dávamos os cursos no Instituto.

- S.S. – Mas, mais ou menos em 1935, começou a surgir a sulfa e a Quimioterapia, que, de certa maneira, substituiu o tipo de atendimento imunológico que o Instituto fazia. Que consequência isso teve para o Instituto?
- O.F. – Isso, em parte, liquidou com a produção de soros, mas não com a de vacinas preventivas, as quais o Instituto ainda continua a produzir.
- S.S. – O Instituto deveria, nesse caso, ter acompanhado o crescimento verificado na área da Quimioterapia
- O.F. – Não, porque nós, no Brasil, praticamente não tínhamos Química. Essa foi a razão. E, ainda hoje, quase não há Químicos, o que é uma falha grave da nossa formação cultural. O que aprendíamos de Química, nas Faculdades de Medicina, em particular, era quase nada. O nosso velho mestre, o Pessegueiro do Amaral, era o autor dos livros adotados e era uma Química do Século passado. Não se falava nem em estrutura do átomo, o que vim a aprender por fora. Vim a aprender, primeiro, com os trabalhos do Alfredo Nascimento Silva, que nunca os publicou. Ele era médico e também professor de Química da Escola Militar, dava essa parte moderna, e emprestava a meu pai as aulas que dava. Nesses trabalhos foi onde, pela primeira vez, li sobre Tábuas de MENDELEIEV e também sobre outras coisas da Química Moderna.
- S.S. – Isso foi muito depois da Faculdade?
- O.F. – Não, foi ao mesmo tempo. Ainda não era estudante, mas, através do meu pai, lia as notas das aulas do professor Alfredo Nascimento.
- S.S. – Nessa época o Instituto ainda não tinha visto a necessidade de treinar alguém, ou de mandar alguém para fora?
- O.F. – Já se tinha visto isso. O próprio Oswaldo já havia visto essa necessidade, mas, como morreu aos 4 anos, não teve tempo. Seu sucessor foi o Chagas, que

imediatamente providenciou. Fez vir de Belo Horizonte o Carneiro Felipe, que foi o primeiro membro do Instituto que não era médico. Carneiro Felipe era um Químico de primeira ordem e também um bom Físico, e que estava encarregado de introduzir a Física e a Química no Instituto. Em Físico-química nós tínhamos o Godói, mas na Química não havia ninguém. O Carneiro Felipe não encontrou nada organizado para que pudesse desenvolver um programa. Por outro lado, era o único Químico que tínhamos, de modo que era assoberbado por consultas e pedidos de toda a sorte. Todos nós recorriamos ao Carneiro Felipe e como ele não tinha auxiliares não teve condições de fazer quase nada.

S.S. – Nessa época o Baeta Viana não começou também a formar gente nessa linha?

O.F. – O Baeta Viana, em Belo Horizonte, fez um programa muito melhor.

S.S. – O pessoal dele não veio para cá? Não foi reivindicado?

T. – O Baeta Viana foi um pouco depois.

O.F. – Sim, o Baeta Viana é posterior.

Ao mesmo tempo o Chagas mandou para a Alemanha o Nicanor Botafogo Gonçalves, que, em Berlim, fez o Curso de Química Orgânica com o Thoms, que era o grande especialista em Química Aplicada à Medicina e à Farmácia. O Botafogo fez o curso completo e veio para o Brasil. O Chagas também mandou vir o assistente – chefe do Thoms, que aqui passou um ano. Mas, Química Orgânica exige muita gente. Não se pode fazer um programa de Química Orgânica com duas ou três pessoas, e era o que tínhamos. Assim, não se conseguiu fazer nada. Por exemplo: quando fui para a Amazônia organizar o Instituto da Amazônia, fique lá um ano e quatro meses. Lá coloquei um químico de primeira ordem, que hoje está em Manguinhos, o Altman que era o chefe do Laboratório de Química – Química da borracha – do Jardim Botânico de Buitenzorg, em Java. Chamei-o e ele ficou lá sete anos. Para começar, coloquei com ele oito químicos que achei na ocasião: rapazes recém-formados nas Faculdades de Química de Pernambuco,

daqui do Rio e de vários outros pontos. E, assim começamos a Química Orgânica na Amazônia.

T. – A Universidade de São Paulo não começou também um interessante programa de Química?

O.F. – Sim, mas depois falo sobre isso. O Botafogo, na medida do possível, organizou a Química, mas de qualquer maneira foi melhor do que o Carneiro Felipe. O mesmo curso que recebeu em Berlim ele deu em Manguinhos. Era um curso com a duração de dois anos, dividido em duas partes: um curso de Síntese e outro de Análise. O Botafogo teve sucesso e repetiu esse curso várias vezes. Ele só recebia meia dúzia de alunos porque não podia dar a parte prática para muita gente. E esses alunos todos foram para outras instituições, inclusive para São Paulo. A moça que cuidava do Laboratório de Análise Elementar – que era o único no Brasil e que foi organizado por nós e o Botafogo – deixou o Instituto para organizar outro Laboratório na universidade de São Paulo.

S.S. – Em 1934 não havia Químicos alemães na Faculdade de Filosofia? O Hauptmann, por exemplo?

O.F. – Foi exatamente o Hauptmann quem nos levou a moça para São Paulo. A única unidade de Análise Elementar que havia no Brasil era a que o Botafogo organizou em Manguinhos. Depois fui ver, por exemplo, em Londres – em Cambridge – uma sala com várias unidades daquelas, enquanto que nós só tínhamos uma.

L.F. – Que conseqüências essa dificuldade de desenvolver a Química acarretou para o desenvolvimento do próprio Instituto?

O.F. – No desenvolvimento do programa antigo do Instituto não exerceu maior influência, mas ele ficou atrasado numa porção de coisas. Quimioterapia, praticamente, não se pôde fazer, apesar do Botafogo ter feito um pouco, publicado alguma coisa sobre Quimioterapia de doença de Chagas. Mas, Quimioterapia exige químicos e Química Orgânica; e para poder funcionar um Laboratório em

termos, os químicos não podem ser poucos, tem que ser bem mais de uma dezena. No Amazonas, se tivesse ficado lá mais tempo, iria ter trinta com o Altmann. Além disso, precisa-se de farmacologistas, e para ter farmacologistas precisa-se ter os fisiologistas.

S.S. – Qual era o trabalho desses químicos no Amazonas?

O.F. – Em primeiro lugar, a Química da borracha. Depois a Química da celulose – havia um programa de celulose. Nesse programa havia um grande tecnologista de celulose, o Doutor Lachtaller, que veio da Alemanha para ficar no Instituto. Então começamos a fazer. O Lachtaller e o Altmann aproveitaram, das serrarias que existem em abundância nas cercanias de Manaus, a serragem, que jogada nos igarapés, não serve para outra coisa senão para obstruí-los. E eles trataram de aproveitar isso. Verificaram que tudo aquilo era um material aproveitável para o fabrico de celulose de papel. Então mandamos um técnico à França, que era o único país que estava fabricando papel com o tipo de mata que temos aqui – fizeram a mesma coisa no Congo – mata de plantas não resinosas, ao passo que, em geral, o que se faz é de planta resinosa, de pinheiros, como é feita aqui no Sul. E nós fazíamos das não resinosas, que são as da Amazônia, e da mistura de todas aquelas espécies, isso porque a mata da Amazônia não é uniforme: em dez metros quadrados encontra-se, talvez, dez espécies diferentes. De modo que mandamos um técnico para a França onde havia o processo especial de aproveitamento disso, na Usina de Casteljaloux, na zona madeireira da França, que é o processo ZOGGRAN. Fabricou-se o papel e o “Le Monde” publicou um número da sua edição com o papel que se produziu com a madeira da Amazônia.

S.S. – Isso foi em 1956?

O.F. – Em 1954, 1955.

S.S. – Havia uma estrutura industrial capaz de, além da pesquisa, fazer esse trabalho?

O.F. – Nós fazíamos a parte de Tecnologia em Laboratório e não podíamos fazer mais

nada, mesmo porque em um ano e quatro meses não conseguiria fazer uma coisa mais completa. Consegui apenas iniciar.

S.S. – Quem fazia, realmente, a produção do papel?

O.F. – O papel era produzido em Casteljaloux, na França, com o material que mandávamos.

T. – Era uma empresa privada?

O.F. – Não, era uma organização oficial francesa. Posso dar-lhes detalhes sobre isso, mas antes preciso consultar o Instituto de Tecnologia. Mas, eles não levaram a coisa muito adiante.

T. – Chegou-se a fazer um cálculo do custo do papel?

O.F. – Não, foi apenas um princípio de trabalho.

S.S. – A Bioquímica do Instituto chegou a se desenvolver?

O.F. – A Bioquímica desenvolveu-se razoavelmente por causa da aplicação.

S.S. – Onde, no Brasil, naquela época, se desenvolviam grupos na área de Química?

O.F. – Pode-se dizer que foi no Ministério da Agricultura, com o Mário Saraiva que foi quem introduziu os métodos modernos de Química no Laboratório que funciona ainda hoje, creio eu, ao lado do Jardim Botânico. Ali era o Instituto de Química. Muito mais tarde é que veio a Escola de Química da Universidade do Brasil.

Os paulistas sempre executam com mais rapidez os planos feitos aqui. Nós temos feito muitos planos, mas a execução é muito mais rápida em São Paulo.

S.S. – Não havia também um químico alemão chamado Feigl?



- O.F. – Feigl era uma grande figura. Era um judeu perseguido na Alemanha que veio para o Brasil e fixou-se aqui. Ele era um homem sempre lembrado para o Prêmio Nobel.
- S.S. – Estava ligado ao Ministério da Agricultura?
- O.F. – Estava, no Serviço de Produção Mineral. Era, particularmente, um especialista em Micro-análise: uma parte da Química Inorgânica que faz análise com material muito reduzido, quantidades muito pequenas. Era uma figura notável e que realmente prestou grandes serviços aqui. Mas nós não tínhamos a organização necessária para aproveitar convenientemente essa gente. Quando eu estava na direção do Instituto fiz programas de Análise Elementar e outras coisas com o Botafogo. O Chagas tentou, mandando vir gente da Alemanha e enviando para lá o Botafogo. Também – procuramos formar químicos, mas os que formamos em Manguinhos foram para o Conselho Nacional do Petróleo, para a Petrobrás, para a Universidade de São Paulo, ninguém ficou no Rio porque não pagavam.
- S.S. – Esta é uma das razões que algumas pessoas alegam para o aparente fracasso da Química. Quer dizer, não tanto que não se tivesse formado gente, mas porque essas pessoas foram muito rapidamente absorvidas em atividades mais práticas.
- O.F. – Formou-se químicos durante anos que foram absorvidos por outras Instituições e a Química não se desenvolveu. Essa falta de Químicos é uma falha grave da nossa formação.
- S.S. – Isso significaria que em países como o Brasil, no nosso caso específico, só se desenvolvem mais, justamente aquelas ciências que têm menos aplicabilidade?
- O.F. – Não sei. Em Manguinhos preservam-se uma porção de especialidades que se desenvolvem e das quais não se vê qual será a aplicação prática.
- S.S. – Exatamente. São justamente as ciências mais aplicadas que não se desenvolvem?

- O.F. – Isso não. Acho que é fundamental ter essa ciência porque nunca se sabe a que possa ser aplicada.
- S.S. – Isso significa que se houvesse menos necessidade de químicos eles não sairiam de Manguinhos, por exemplo e a Química poderia se desenvolver mais?
- M.C.M. – Se não houvesse um mercado paralelo...
- S.S. – O mercado era muito forte.
- T. – Não houve tempo de criar um desenvolvimento.
- O.F. – Nós formávamos lá, por ano, mais ou menos, quatro ou cinco químicos, o que já era um bom começo. Mas todos eles iam embora porque o Instituto não oferecia nem mesmo a possibilidade de carreira. Não havia vagas e o DASP cortava as que surgiam, baixava os níveis da classe inicial, tudo isso, durante muitos anos, foi a tarefa do DASP. Assim, não era possível desenvolver coisa alguma. E, para que tudo funcionasse bem tínhamos necessidade de um número grande de químicos.
- S.S. – Por que razões a Química precisaria de um maior número de químicos, em comparação com as outras Ciências?
- O.F. – Porque os problemas que surgem são muitos. Só o trabalho material de Análise e de síntese ocupa muita gente. Esta é uma primeira razão. Depois, a Química Orgânica é um mundo, e uma coisa quase que infinita: cada um pode meter na cabeça uma idéia e criar uma porção de produtos novos. De modo que não acaba nunca. Como exemplo, basta ver o que há de medicamentos novos, todos eles sintéticos. A mente humana vai multiplicando as possibilidades e não tendo um pessoal grande não se consegue resolver os problemas. É materialmente impossível tendo só duas três pessoas para trabalhar.
- S.S. – Portanto é uma Ciência cara?

- O.F. – Sob esse ponto de vista é uma Ciência cara, mas que é fundamental para tudo. A Medicina hoje é essencialmente Química. Agora estamos melhorando porque já temos Faculdades de Química: estão se formando novos químicos aqui, em São Paulo, em Pernambuco, onde havia um bom Centro – na Amazônia aproveitei gente de Pernambuco – e no Rio Grande do Sul. Já há uma situação bastante melhor, mas o Instituto não teve oportunidade de aproveitar isso. O Botafogo, o homem que mais sabia Química Orgânica no nosso meio, antes de morrer, foi posto à margem durante muito tempo.
- M.C.M. – Por que ele foi marginalizado?
- O.F. – Por questões de luta interna.
- S.S. – Isso aconteceu em que época?
- O.F. – Há coisa de oito ou dez anos para cá. E, principalmente porque eles não viam senão a aplicação imediata. E, visando somente a aplicação imediata não se faz nada. Temos que aplicar depois de ter os conhecimentos básicos. E isso ocorre em todos os terrenos. No momento, com a Energia Nuclear é a mesma coisa: temos que formar gente que possa conhecer o problema para depois aplicar.
- S.S. – Parece-me que no período áureo do Instituto houve um equilíbrio muito bom entre esses dois setores: se por um lado o Instituto realmente prestava serviços públicos, atendia calamidades, enfim...
- O.F. – Sim, mas porque não havia outro.
- S.S. – O Chagas, quando fez o seu trabalho, estava fazendo uma campanha de profilaxia de malária?
- O.F. – Era a gente de que o Brasil dispunha.

- S.S. – Pois é. E nesse mesmo momento houve grandes trabalhos no campo da Ciência Pura com o trabalho do Doutor Aragão. Esse foi o momento de equilíbrio entre os dois lados?
- O.F. – Esse equilíbrio sempre houve. Naturalmente havia umas tantas pessoas que se limitavam a um setor, como, por exemplo, a Escola de Helminologia do Travassos, que era famosa. Existiam só quatro ou cinco escolas congêneres no mundo: a russa, a francesa, a americana do Stiles e a nossa. Eram essas as quatro grandes escolas de Helminologia. Mas, a aplicação prática disso era muito pequena, motivada, um pouco pela falta de visão do chefe da escola, que só via o aspecto de classificação de novas espécies, novos gêneros, etc. Não via as aplicações práticas e nunca se preocupou com isso. Basta dizer que saiu a monografia dos trematódeos brasileiros e que, sobre esquistossomose tem só uma página, sem mostrar nada da importância do grupo. Ele não se interessava pela aplicação.
- S.S. – A falta de aplicação também não se deve um pouco à ausência, no Brasil, de outros ramos da Ciência, como, por exemplo, esse caso da Química?
- O.F. – Sim, às vezes não se consegue vencer certas dificuldades. Aqui tivemos um início relativamente muito fácil, porque, transplantada a Escola do Instituto Pasteur, as coisas já estavam arrumadinhas para nós continuarmos e tivemos aquele grande êxito inicial. Foi realmente extraordinário. Depois tivemos que fazer as novas especialidades por nós mesmos. Por exemplo: a Entomologia foi feita por nós em Manguinhos. Era o Neiva, o Lutz, que vinha de completar o básico na Europa, e o Costa Lima, grande autoridade no assunto. Tanto o Neiva como o Costa Lima foram feitos aqui.
- S.S. – Nessa fase houve muito de autodidatismo, não?
- O.F. – Houve, mas houve também boa orientação. Era gente autodidata, mas que lia pelas melhores fontes, como o Costa Lima que é figura internacional no assunto.

- S.S. – Isso quer dizer que ele se formou inteiramente aqui?
- O.F. – Sim, e só fazia Entomologia. Numa ocasião, tive o segundo caso, registrado no Brasil, de sarna crostosa que se chama também sarna norueguesa e é produzida por um acaro. Por ser produzida por um ácaro o Costa Lima não queria meter o bedelho no assunto: – “Não. Isso é inseto, não interessa...” Assim mesmo insisti muito com ele porque o assunto era importante. Por isso concordou em estudar o caso. Mas ele só fazia Entomologia, enquanto que o Travassos só fazia Helminologia. Depois é que passou a estudar as borboletas e formou uma grande coleção de lepidópteros. Isto mostra como eles ficavam restritos a um só ramo.
- S.S. – O senhor foi um cientista que, com uma certa facilidade, se moveu entre os vários ramos. Isso era um problema de informação?
- O.F. – Nunca me restringi muito, e uma das razões era ser professor. Fui professor desde quase menino e precisava conhecer aquilo tudo para poder ensinar; tive que passar de um setor para outro. Houve um tempo em que fui professor do curso pré-médico, que compreendia, na parte de História Natural, Mineralogia, Geologia, Botânica, Zoologia e Antropologia. E eu tinha que conhecer um pouco de cada assunto para poder ensinar. Então dividia com meu assistente, o **Lejeune**, que tomava sempre muito a sério as coisas que tinha que dar. Entre os diversos assuntos teve que dar crustáceos e estudou-os tão bem que se tornou um especialista, publicando muita coisa sobre os crustáceos.

Sempre houve esses problemas, mas o Instituto vivia normalmente. Por exemplo; na Entomologia houve um tempo em que nenhum país do mundo teria o grupo de entomologistas especializados que nós tínhamos. Havia um grande entomologista geral que era o Bosta Lima; um especialista de Dípteros que era o Hugo Souza Lopes; um especialista só de mosquitos que era o César Pinto; um especialista só de Anoplura de flores que era o Werneck, e assim por diante. Tínhamos um grupo como talvez não se reunisse em nenhuma outra instituição: gente tão aprofundada no assunto e que completavam-se uns aos outros. Mas isso tudo foi por água abaixo.

- S.S. – Esse grupo não se reproduziu?
- O.F. – Não se reproduziu. Esse foi um dos muitos erros das administrações, porque além do Instituto não ter recursos, os diretores nem sempre fizeram esforços para reproduzir, embora seja obrigação de cada diretor, num Instituto, sustentar as especialidades para que não desapareçam; manter, junto a cada especialista, pelo menos um, mas de preferência dois outros que estejam começando. Um que venha logo a substituir no caso de falta do primeiro e outro, que esteja se iniciando. Isso é uma condição necessária. No mínimo um grupo de três; um chefe, orientador; um já pronto para, numa emergência, substituí-lo; e, um terceiro para se iniciar.
- S.S. – Os problemas com os trabalhos de campo também dificultam?
- O.F. – Dificultam muito. Mas esses trabalhos de campo eram sustentados pela renda própria gerada pela venda das vacinas, sobretudo as de aplicação veterinária, que eram a do carbúnculo sintomático e carbúnculo emático. O DASP nos cortou todas as possibilidades porque considerou acumulação as percentagens que recebiam aqueles que tinham as patentes de invenção.
- S.S. – Então o senhor acha que o problema da reprodução das especialidades é mais uma questão da organização do que do cientista?
- O.F. – Ah! Muito mais. É a administração quem tem que sustentar isso. É uma raridade ter-se um cientista que não queira ensinar sua especialidade. No Instituto temos um ou dois casos: uns, que não é porque não queiram, mas porque não conseguem. O Muniz, por exemplo, não conseguia, embora fosse um bom especialista, pronto para ensinar, mas que perdia a paciência e não levava adiante o treinamento do pessoal.
- S.S. – A Lei da desacumulação prejudicou muito o Instituto?
- O.F. – Prejudicou até certo ponto, porque algumas pessoas se afastaram, como o

Carneiro Felipe, que era sustentáculo da Química na ocasião.

S.S. – Ele foi para onde?

O.F. – Ele era professor da Escola de Química, que se havia organizado naquele tempo. Fomos três os que optaram pelos cargos de professor: o Carneiro Felipe, o Costa Lima e eu. De modo que a Micologia, que era a minha parte, também ficou sem orientação.

M.C.M. – De alguma forma não houve uma grita?

O.F. – Houve grita, mas era o tempo do Getúlio. Foi exatamente na ocasião do golpe de Estado, e como estávamos num regime ditatorial, não se conseguia nada. Nós três saímos e outros morreram. O Souza Pinto morreu, o Hathaway, que era especialista de pulgas também morreu, e ainda outros, não se prevendo uma sucessão, uma substituição.

S.S. – Não havia entre os jovens candidatos a cientistas, uma busca de conhecimento? Um interesse de se ligar a algum cientista para poder continuar?

O.F. – Houve sempre. Tenho o meu Laboratório cheio de gente. Agora, que estou dando um curso sobre doença de Chagas, tenho trinta e sete alunos naquela salinha que o senhor conhece, porque não tínhamos outro lugar para dá-lo. Havia objeções a que déssemos o curso, de modo que dei ali dentro.

S.S. – E mesmo assim, em vários ramos, simplesmente não houve?

O.F. – já tive muitas levas de gente que começou a trabalhar e desistiu. Ainda hoje uma moça me disse: – “Acho que vou desistir”. Isso porque não ficou entre os dez primeiros e em consequência não pôde entrar no curso. E apesar disso é uma moça de muito valor.

S.S. – O senhor já havia falado. É aquela?

O.F. – Não, é outra que também vai deixar. Já passaram muitos por nós que acabam desistindo.

T. – As condições que o Instituto deveria oferecer eram condições de remuneração ou de que tipo?

O.F. – Sobretudo condições de acolhimento dessa gente, enquanto que eles querem limitar. É um erro absoluto de muitas administrações, inclusive dessa.

Ocupo uma ala daquele andar e o Gilberto de Freitas ocupa a outra. Ele tem a porta fechada e nela há um aviso indicando os dias e a que horas ele recebe. Já no meu, simbolicamente, a porta está sempre aberta, de propósito. Quem quer entra, faz perguntas e se quiser vir trabalhar, passo um pouco por cima da burocracia. Eles querem acabar – ainda hoje ouvi isso dessa moça – com os estagiários que não estejam dentro de determinadas condições. E é isso mesmo, querem limitar o número de pessoas que vão lá para aprender, enquanto que temos obrigação de ensinar, de transmitir. Esse é o interesse do País e o interesse do Instituto, para manter vivas essas especialidades. Mas não, eles querem acabar. Paralelamente a isso também não oferecem condições. Tenho lá uma moça que está há três anos e não ganha nada; outra com dois anos e tanto; e outros estão a mais de um ano. No fim de algum tempo isso cansa.

S.S. – No meu tempo de estudante sempre defendi a idéia de que quanto mais cedo se começasse a trabalhar em pesquisa melhor...

O.F. – Eu acho. Até vinte anos atrás todo aquele grupo melhor do Instituto, com raras exceções, foi todo de estudantes.

S.S. – Ultimamente tem havido uma tendência de só permitir o estágio do sujeito formado ou que esteja, pelo menos, no último ano.

O.F. – É, tem havido. No tempo do Oswaldo era a partir do terceiro ano, por motivos de



ordem prática: a de não chegar lá um sujeito que não soubesse manejar uma cultura; que não tivesse noção nenhuma. Esses então ficavam esperando e quando chegavam ao terceiro ano podiam entrar. Mas, o curso era de seis anos, o que quer dizer que havia mais quatro anos. Eu entrei no quarto ano e assim entraram o Torres, o Travassos, o Muniz. Todo esse pessoal entrou estudante. É a melhor gente porque ainda não está desviada para outros setores.

O problema essencial do Instituto é esse: nós estamos com uma crise seriíssima. Agora então, com a reclassificação e com a transformação em Fundação, a crise é muito grave porque todo aquele pessoal antigo, que era funcionário público e que não quer perder suas regalias de funcionário público, está sendo afastado. Há pouco tempo eu dizia, numa publicação, que tínhamos a metade dos pesquisadores que tínhamos há dez anos atrás; logo depois reduziu-se a um terço e agora nem mais um quarto nós temos. Atualmente não sei quantos temos. Alguns, que optaram pelo regime trabalhista, ficaram, os outros estão sendo mandados embora. E isso é quase todo mundo. Parece que quando houve a primeira opção para quem quisesse passar para o regime trabalhista, aproximadamente, de cem pesquisadores, creio que optaram treze. Isto é, mais ou menos 13%.

S.S. – Mas eles ofereciam salários bem mais altos, não?

O.F. – Ofereciam, mas não ofereciam as garantias de funcionários e acho que isso é essencial também. Um discípulo do Travassos, por exemplo, lá no Instituto, se for dispensado, para onde vai? Não tem nenhum lugar no Brasil, quase, que o queira, que lhe dê trabalho. De modo que não é possível. Você tem que fazer uma carreira que tenha garantia de continuar. Então, temos que fazer uma boa seleção inicial e depois dar garantias. Essa é a questão.

M.C.M. – Essas leis todas não são baseadas no suposto de que com as garantias havia uma tendência para a burocratização?

O.F. – É, diziam que havia uma tendência para não produzir.

- S.S. – O senhor acha que isso é fato?
- O.F. – Não. Em Manguinhos, positivamente, não é o fato porque o pessoal continua a trabalhar de qualquer modo. A prova disso é o número de aposentados que trabalham no Instituto ou que trabalhavam até agora. O Magarinos Torres, que está com oitenta e seis anos, até oitenta e três anos, mais ou menos, trabalhava pelo menos uma vez por semana. Ele só deixou depois que fecharam o hospital, pois não tinha mais onde trabalhar. O Botafogo trabalhou lá depois de aposentado, durante anos. Eu estou trabalhando lá aposentado há muito tempo. E mais, estou realmente em disponibilidade há mais de trinta anos e estou trabalhando no Instituto todo dia.
- M.C.M. – Mas isso não tem que ser através do artifício de professor emérito? Não tem coisa assim?
- O.F. – Isso é válido só para a Universidade. Lá é praxe continuar a trabalhar com o mesmo pessoal, no mesmo local.
- M.C.M. – Não é obrigatório?
- O.F. – Não. A regra lá é essa: quem quer, continua a trabalhar.
- S.S. – Mas na maioria dos casos essa estabilidade, essa segurança, não levaria a uma queda na qualidade do trabalho científico? A uma acomodação?
- O.F. – Não acredito e não é o que se tem verificado. A regra é continuarem com a mesma atividade. Pode haver uma ou outra exceção que em geral é representada por aqueles que não ficam; que não aceitam e que, aposentados, vão embora. Há sempre alguns que depois de aposentados não querem mais continuar: uns por condições de saúde, outros porque o Instituto é um lugar de difícil acesso. Enfim, várias razões.
- S.S. – Não haveria, na geração mais nova, um certo incentivo a uma acomodação?

O.F. – Não creio porque a mentalidade do pesquisador é sempre a mesma, inclusive na parte referente a vencimentos e outras vantagens. Muita gente está lá com vencimentos realmente muito baixos e que continua, quando poderia estar aí fora ganhando muito mais. E isso acontece entre os moços, os velhos, entre muita gente. O que interessa ao homem de pesquisa é ver o seu trabalho apreciado, sobretudo as citações na imprensa científica estrangeira. Isso é um incentivo enorme. Quase que se pode dizer que é para isso que nós todos trabalhamos: ver o nosso trabalho reconhecido. O senhor não acha isso?

S.S. – É.

O.F. – É sim senhor. “Seu Fulano publicou isto assim, assim e tal” e vêm as citações. Isso encontramos em quase todo o pessoal do Instituto. Um ou outro tem outra mentalidade. Uns são aproveitáveis noutros setores, não tanto na pesquisa, mas auxiliam muito prestando outros serviços dentro do ramo pesquisa. Não são homens para publicar. Por exemplo, o Carneiro Felipe, que publicava muito pouco e no entanto era um homem de grande preparo. O Gomes de Faria fez poucas publicações, mas todas muito importantes. Isso porque ele pegava um assunto, resolvia, passava para outro e não cogitava de publicação. Mas a regra é essa: é publicar e ver seu trabalho reconhecido, sobretudo lá fora. Todos nós que trabalhamos intensamente, temos essa recompensa: ver nosso trabalho reconhecido. Aqui geralmente passa despercebido, mas lá fora, no meio científico, não passa. Publica-se uma coisinha aqui e pelo menos no Index Médico está lá. Pelo menos.

S.S. – Existe um grupo de cientistas brasileiros que também faz esse reconhecimento?

O.F. – Existe aqui também, também, não há dúvida nenhuma. Mas é feito principalmente lá fora. Atualmente mais do que nunca o nosso desenvolvimento científica tem sido muito grande. Basta ver o movimento que tem a Associação para o Progresso da Ciência, com congressos onde há quatro ou cinco mil pessoas assistindo. Fui a Curitiba a um congresso e havia umas três mil pessoas. Antigamente era o

Instituto Oswaldo Cruz, houve também a Escola da Bahia, que depois desapareceu, mas agora não, temos muitos Centros de Pesquisa no Brasil.

M.C.M. – Essa observação que o senhor fez sobre esse padrão do cientista desinteressado de recompensa, parece que na Química, por exemplo, não se verificou.

O.F. – A Química tem muito mais aplicação, de modo que a indústria absorve muito. Então a questão é um pouco diferente: um bom químico tem sempre ofertas muito boas da indústria o que não acontece, em geral, no terreno da Biologia.

S.S. – Isso significa que não é um desprendimento por opção mas sim por fatalidade?

O.F. – É. O Chagas tinha uma frase que depois foi esquecida. Quando o pessoal falava que estava ganhando muito pouco, ele dizia: – “para que aumento? Aqui não é lugar para ninguém enriquecer. Vocês têm as regalias morais.” Então o pessoal brincava muito dizendo: – “nós somos pagos com regalias morais.” E até certo ponto é isso mesmo. Como eu já disse aqui, o Neves Armond era um botânico que se vangloriava sempre, e com razão, de estar citado na “Flora de Martius”. É a mesma coisa. E, essas citações vinham quase que imediatamente: publicava-se alguma coisa de interesse, começava-se a ser citado. Desde rapazes, gente muito moça já estava citada, e, isso dava um grande incentivo aos moços que viam que seus trabalhos estavam sendo apreciados.

S.S. – Outro dia estávamos lembrando uma passagem dos “Tristes Trópicos” onde a comunidade cultural brasileira era apresentada como uma comunidade dividida, em que cada um tinha seu campo específico.

O.F. – Sim, havia os donos dos assuntos.

S.S. – E isso impedia que houvesse competição?

O.F. – Às vezes dificultava. No Instituto havia um exemplo típico; lá havia um especialista de lepra, que era o Souza Araújo e, eu nunca quis me meter porque ele

era o dono do assunto. Mas o Sousa Araújo, combatia aqueles que mudavam de especialidade chegando, certa vez, a me criticar porque publiquei uma coisa fora da minha preocupação habitual.

S.S. – Mas o Lutz também não trabalhou em vários assuntos?

O.F. – O Lutz trabalhou em muitos. Quando a gente vive muito, que foi o caso também do Lutz, é levado a mudar, não ficar sempre fazendo a mesma coisa.

S.S. – Essa falta de competição não era também negativa para cada área?

O.F. – Até certo ponto, era negativa. Em primeiro lugar, é negativa para o próprio pesquisador, porque numa só especialidade ele não vê todos os casos que podem surgir. Se aparece alguma coisa que já foi resolvida em outra especialidade ele não a reconhece porque não sabe. Por isso é bom que se tenha um conhecimento geral e não se fique estritamente limitado. Tenho comigo uma carta que foi mandada pelo Drach ao Aragão quando este deixou a direção do Instituto e eu a assumi. Nessa carta o Drach diz que uma das vantagens que eu levava era a de não ser limitado: “Je regrette naturellement beaucoup qui vous ayez quitter la direction de l’Institut Oswaldo Cruz. Tout en vous complimentent pour Le choix que vous avez fait de vôtre successeur. Cependant qu’il a un grand futur biologique.” Isso porque não me limitava a um determinado assunto. “Et qu’il n’est pas exclusivement polarisé dans une direction déterminée.” Isso é uma grande vantagem. Várias vezes mudei de especialidade. Comecei em Manguinhos pesquisando protozoários; de protozoários passei para Biologia Marinha onde procurei estudar peixes venenosos, entrando, assim, num setor diferente; de peixes venenosos passei – aí por indicação do Chagas – para Micologia. Mas, fazendo Micologia, de vez em quando surgiam coisas diferentes as quais não abandonava, como aconteceu com o problema da esponja dos cavalos. No Instituto tínhamos uma cavahada para a produção de soros, e, um problema eram as feridas que apareciam na pata dos cavalos e que, a princípio pensamos que fosse uma micose, mas, estudando verificamos que era uma helmintose. Mas, por ser uma helmintose não íamos deixar de publicar. E, assim por diante. Quando veio a gripe

de 1918 ninguém aqui estava preparado para trabalhar sobre ela porque no mundo inteiro a doutrina geralmente aceita era a do bacilo de Pfeiffer. Quando fomos trabalhar no assunto vimos que não era, e sim um vírus. Ao mesmo tempo que fizemos essa verificação, os franceses, os japoneses e os americanos também fizeram. Publicamos todos, na mesma ocasião, essa nova doutrina, que não foi aceita na época porque todo mundo continuou a acreditar no Pfeiffer. Depois viu-se que o agente não era o Pfeiffer e sim o vírus. E, este era um assunto que estava precisando ser estudado porque havia uma epidemia de gripe gravíssima.

S.S. – O senhor também trabalhou na febre amarela?

O.F. – Sim, e nesse ponto o pessoal do Instituto fraquejou um pouco, porque como os nossos resultados eram contrários aos do Noguchi, um homem respeitado no mundo inteiro, ninguém quis publicar, só eu me animei, quando vi que a questão não se resolvia. Publiquei e apresentei-a na Bahia e apanhei muito por isso.

S.S. – Que tipo de divergência era essa?

O.F. – Ninguém conseguiu descobrir o parasito da febre amarela, até que os americanos, em Cuba, levaram todo mundo a acreditar que fosse um vírus porque não se achava nada. O próprio Lutz fez sessenta autópsias de febre amarela e não encontrou nada. Ele, devido a sua grande experiência, era o único, no Instituto, a não acreditar em novos parasitos de febre amarela. Mas, aqui e também fora do Brasil, descreveram-se muitos parasitos até que, em 1928, veio o Kuczinsky estudar bem o assunto. Mas, antes disso, entre 1919 e 1920, o Noguchi publicou a lei de que a febre amarela era produzida por um leptospira a que ele chamou de leptospira icteroides. Nesse período, o Chagas mandou várias turmas à Bahia estudar o assunto, e, apesar de não se descobrir a tal leptospira, ninguém se animou a enfrentar o Noguchi, que era uma figura respeitadíssima do Instituto Rockefeller de Nova Iorque. Um dia resolvi publicar minhas observações e apresentar num congresso na Bahia. É claro que fui combatido, inclusive por meu amigo Aragão que disse estar perfeitamente convencido de que era leptospira e que o Noguchi haveria de responder a todas as minhas objeções. Três meses

depois os americanos, na África, resolveram o problema definitivamente.

M.C.M. – O Noguchi tinha identificado uma outra doença, não é?

O.F. – Ele já havia trazido seus animais com leptospira.

M.C.M. – O que ele definiu não seria febre amarela?

O.F. – Em Guaiaquil era febre amarela.

M.C.M. – Mas ele não levou os animais já infectados para lá?

O.F. – Sim, porque dizia que os nossos animais estavam imunes, por isso trazia os dele, mas os trazia já com a leptospira que estava estudando de uma outra doença que era a doença de Weil – a leptospirose comum. De modo que, nessa história, ele foi no embrulho. E isso foi um erro que deveria ter verificado. Em consequência, todo o mundo, no mundo inteiro, aceitou a descoberta do Noguchi simplesmente porque ele era o Noguchi.

S.S. – Evidentemente, cada cientista tem uma explicação porque mudou de uma área para outra; no entanto a Ciência como um todo também desloca seu foco de interesse. Como isso se processa?

O.F. – A pesquisa não é orientada pelo pesquisador, e sim os resultados que se vão obtendo na pesquisa são quem orientam o pesquisador. Se um sujeito vai procurar uma coisa e verifica que a sua não é a hipótese verdadeira, no meio da pesquisa ele vai descobrir uma outra orientação, mete-se por ali e, muitas vezes, e obrigado a passar para outro setor completamente diferente. O trabalho que publiquei sobre “Migrações e Parasitismo” é um caso típico. Tem-se que estudar desde a Geologia, a Paleontologia, a Paleoclimatologia, a Paleogeografia até a Zoologia e a Botânica correspondente ao parasito. Está tudo entrosado; uma coisa vai conduzindo a outra, vai-se tirando deduções e chegando-se a resultados diferentes.

Em “Migrações e Parasitismo” trato de questões de Paleoclimatologia, Paleogeografia, etc., porque somos arrastados pela pesquisa, que, na verdade é quem nos vai orientando. O pesquisador pode planejar o início, mas ele não sabe qual é o caminho que vai seguir, podendo por isso ser levado a um outro muito diferente.

S.S. – Mas nesse processo ele não pode ser levado a coisas que não têm interesse para o país, por exemplo?

O.F. – Pode, mas o que é que tem interesse para o país? Ninguém sabe precisar o que é. Além da eletricidade, que todo mundo sabe que até o fim do século passado era quase que apenas uma curiosidade de laboratório, temos o exemplo da energia atômica. E o homem que mais estudou energia atômica até mais ou menos 1930, disse que quem pensasse em aplicações práticas para ela estava sonhando. Esse homem era o Thomson, que foi o descobridor da estrutura do átomo. Em 1936 ele escreveu que não acreditava na aplicação da energia atômica e, 10 anos depois explodia a bomba atômica em Hiroxima. Então, como disse, ninguém pode prever.

Já tenho citado as cracas, que são crustáceos que vivem presos a suportes marinhos, inclusive cascos de navios provocando neles grandes estragos. Ninguém poderia imaginar que daí viria um importante progresso para a técnica odontológica. Hoje os dentistas estão usando coisas tiradas do estudo das cracas. A menor coisa, que aparentemente não tem nenhuma aplicação, de repente passa a ter. Isso é comum.

M.C.M. – Então, não se pode fazer nenhum tipo de exigência com relação ao trabalho do cientista?

O.F. – Acho que deva ser dada plena liberdade, apesar de haver assuntos que nunca terão aplicação prática. Isso sempre haverá. O nosso presidente agora já está compreendendo o problema, mas, no princípio, negava recursos a quem não estivesse dentro do programa de pesquisas. Basicamente o programa era: doença



de Chagas, esquistossomose ou lepra; e, quem não estivesse dentro disso, não teria recursos. Hoje, já se diz o contrário: – “O trabalho dos técnicos do Instituto se divide em duas partes: uma é o programa do Instituto, e, a outra, é o programa deles, onde fazem o que bem entendem.” Mudou completamente. Agora, a aplicação disso veremos. Por exemplo: em 1920, mais ou menos, D’Hérelle descobriu o bacteriófago e apesar de saber-se daquelas coisas todas não se via nenhuma aplicação prática. Mais tarde, o Costa Cruz, aqui, passou a tratar as infecções intestinais com bacteriófagos. Quando se faz uma descoberta não se pensa em aplicação; esta virá ou não, e, pode ser até que, às vezes, venha tardiamente.

A eletricidade foi descoberta, mais ou menos, no quinto século antes de Cristo e só foi aplicada, realmente, em época muito recente. Já a energia atômica foi descoberta e, 10 anos depois, era lançada a bomba.

M.C.M. – Mas deve haver algum tipo de controle. O senhor acha que isso tem que partir da própria comunidade científica?

O.S. – Sim, porque é a única que pode estabelecer esse controle, mas, mesmo assim, muito pouco, pois deve haver completa liberdade de pesquisa.

S.S. – Essa liberdade estaria na definição do objeto da pesquisa e nos métodos, ou também na determinação do tempo e dos recursos necessários? Não se deve cobrar ao cientista?

O.F. – Não se pode cobrar porque também ninguém sabe quanto tempo levará uma pesquisa. Pode ser até que leve poucos dias como alguns trabalhos que foram feitos no Instituto, enquanto que há outros que levam anos e anos. Não se pode saber.

O Thomson, o homem que dirigiu, até certa época, todo o trabalho sobre a energia atômica na Inglaterra, quando esteve aqui, disse: – “30% dos recursos devem ser deixados com completa liberdade; são para qualquer programa que surja, sem

qualquer limitação e, sobretudo, para as coisas inteiramente teóricas.” O exemplo da energia atômica ilustra bem isso, porque muita coisa veio de estudos completamente teóricos de Einstein e de outros. Coisas que pareciam realmente não ter nenhuma aplicação possível. Como o próprio Lord Rutherford, o homem do átomo, acabou dizendo: – “é um campo em que se deve deixar toda liberdade de ação.”

M.C.M. – Isso deve ser uma proposta muito difícil de ser aceita.

O.F. – Pelos homens práticos e de governo; e, isso, às vezes, concorre para atrasar as coisas durante muito tempo somente porque não vêem as possibilidades que existem. Entre 10 pesquisas realizadas talvez oito ou nove não tenham uma aplicação imediata, mas ninguém sabe quando virão a ter.

M.C.M. – O senhor exerceu atividades de pesquisador, de administrador, e, também conviveu muito com administradores; assim, talvez pudesse dar um depoimento mais extenso sobre isso.

S.S. – Como conseguia conciliar esses dois interesses diferentes?

O.F. – De modo geral não tive dificuldades. Como administrador, lidei com dois homens: um foi o Ministro Mariani, que nunca pôs dificuldades, compreendendo sempre as questões, o que nos proporcionou uma administração perfeitamente integrada. As dificuldades que surgiram e, até certo ponto, ásperas, foi com o pessoal do DASP, quando nos quis impor a escolha de determinado tipo de microscópio eletrônico a que respondi: – “não cabe aos senhores qualquer palavra a esse respeito; nós é que temos a responsabilidade.” E, como também não era um grande conhecedor do assunto, recorri ao Carneiro Felipe, que, aqui no Brasil, era a única pessoa que poderia dizer alguma coisa. E, consultado, o Carneiro Felipe nos falou que o tipo deveria ser aquele mesmo, em primeiro lugar, porque aqui nós poderíamos manter o aparelho; os outros, poderiam até ser muito bons, mas não teríamos essa facilidade.

De outro lado, na organização do Instituto da Amazônia, tive o Álvaro Alberto, que, com o Carneiro Felipe, era um dos que conhecia o problema da energia atômica a fundo, inclusive pela sua experiência pessoal em enfrentar essas questões no meio internacional. Assim, a não ser com o DASP, nunca tive dificuldades com a administração.

M.C.M. – E para lidar com as pessoas que dependiam do senhor como subordinados?

O.F. – Nesse caso é preciso ter um certo tato. Há pessoas que são difíceis de serem tratadas; assim, temos que deixá-las um pouco em paz procurando amoldá-las como possível. Outros, embora estejam no Instituto, não são propriamente homens de pesquisa. E com o Arthur Neiva aprendi que era preciso aproveitar os homens naquilo que podiam fazer; naquilo em que podiam ser úteis. Então, a esses, procurávamos dar uma tarefa em que nos pudessem ajudar. No Instituto, tivemos homens que eram, por exemplo, peritos em fotografia; tinham gosto por aquilo. Não queriam descobrir coisas novas, mas sim fazer a demonstração dos fatos bem feita, com boas fotografias. Então, dávamos a eles essa tarefa aproveitando-os naquilo em que podiam colaborar. Essa é uma tarefa do administrador: saber aproveitar os homens naquilo para o que têm aptidão. Fiz muito isso, sobretudo na ocasião do Congresso de Microbiologia em que precisávamos apresentar uma determinada soma de trabalhos de certo valor. Eu ia a cada um, mesmo aqueles menos aptos: – “você pode fazer isso; pode fazer aquilo; você tem meios e capacidade pessoal para fazer, então, apresente um trabalho sobre isso.” Isso é também uma questão de convencer um pouco a pessoa. E conseguimos: no Congresso tivemos uma larga contribuição do Instituto.

M.C.M. – O sistema que o Instituto tinha de selecionar os seus pesquisadores depois de um convívio bastante longo já não devia, de certa forma, eliminar os que não tinham aptidão?

O.F. – Sim, aqueles que se impacientavam e não queriam esperar mais tempo para ter uma posição no Instituto, eram logo eliminados. Mas, em geral, o estudante entrava, fazia o curso, a tese, e ficava na expectativa. Alguns desistiam e

passavam logo para a clínica. Uma tese muito boa foi a do Carlos Rahr, sobre carrapatos, sobre (?). Parecia que ia continuar, mas como tinha possibilidades de ser um bom clínico, deixou o Instituto e foi fazer Otorrinolaringologia, no que teve muito sucesso. E assim muitos outros. Mas aqueles que se interessavam mesmo pela pesquisa continuavam de qualquer modo.

M.C.M. – Atualmente a seleção é feita por concurso?

O.F. – Mesmo antigamente era feita por concurso. O primeiro a ser feito não deu muito bom resultado; basta dizer que o Gomes de Faria, que era uma figura notável, ficou em segundo lugar fato que o desgostou e concorreu para que deixasse o Instituto: ao se convidado para o Instituto de Tecnologia, aceitou. Esse é um problema um pouco complexo, mas a parte de relacionamento com os técnicos é uma coisa essencial.

S.S. – Qual seria, para o senhor, o melhor processo de seleção de pesquisadores para uma instituição?

O.F. – A primeira condição é que ninguém aprende a fazer pesquisa. Por melhor que seja o curso que se fizer, e apesar do sujeito ficar sabendo muito bem, se ele não der para pesquisa, não faz nada. É necessário ter a curiosidade científica de resolver os problemas práticos ou teóricos que apareçam. Sempre fui muito favorável à tecnologia no Instituto porque inclusive, era uma porta aberta para os problemas, porque, se, por exemplo, ao se fabricar uma vacina surgir uma dificuldade que não possa ser removida, vai-se, então, pesquisar. Esse é o primeiro fator: quem não tiver curiosidade não vai para diante na pesquisa. Depois, naturalmente, precisa-se estar preparado para não cometer erros graves. Erros, todos nós cometemos. Na pesquisa não há como evitá-los. De vez em quando damos uma cabeçada qualquer, mas pelo menos, que isso não ocorra continuamente e nem que seja erros muito graves, como esse do Noguchi, um homem de uma competência enorme e que trazia os animais dele já infectados.

M.C.M. – Qual foi a reação dele à comprovação do erro?

O.F. – Ele morreu na África. Na ocasião falaram em suicídio.

M.C.M. – Foi assim radical?

O.F. – Como bom japonês, naturalmente não terá cometido o haraquiri, mas como morreu de febre amarela dizem que infectou-se. Não quis enfrentar o meio científico com um insucesso tão gritante.

M.C.M. – Mas é uma coisa muito fora do comum uma pessoa reconhecer um erro e reformular?

O.F. – O caso do Noguchi é completamente excepcional. Os verdadeiros pesquisadores reconhecem perfeitamente.

S.S. – A reputação dele ficaria muito abalada se ele reconhecesse o erro?

O.F. – Totalmente. Foi um fracasso gritante porque era uma doença importante e que todo mundo pesquisava. Faltava-lhe também um certo preparo básico o que era muito comum ao meio americano ao qual ele era adaptado. Até a Segunda Guerra Mundial, o americano sabia muito pouco sobre Medicina Tropical e ele não conhecia a febre amarela bem, pois partia do princípio teórico de que aquilo deveria ser uma espirafetose, porque a doença de Weil também produzia icterícia. Ele não se lembrou, apesar de ter-lhe chamado a atenção, que a febre amarela só apresenta vírus na circulação durante três dias, enquanto que ele pegava os casos em Guaiaquil de sete, oito ou nove dias e isolava a leptospira. Estava errado e eu sabia disso. Quem conhecia o assunto via logo que não era possível. Então, se ele tivesse mais preparo básico dentro do setor e não estivesse só preocupado em procurar o parasito, deveria ter visto que estava errado.

S.S. – Mas então, a própria comunidade que aceitou o trabalho e o reconheceu como de real valor é que não foi suficientemente criteriosa nos seus julgamentos?

- O.F. – Na verdade não foi. E isso foi uma das coisas contra as quais o Oswaldo se empenhou: não aceitar as opiniões alheias, seja de quem for, que sejam contrárias aquilo a que a pessoa observou e fez. Não aceitar pacificamente; ter liberdade e independência intelectuais para ver que a coisa está errada mesmo que seja o Sr. Fulano quem tenha feito.
- S.S. – Antes desse trabalho o Noguchi já era um grande nome no mundo científico?
- O.F. – Sim, era um grande nome.
- S.S. – A aceitação do seu trabalho então foi muito em função ao prestígio que angariou?
- O.F. – Claro. Foi em função do seu prestígio pessoal porque ele era uma grande figura da Microbiologia.
- M. CM. – Nessa época o Lutz tinha o mesmo reconhecimento internacional que o Noguchi?
- O.F. – Talvez não. Era muito respeitado em toda parte, mas não teria a popularidade que a suposta descoberta da leptospira deu ao Noguchi, Entretanto o Noguchi teve outros trabalhos muito importantes, como, por exemplo, a questão do tracoma; e, mesmo sobre leptospiros, fez muita coisa certa. O seu erro foi se utilizar de animais que estavam no mesmo biotério e que lá se contaminaram.
- S.S. – Isso também significa que quanto maior o prestígio prévio, maior a queda?
- O.F. – É, maior é a queda.
- S.S. – Mas o Schaudinn tinha prestígio e também errou muito.
- O.F. – Sim, errou muito. Mas também era porque se metia em toda parte. Ele trabalhava em tudo e trabalhava febrilmente. Sabe que ele morreu com 30 anos? Ele tinha aberto o caminho para o conhecimento dos ciclos evolutivos de muitos grupos de protozoários. Mas, também, tinha umas idéias preconcebidas e, essas, devem ser

combatidas. Partiu de princípios teóricos, filosofando, fazendo sempre doutrinas, querendo generalizar coisas, e, de vez em quando, incorria num erro. Foi o que aconteceu com o parasito da coruja européia, de que fez o ciclo evolutivo como se fosse um parasito só, quando, na verdade, eram três diferentes. De modo que, além de estar errado, também acarretou erros. O próprio Chagas, nos primeiros tempos do estudo da doença de Chagas, foi no embrulho, porque, lá em Manguinhos, quem dominava era o Schaudinn.

S.S. – No caso da malária também?

O.F. – Também. Aqui na faculdade, houve tempo em que eu podia fazer isso porque tinha um imenso material de malária e estabeleci aulas de estudo – que os alunos chamavam de estágio – em que todos tinham que fazer três diagnósticos de 15 em 15 dias. Eram chamados todos os alunos, mas, de 15 em 15 dias, cada grupo passava por aquela prova: fazer três diagnósticos. Quando chegava a malária vinha uma quantidade imensa de lâminas e, assim, vi tudo que era possível sobre o assunto, porque os alunos encontravam, faziam seu diagnóstico e, então chamavam-me para confirmá-lo ou não. Então vi o que acho que muito pouca gente viu – o que o Schaudinn descreveu: o desenvolvimento na mesma hemácia de um esquisante e de um gameto. Dava impressão de que o gameto feminino estava se dividindo – fazendo partenogênese – e, foi assim que o Schaudinn descreveu. Depois verificou-se que não, que era dupla infecção: eram dois parasitos desenvolvendo-se na mesma hemácia, sendo que um era o gameto feminino e, o outro, um esquisante assexuado. Isso comprovamos nas aulas, porque, naquele tempo, tinha 80 alunos trabalhando para mim, que ficavam observando ao microscópio e quando encontravam alguma coisa que não sabiam o que era, chamavam-me. Isso foi outra coisa em que Schaudinn errou, mas em compensação fez muitas outras certas, inclusive a descoberta do parasito da sífilis.

Era uma figura notável e que influenciou muita gente. Muito moço – morreu com 30 anos – conseguiu incutir todas essas idéias a outros alemães e estes as passaram para nós aqui de Manguinhos. Todo mundo foi influenciado por ele.

M.C.M. – Ele esteve aqui?

O.F. – Não; influenciou através da segunda geração, que era formada pelo Hartmann e o Prowazek, também homens de grande vulto.

S.S. – O senhor conheceu o Gaspar Viana?

O.F. – Muito. Fui seu aluno duas vezes: uma, no curso do Instituto e, outra, depois, num cursinho que teve de dar porque, como havia feito docência livre e esta era cassada se o sujeito não desse um curso, para justificar essa questão, deu um sobre blastomicose que acompanhei com mais três ou quatro alunos. Com isso conheci bastante o Gaspar.

M.C.M. – Voltando um pouco à história do erro; o senhor acha que hoje haveria condições de uma coisa dessas acontecer? Quer dizer, da autoridade de um grande cientista funcionar como...

O.F. – Sempre há a possibilidade de acontecer.

M.C.M. – Em nome da autoridade e não no do conhecimento?

O.F. – Sim. Há muita gente que respeita mais a autoridade do que os fatos. Mas, no entanto, os fatos é que devem prevalecer e não o que o senhor doutor diz.

S.S. – Houve um caso de um psicólogo inglês que faleceu há algum tempo: ele havia feito pesquisas sobre a relação entre inteligência e hereditariedade e agora se descobriu que os dados dele eram falsos.

O.F. – Os dados eram falsos... É preciso ter cuidado com as premissas porque partindo-se de premissas falsas, é evidente que os resultados também serão falsos.

S.S. – Citava, inclusive, assistentes que teriam trabalhado com ele, mas estes não existiam; eram nomes inventados. Era a pessoa mais importante da Psicologia



Experimental inglesa e que morreu aos 80 anos de idade deixando discípulos.

O.F. – São muitos os exemplos. Ocorre muito freqüentemente o sujeito errar na sua hipótese e sair dizendo coisas erradas o resto da vida.

S.S. – Houve uma tese em que o sujeito cultivava tripanossomos num meio extremamente pobre, qualquer coisa como água com açúcar – não me lembro exatamente o que era – e, todo mundo estranhou muito. A tese foi defendida, e, como era de pessoa conceituada, foi aprovada. Não se pôde negar aquilo.

Algum tempo depois o próprio sujeito descobriu ou pelo menos divulgou isso; um seu auxiliar, que lhe era muito dedicado, contaminava as culturas e, quando chegava, encontrava o tripanossoma. O senhor soube dessa história?

O.F. – Essa acusação foi feita ao Sabouraud.

S.S. – Mas isso foi recentemente.

O.F. – O Sabouraud demonstrou que o que chamavam cromorfismos dos cogumelos das tinhas era uma verdadeira mutação; só não empregou o termo porque naquele tempo era muito pouco conhecido, mas era uma mudança irreversível; portanto o que chamamos hoje de mutação. Os americanos contestaram dizendo que o seu meio de conservação, privado de hidrôcarbonatos, impedia essa mutação. Então acusaram os auxiliares do Sabouraud de, para não perderem as amostras, colherem novo material, semear e dizer que era a amostra antiga que havia cromorfisado. Isso foi uma acusação feita, mas que não foi provada. Até hoje conservamos no meio de Sabouraud: meio chamado de conservação sem mutação. Há vários exemplos desses e, de vez em quando surgem novos. E isso acontece porque também há fraude em certos domínios.

Houve uma fraude de um cidadão que recompôs uma coisa e apresentou-a como fóssil. Ninguém sabe se o autor foi enganado ou se colaborou no engano.

S.S. – Há também uma história recente de um pesquisador nos Estados Unidos que pintou um rato para provar que...

O.F. – Sim, soube disso. Foi recentemente. Houve também um caso escandaloso na França há uns 30 ou 40 anos. Havia, numa daquelas pequenas cidades, como há muitas na França, especialistas amadores num setor e, entre eles um arqueologista ou paleontologista, e alguém indicou-lhe uma determinada localização de fósseis. Indo ao local encontrou o fóssil e continuou achando mais e mais, tanto que no fim de algum tempo todo mundo começou a estranhar. Mas como era um sujeito sério ninguém tinha dúvidas. No entanto era uma pilhéria que estavam fazendo com ele: estavam colocando coisas para ele descobrir. Isso causou um grande escândalo na época.

Aqui tivemos o caso célebre das inscrições fenícias no interior do Ceará. Você conhece o fato?

S.S. – Não.

O.F. – Havia aqui o diretor do Museu Nacional, um sujeito de muito valor, conhecedor de inscrições antigas. Um belo dia anunciaram-lhe que existia uma inscrição assim em determinado lugar e ele foi lá, copiou, e, traduzindo viu que eram os fenícios que haviam estado aqui. No fim, parece que era uma pilhéria completa que haviam feito com ele: alguém, que também conhecia essas inscrições, fez lá aquela história e ele acreditou. Recentemente os americanos voltaram ao assunto e, duvidando de que fosse uma falsificação levantaram a hipótese de ser verdade, mas nada ficou ainda esclarecido. Isso foi há pouco tempo. De vez em quando surge um pândego desses.

S.S. – Agora acho que se poderia retomar o fio da meada cronológica.

O.F. – Ele disse: “não há mais aquela Saúde Pública de doenças infectuosas”; e, numa questão de um ou dois meses, surgiu a meningite como um problema sério. É a influência americana; eles lá não têm esses problemas, e queremos imitá-los sem

refletir que o problema aqui é muito diferente.

S.S. – Anteontem encontrei-me com o doutor MUSING. Ele deixou o Museu e agora está na FEEMA, onde estão enfrentando um grande problema. Não sei exatamente que técnicas vão usar, mas estão trabalhando no combate aos ratos.

O.F. – É, porque se cair peste aqui vai ser uma calamidade. Existem ratos por toda a parte. Vêmo-los pelas ruas.

S.S. – Não acha que agora poderíamos retomar um cunho mais cronológico?

O.F. – Sim.

S.S. – O assunto começou a desandar quando falamos de sua volta da viagem aos Estados Unidos e à Europa. Então poderíamos retomar a partir das transformações que o Instituto passou para recebê-lo de volta. Nesse ponto é que gostaria de recomeçar, cronologicamente.

O.F. – O problema que havia no Instituto dentro do setor de Micologia, isto é, do estudo das doenças produzidas pelos cogumelos no homem e nos animais, era o de que não tínhamos um especialista especificamente na parte botânica do problema.

Dos membros do Instituto eu era o que tinha mais formação de Botânica porque havia sido o conservador do herbário da Faculdade de Medicina. Antigamente o herbário da Faculdade era uma coisa importante porque a farmacopéia era quase toda de origem vegetal. Por isso sempre ensinávamos Botânica para que os alunos conhecessem as plantas medicinais que constituíam a base da terapêutica.

Portanto, quem estava mais ou menos indicado para o Setor de Micologia era eu. No de Protozoários, que ia deixar, havia já muitas outras pessoas trabalhando.

Comecei a trabalhar aqui e fiz um curso que foi uma coisa ocasional havida no Jardim Botânico, dado por um professor, cujo nome agora não me recordo, mas

que era discípulo do Maublanc, um grande micologista francês que havia sido contratado para vir para cá. Até pouco tempo ainda estava vivo, mas na época, já era de muita idade.

S.S. – Na época o Jardim Botânico tinha um programa pesquisas em Botânica?

O.F. – Não tinha propriamente um programa, mas fazia-se pesquisa. Ele acaba de ter na sua direção uma grande figura de Botânica, o Barbosa Rodrigues, que era o autor da SERTUM PALMARUM – dois volumes impressos na Bélgica, com figuras magníficas. De modo que a pesquisa no Jardim Botânico era altamente prestigiada; lá estava o Neves Armond, de quem tenho falado aqui, e, estava também um neto do Barbosa Rodrigues, o Campos Porto, que depois foi diretor do Jardim, e, havia esse especialista em cogumelos parasitos de plantas, que tinha vindo do Museu Nacional para o Jardim Botânico, mas que também conhecia bem o problema de Micologia Geral, com a tradição francesa, que era muito respeitada na época.

Mas, como ao me formar, tinha sido indicado pelo Chagas para trabalhar na Fundação Rockefeller – fui o primeiro Diretor de Campo da Rockefeller – era fácil para mim encaminhar-lhe um pedido de bolsa de estudos.

S.S. – Como o senhor foi escolhido para ser o primeiro Chefe de Campo?

O.F. – Porque quando a Rockefeller veio para cá, veio primeiro sob a forma de uma comissão, composta pelos seus principais diretores, para observar, explorar e ver o que se poderia fazer aqui. Essa comissão dirigiu-se ao Instituto Oswaldo Cruz. Mas, nessa época, o Oswaldo já estava doente e encontrava-se em Petrópolis; já não podia mais estar dando atenção a essas coisas. Foi ao Chagas, então, – que já era um homem de reputação internacional – a quem eles se dirigiram.

Por outro lado, eu havia sido discípulo do Chagas e, tinha entrado mais em contato com ele, porque fui um dos redatores das notas de aula (as apostilas daquele tempo).

Quando a Rockefeller teve de nomear alguém para cá nomeou o HACKETT, que tornou-se famoso pelo seu livro sobre a malária na Europa; quando foi embora daqui andou por outros lugares e, depois, foi para a Europa onde estudou o problema da malária. Assim, o HACKETT foi o primeiro diretor da Rockefeller no Brasil, e o Chagas me indicou para trabalhar na Rockefeller com o título de Diretor de Campo. O HACKETT tratava de problemas políticos, de administração, de muitas outras coisas, mas, no campo, era eu quem dirigia, fato esse que me possibilitou conseguir, alguns anos depois, uma bolsa da Rockefeller.

Trabalhei na Rockefeller em 1916/1317, ficando, depois, só no Instituto. Em 1920 é que tive a bolsa para os Estados Unidos.

Encontrei, nos Estados Unidos, um ambiente magnífico para o estudo da Micologia Geral. Havia centenas de especialistas nas diversas universidades e, sobretudo, no Ministério da Agricultura, porque lá o problema de doenças de plantas era muito importante. Encontrei um bom campo de observação no Serviço do Gilchrist que foi o homem que descreveu a blastomicose americana e também o granuloma Coccidioídico que tinham sido vistos pelo Welch. Mas, como o Welch não tinha mais possibilidades de cuidar de pesquisa por estar sobrecarregado com problemas administrativos, entregou-a então ao Gilchrist que, nesse tempo, era professor das duas universidades de Baltimore: a Universidade de Johns Hopkins, onde eu estava, e a de Maryland. Passei então a frequentar as duas, com o mesmo professor. Estava lá também o grande patologista MacCallum, que passei a frequentar. Trabalhava, num horário com o Gilchrist e noutro com o MacCallum. E, vi tudo o que era possível ver, nos Estados Unidos, sobre micoses humanas. Mas, naquela época, praticamente não havia quem estivesse se ocupando desse assunto; que fosse propriamente um especialista. Por isso tratei de aproveitar o que podia: na parte geral trabalhei com Johnson, na Johns Hopkins, em aulas exclusivamente práticas; de utilização do material que ele havia colecionado; e, depois, ia para a Clínica do Gilchrist e para o Serviço de Patologia do MacCallum. Daí, a conselho de algumas pessoas bem informadas, passei a trabalhar em Washington com o Erwin Smith, que foi o criador – pode-se

dizer assim – da bacteriologia das doenças de plantas, sendo, ao mesmo tempo um homem de uma cultura geral muito grande, a que já tive ocasião de referir-me aqui. Dominava o meio cultural em toda a região de Nova Iorque, Washington, Nova Inglaterra, etc., e era também um grande poeta.

Foi esse homem quem me orientou na parte de doenças de plantas. Trabalhei com ele especialmente na produção de tumores bacterianos das plantas, que descobrira, e que era um terreno muito dele.

Passei, depois, a trabalhar no Laboratório de Microbiologia do Bureau de Química, onde se estudavam fermentações e onde estava o Charles Thom, o grande especialista, na época, de aspergilos e penicílios. Com isso abrangei um campo muito bom nos Estados Unidos, mas, ficou faltando a parte médica. Por acaso, foi trabalhar em Baltimore, fazer um curso na Johns Hopkins, o doutor John Lee Hauldrick, que havia trabalhado aqui no Brasil – mais em São Paulo – e com quem eu tinha uma certa intimidade, e a quem disse: – “a parte básica é muito boa, mas a médica não tem ninguém trabalhando.” Então, escreveu uma carta ao presidente da Rockefeller dizendo: – “seu Fulano está trabalhando aqui, mas, na parte médica não consegue nada porque não tem ninguém. Como o centro hoje é na Europa, especialmente Paris, seria bom providenciar qualquer coisa.” E a Rockefeller aprovou; deu-me uma bolsa para a Europa onde passei um ano.

S.S. – O senhor achava que a parte médica era mais importante do que a básica?

O.F. – Ambas eram importantes.

S.S. – Por que a sua opção para a parte de Micologia Médica?

O.F. – Porque isso era o programa do Instituto, que interessava mais pela parte médica.

S.S. – Havia já naquela época, no Brasil, algum interesse por essa parte de doenças de plantas?

O.F. – Havia. No Rio Grande do Sul, por exemplo, havia um certo número de especialistas, sobretudo frades. Na Bahia havia um jesuíta muito notável também.

M.G.M. – E no Instituto Agronômico de São Paulo?

O.F. – Também se trabalhava, mas os centros mais importantes mesmo eram: Rio Grande do Sul para cogumelos parasitos de plantas e, na Bahia mixomicetos e poliporáceos, que são cogumelos grandes.

M.G.M. – Isso era feito por um pesquisador sozinho?

O.F. – Os jesuítas tinham, naquele tempo, o pessoal havia sido expulso de Portugal e, também, gente que vinha da França; pessoas com as quais formaram um centro de pesquisas no colégio dos jesuítas. Havia um especialista em diatomáceas, havia esse especialista de cogumelos e também vários padres jesuítas, mundialmente conhecidos trabalhando lá na Bahia e, quase ninguém sabia da existência deles. Fundaram uma revista que se chamava “A Broteria” – Brotero foi um grande botânico português – e era nele o publicavam seus trabalhos. Vim conhecer essa gente anos depois quando fui à Bahia e procurei-os.

Mas, de modo que o interesse do Instituto era mais o interesse médico. Havia pessoas que já haviam trabalhado em Micologia aqui, como o Pedro Severiano de Magalhães e vários outros, mas em assuntos isolados, não havendo ninguém que tivesse a formação de especialista. Essa formação, adquiri em parte, nos Estados unidos e completei-a na Europa. O grande centro era a França, com o PINOY, no Instituto Pasteur, em Paris, e o Vuillemin, em Nancy. Do meu contato com eles e depois, com o Sabouraud, é que veio minha formação.

Nessa época o Sabouraud era a grande figura da Micologia Médica francesa: era o homem que levou 20 anos estudando as tinhas e pôs em ordem o assunto. Sabouraud publicou um tratado de Dermatologia em cinco volumes intitulado “Moléstias do Couro Cabeludo” e que incluía um volume só sobre tinhas. Sabouraud começou estudando tinha, uma doença da pobreza de Paris, dos meios

em que havia promiscuidade, onde um passava a doença para o outro e, depois de passá-la às crianças – é uma doença essencialmente de crianças – estas tinham que ser segregadas em escolas especiais. Havia uma chamada Escola Lailler que funcionava ao lado do Laboratório Municipal da Cidade de Paris, que era o laboratório ao Sabouraud. Assim, eu trabalhava no Laboratório e a Escola com os tinosos ficava ao lado, bem isolada, com portas separando. Isso tudo no Hospital Saint Louis, um hospital muito interessante: só dedicado a doenças de pele e que foi organizado aproveitando as cavalariças de Gabrielle D’Estrées, Belle Gabrielle, a favorita de Henrique IV. Há toda essa tradição por trás do Hospital Saint Louis. Existe a parte velha onde trabalhei; depois construíram novos pavilhões, e, mais recentemente, um auditório muito bom; modernizaram-no, mas ainda é as cavalariças da Gabrielle.

Lá organizei um trabalho sistemático sobre cogumelos parasitos do homem e dos animais; um trabalho muito bem orientado pelo Sabouraud. Praticamente eu passava lá toda a manhã e a tarde ia ao laboratório do Brumpt onde via outras questões com o Langeron que era um grande técnico; um grande micologista. O Langeron publicou um livro sobre Micologia e um outro sobre a Técnica Microscópica que é o melhor que conheço até hoje. Mas ele não podia fazer carreira no professorado porque era de uma gagueira total, só conseguindo trabalhar em particular; não ensinava entre seus discípulos.

E, assim passei um ano. Depois fui para Lyon, onde estava Guilliermond que era, na época, o maior especialista em citoplasma. Ele havia feito inúmeros trabalhos sobre estrutura do citoplasma, sobretudo sobre condrioma, e era também o homem que mais tinha estudado sexualidade dos levedos; tem toda uma classificação das leveduras baseada na sexualidade. Tive sorte de trabalhar com essa gente, que é de primeiríssima ordem, do mesmo modo que havia tido nos Estados Unidos em relação ao pessoal da Johns Hopkins.

Quando voltei ao Brasil trouxe uma coleção de oitocentas e tantas culturas, uma das maiores da época, reunida nos diversos laboratórios onde trabalhei. A coleção do Instituto LISTER e a da Sociedade Internacional de Botânica eram as maiores;



a minha deveria vir, confrontando com a do LISTER, em segundo ou terceiro lugar. A coleção holandesa era o centro a que todo mundo se dirigia para pedir culturas; e, eu passei também a fornecer-lhes; visitei a estação onde fiz um pequeno estágio, e troquei culturas com eles.

Nessa ocasião estava fazendo tese aquela micologista que criou o gênero *cândida* – tenho a tese – onde ela cita a minha contribuição para os seus trabalhos – agora não estou me lembrando do seu nome.

Quando o meu trabalho em Paris estava em andamento, a coleção do Instituto Pasteur tinha sido destruída pela Primeira Guerra Mundial. Não havia mais quem repicasse porque todo mundo havia sido chamado para as Forças Armadas francesas e ninguém cuidou da coleção; ela havia se perdido. O MAGROU que era um homem também notável, célebre pelos seus trabalhos, sobretudo sobre simbiose de cogumelos, foi quem aproveitou a minha coleção; levei-a, toda para o Instituto Pasteur onde repicaram-na reconstituindo-se assim a coleção do Instituto Pasteur – a partir da minha coleção. Estava também trabalhando com o BRUMPT, o OTA, professor em Sendai, no Japão, que igualmente aproveitou a minha coleção para constituir a dele. Assim ela começou a prestar serviços ainda antes de chegar ao Brasil.

Quando chegamos procuramos nos organizar. No Instituto, o Chagas, que estava muito interessado no assunto, deu todo o apoio: deu-me um bom laboratório; muito espaço; um auxiliar, que foi o Arêa-Leão e, comprou-me toda a literatura clássica que pedi. Eu havia trazido dos Estados Unidos uma lista de livros que tinha consultado e que não existiam no Brasil e que, hoje, constituem uma boa biblioteca especializada em Manguinhos. Todos os livros antigos e raros que existem atualmente em Manguinhos foram comprados nessa ocasião pelo Chagas. E assim começamos a trabalhar. Articulei-me com a Clínica Dermatológica, dirigida na época, pelo professor Terra que também me apoiou abrindo a enfermaria e pondo tudo à minha disposição. Depois, quando o Terra foi sucedido pelo Eduardo Rabello, pai do atual professor, também tive todas as facilidades e acabei sendo o chefe do laboratório da cadeira de Dermatologia ficando assim,

inteiramente entrosados.

O Sabouraud acompanhou tudo isso, e, quando resolveu-se fazer um inquérito em todos os países importantes do mundo sobre a Organização de Micologia Médica, o Sabouraud citou o nosso laboratório: – “vocês devem fazer o que já existe no Instituto Oswaldo Cruz, em que há associação da clínica com o laboratório.” Isso foi uma aprovação muito importante e que concorreu para que o nosso trabalho ficasse ainda mais divulgado. Há época, foi o professor Engelhardt, da universidade de Giessen, na Alemanha, quem teve essa iniciativa consultando gente de toda a parte, inclusive o OTA, que respondeu no mesmo sentido: – “procure seu fulano em Manguinhos que ele pode prestar-lhe um bom serviço.” Esses dois foram os que indicaram nosso laboratório como ponto de partida para essa Organização que, aliás, não chegou a ter êxito. Nos Estados Unidos, como havia pouca coisa feita e eles também estavam interessados em fazer algo.

E assim trabalhamos durante muito tempo.

O Guilhermond não tinha tempo de atender a tudo porque, evidentemente, ele, como bom francês de província, professor em Lyon, não tinha recursos. Havia um servente que ia ao laboratório de 15 em 15 dias para repicar as culturas; de resto, ele é quem fazia tudo. Quando chegou ao seu laboratório uma coleção de 100 amostras de leveduras ele, como não tinha condições de identificá-las, entregou-as a mim que as trouxe para cá. Mas, antes mesmo de trazê-las já havia verificado que o que se chamava, na época de blastomicoses européias eram as únicas blastomicoses verdadeiras, produzidas por leveduras e consegui, também, determinar o gênero que era responsável pelo menos por uma boa parte dessas através da classificação do Guilhermond, que foi o gênero das baromissas. Quando provei isso, mandei o trabalho para cá e ele foi imediatamente publicado no “Brasil Médico”. Demos assim, o primeiro passo para as publicações do Instituto, relativas à Micologia.

S.S. – Por que o senhor preferiu publicar aqui em vez do exterior?

O.F. – Porque aqui tinha facilidades e, também dava apoio ao Instituto, na sua nova iniciativa.

S.S. – Essa revista tinha aceitação internacional?

O.F. – Tinha porque era onde saíam todas as notas prévias do Instituto. O próprio Instituto distribuía o “Brasil Médico”. Naquele tempo tiravam-se 200 separatas de cada nota prévia e mandava-se para todos os especialistas. Cada autor mandava para os especialistas que desejava. De modo que começamos as publicações mesmo antes de chegar aqui.

Logo após há o caso da cromoblastomicose que foi muito interessante e muito importante. Chegou-nos um doente, um preto velho, no serviço do Terra, com uma doença de pele que eles não sabiam o que era. A principio pensaram em leishmaniose e, na realidade tinha-se iniciado como tal, mas após serem feitas as biópsias o Leon levou-as para Manguinhos e, o Torres, examinando-as encontrou uma coisa que nunca havia visto. Como eu tinha acabado de chegar e estivera cuidando dessas coisas fui chamado e, então verifiquei tratar-se de uma doença similar a uma coisa que já havia sido descrita nos Estados Unidos – havia um caso americano. Mais tarde verifiquei que mais quatro casos haviam sido verificados no Brasil, mas todos com diagnósticos mais ou menos errados. Quando se publicou o caso americano os especialistas Alexandrino Pedroso, de São Paulo e o Gomes, daqui, identificaram-nos com o americano. Ao estudar o caso do Terra mostrei que o nosso era completamente diferente do caso americano: era uma síndrome produzida por diversos cogumelos. Essa foi a nossa verificação mais importante. Eles chamavam, porque o americano havia chamado assim, de dermatite verrucosa, nome com o qual o Pedroso publicou o seu trabalho aqui. Mas era uma doença mais complexa. Então o Magarinos Torres, com quem eu estava tratando do assunto disse: – “é preciso, em primeiro lugar, dar um nome a esta doença porque não é só uma dermatite verrucosa; é uma coisa mais complexa e não pode ficar com esse nome.” Propus, então, o nome de cromoblastomicose porque o parasito era um parasito corado. Eu mesmo achei que o nome era muito

comprido: cromoblastomicose. Com o nome de basltomicose tem o inconveniente de haver muita coisa que não se sabe bem o que é. Mas, em todo caso, o Torres aceitou, lançou-se o nome e este pegou. Então, por ter aparecido um trabalho com um novo tipo de dermatose produzida por cogumelo, com esse título e com o nome novo, chamou a atenção e começaram a surgir os casos: casos na Rússia, casos na Alemanha, casos nos Estados Unidos, casos no Japão, casos aqui na América Latina, e, assim verificou-se que era uma coisa internacional; que a cromoblastomicose era cosmopolita, produzida, talvez, ainda por outros cogumelos. Eu tinha mostrado que era produzida pelo menos por dois, verificando depois que era produzida pelo menos por três. Foi em Porto Rico, com os trabalhos clássicos dos porto-riquenhos que se mostrou que a coisa era mais complicada. Na Argentina o Negrini, que tinha sido meu discípulo, também publicou e até deu ao parasito o meu nome: criou o gênero Fonseca. Por fim, foram descritas vinte e tantos parasitos de cromoblastomicose, dos quais, quatro quintos estão errados: são repetições de enganos; trocas de culturas, etc. A maioria estava errada. E cada um foi lançando as suas idéias. Ao fim, como disse, os parasitos foram descritos como sendo vinte e cinco espécies diferentes. A doença foi descrita com mais de dez nomes diferentes, mas ficou geralmente adotado o termo de cromoblastomicose, que é o internacionalmente predominante, mas não aqui no Brasil, porque, como sempre, aqui o que é brasileiro não é bem recebido. Aqui mudaram o nome da doença; passaram a chamá-la de cromomicose, o que não foi aceito pelos americanos, sendo cromoblastomicose o nome que prevalece internacionalmente. Até meu nome foi dado: o Fred WEIDMAN, de Filadélfia, deu o nome de doença de Fonseca. Aqui deram o nome de doença de Pedroso, doença de Gomes, doença de não sei mais quem, enfim, mais de uma dezena de nomes. Mas o fato é que esse foi um trabalho que ficou.

Continuamos, depois, fazendo muitas outras coisas. Trabalhamos em vacinas aplicadas ao tratamento das tinhas e nisso, só o que fizemos foi continuar o que os franceses, como o JAUSION, tinham feito. Fizemos trabalhos sobre a blastomicose comum daqui e, fomos os primeiros a lançar as reações imunológicas para diagnóstico da doença de Lutz – fui eu até quem lhe deu o

nome de doença de Lutz – e começamos a ver outras doenças produzidas por cogumelos. Fizemos uma série de trabalhos muito grande.

Na França, quando houve o jubileu do SABOURAUD – foi um jubileu muito comemorado – ele cita os seus discípulos do mundo inteiro: cita o BALIÑA de Buenos Aires, cita a mim, daqui do Instituto, e fala no progresso que a Micologia realmente teve a partir dos seus trabalhos. SABOURAUD foi o homem que sistematizou toda a Micologia.

Assim, fiquei trabalhando em Micologia até vir o Estado Novo e eu ter que optar e entregar a seção de Micologia, que havia organizado, ao meu sucessor no Instituto.

Um trabalho importante, que foi o ponto de partida desse sobre “Migrações e Parasitismo”, foi o do Roquette-Pinto sobre as dermatoses dos índios do Nambikwara que havia descrito mas que não tinha dado uma solução para o problema da etiologia: não tinha conseguido provar que era uma micose. Quando fui estudar os índios Puruborás, no Rio São Miguel, no território hoje chamado de Rondônia, tive então facilidades para estudar melhor do que o Roquette-Pinto porque os índios já estavam mais acessíveis e permitiam os exames o que não acontecia no tempo do Roquette-Pinto, pois não conseguia tirar-lhe material da pele porque pensavam que era uma feitiçaria e não admitiam. Depois, foram se amoldando, as diversas tribos foram se acomodando a nossa cultura e começou a ser possível. Só então pude provar o que era. O Alexandre HUMBOLDT afirmou que, para as grandes descobertas – que não era o meu caso, pois era uma descoberta sem maior significado – há sempre três períodos: o período em que ninguém acredita; depois aquele em que se procura mostrar que a descoberta não tem importância; e, quando se prova o contrário – que a descoberta é importante – então as reivindicações de outros que alegam já terem visto há muito tempo antes. E, isso tudo também aconteceu com a descoberta das doenças dos índios. O primeiro a fazer objeção foi o Lutz. Quando apresentei os meus primeiros resultados na Sociedade de Biologia, em Manguinhos, ele logo disse que não era

possível porque estava estudando essas coisas há 30 anos e nunca havia visto isso. Mas ele não podia encontrar aquele tipo de doença por uma razão muito simples: ele nunca tinha estado muito em contato com índios. Ele comentou que aquilo deveria ser uma forma de pityriase versicolor ao que lhe respondi: – “vou mostrar-lhe. Na próxima sessão me comprometo a trazer as culturas que já fiz.” E, eu podia lhe dizer isso porque havia estudado bem a pele dos índios e vira que o cogumelo não tinha nada a ver com pityriase. Era uma coisa completamente diferente. E, de fato, na sessão seguinte, levei as culturas e, quando mostrei-as, ele, como bom cientista que era, não negou o fato que estava ali demonstrado. Concordou plenamente. Depois veio a fase do: – “não tem importância nenhuma.” E os americanos disseram: – “não, isso é cogumelo de solo, não tem significado nenhum.” Depois, amigos nossos disseram que o caso já tinha sido visto por um fulano, que, na verdade, tinha descrito uma coisa completamente diferente, pois ele estudara pênfigo foliáceo, que é muito comum em todo o interior ao Brasil, e, como errara no diagnóstico, admitiu que fosse o toquelau ele havia visto. Então o toquelau haveria em toda parte, inclusive nas cidades importantes como São Paulo. Esses não torceram a orelha, mas mantiveram-se sempre dizendo que outro havia visto primeiro. Hoje todos os especialistas concordam; todos sabem que aquilo não era outra coisa: era pênfigo. Mas é sempre assim. No fim o pessoal teve que aceitar.

Com essa verificação pude demonstrar, pela primeira vez, que alguns dos nossos índios tinham vindo da Indonésia, da Polinésia, da Melanésia, pelo Pacífico onde esse tipo de doença grassa, e, não pelo Estreito de Behring porque em todo o norte da China, no Canadá e em nenhum outro ponto do trajeto, que teria levado milênios, não se vê essa doença. O trajeto desses imigrantes, através dos tempos, teria espalhado a doença por todos esses lugares e, no entanto, neles não há vestígios dela. Só existe mesmo no sul da China, na Indonésia e nas ilhas do Pacífico. Daí passa para cá. Essa foi uma aplicação interessante de um novo método de estudo de Antropologia: as doenças importadas.

S.S. – Nos Andes, nas costas do Pacífico, ela também é encontrada?

O.F. – É encontrada ao redor dos Andes e também do lado do Pacífico. É encontrada no México, no Peru e, depois aqui, no Brasil. Algumas tribos que fazem ligação entre aquelas tribos periandinas e os índios da Amazônia têm a mesma doença e marca todo o trajeto que foi seguido – é o único caminho pelo qual possa ter chegado aqui.

Depois, fui estudar também a distribuição geográfica da piedra dos cabelos; a chamada piedra negra, que é endêmica; a outra, a piedra branca, e ocasional.

A piedra negra tem exatamente a mesma distribuição e o mesmo caminho. Ela existe na Indochina, em certas ilhas do Pacífico, na Indonésia e depois aqui. Já no sul da China não foi encontrada. Fui ao Museu do Homem de onde era fundador o Paul Rivet com quem já estivera em contato por causa dessas doenças de índios. Ele havia estado aqui e feito uma série de conferências na Academia de Letras, com muito sucesso, justamente sobre a origem do homem americano. Fez umas dez conferências trazendo os argumentos antropológicos de Antropologia Cultural, de Antropologia Física e de Lingüística, e, quando soube de minhas verificações achou-as extraordinárias, vindo a citá-las em vários trabalhos seus. Citou primeiro na Enciclopédia Francesa, e, depois, no seu livro sobre as origens do homem americano.

S.S. – Quando foi?

O.F. – Faz sete ou oito anos que completei, mas vinha estudando o assunto seriadamente desde 1924. Completei-o no Museu do Homem onde pesquisei o material múmias pré-colombianas que lá existe, e também o material de cabelos. No Museu há uma coleção de cabelos vindos de toda a parte, inclusive os colhidos por um médico explorador francês que trabalhou na Amazônia, onde foi morto pelos índios. Esses cabelos foram colhidos de tribos que ainda não tinham estado em contato com o homem branco. Esse explorador esteve na Amazônia em 1880, portanto, há

aproximadamente 100 anos atrás e já se consegue encontrar em várias tribos da Amazônia, casos de piedra.

M.C.M. – Essa doença consiste em que?

O.F. – Consiste de nódulos duros dos pelos.

M.C.M. – É perceptível?

O.F. – Sim, é. Quando a infecção é maciça, ao se passar o pente no cabelo, o pente range fazendo um ruído especial. São nódulos muito duros e pequeninos que a gente sente e vê a olho nu.

M.C.M. – Há perda de cabelo?

O.F. – Não. Não ataca o pelo; o nódulo somente o cobre. Isso foi outra coisa que verificamos. Vimos, também, na língua indígena, que ainda é a língua geral interior da Amazônia – o nheengatu – a existência de um termo próprio para essa doença porque os índios, ao transmitirem-na à população cabocla civilizada do Amazonas transmitiram também o nome próprio que é “quirana” e que quer dizer falso piolho, pois parece uma lêndea de piolho. Esse nome dado pelos índios foi muito adequado; tanto que passou para o Português.

Está provado que não foi uma doença importada, e sim que é autóctone de índio. Mas de onde ela veio? – Só pode ter sido por aquele mesmo caminho por onde veio o toquelau, porque na China, Canadá, Estados Unidos e também no México (aí nem mesmo o México foi infectado) ela não existe.

M.C.M. – Esse método tinha sido usado anteriormente?

O.F. – Nunca.



M.C.M. – Foi o senhor quem começou a usá-lo?

O.F. – Fui eu quem o lançou. Logo depois veio o SOPER, que morreu agora, com 82 anos. O SOPER provou a mesma coisa com os índios paraguaios que sofriam de ancilostomose.

A ancilostomose é produzida por dois tipos de ancilostomídeos: um é o ancilóstomo duodenalis, predominante nas zonas temperadas e que existe no sul da Europa e nas ilhas do Pacífico, não sendo encontrado em outras regiões, ou, quando o é, em número muito pequeno. Mas, agora, com a grande movimentação de populações, está se espalhando, já tendo aparecido no Japão. Há também um outro produtor, que é o necator americanus que nos veio com os pretos africanos e é o que predomina em todo o litoral do Brasil. Para o interior ele vai diminuindo pouco a pouco e, quando chega às tribos mais remotas, no centro da América do Sul, quem predomina é o ancilóstomo. De onde veio esse ancilóstomo? – Para vir da Europa só poderia ter sido com os portugueses colonizadores, mas, em primeiro lugar, raríssimo desses portugueses teriam ancilóstomos o que, até hoje, é uma raridade na Europa porque não há o contato com a terra que é o fator essencial do desenvolvimento da ancilostomose – primeiro há a contaminação do solo e só depois há a do homem – então, não é provável que tenha vindo por aí. De onde veio então? – veio do próprio índio, que antes da descoberta da América já era portador. E, a prova disso é que o próprio índio já sabia que a infestação é feita pelos pés, coisa que os brancos só vieram a descobrir muito depois. No meu trabalho refiro-me ao termo especial que designava a doença de pé e que é o mesmo que usavam para o verme intestinal: o ancilóstomo. O índio, então, já havia descoberto que o caminho era esse: infestação pelos pés e depois a produção da doença intestinal. O branco só veio descobrir isso muito recentemente.

O índio era extremamente observador e muitas vezes descobria coisas que os outros não sabiam. Isso também está comprovado pelo trabalho do SOPER.

Está claro que tudo isso sofreu oposição e muitos diziam que não tinha

importância nenhuma, mas depois foram concordando e nos últimos trabalhos publicados todos estão de acordo, inclusive o AJELO, que é hoje o grande mestre da Micologia americana. Agora já está se discutindo se é o caminho que mostrei; se é o do Kon-Tiki ou se é o caminho inverso. Isso demonstra que a coisa passou em julgado.

M.C.M. – Haveria um equilíbrio ecológico entre essas doenças e os índios? Elas passam a ter um aspecto mais estável?

O.F. – Quando vimos isso os casos do Pacífico ainda eram, relativamente, mal estudados. Ainda não se sabia de muita coisa e, a princípio, achei que a doença era diferente por não poder identificá-la com o toquelau porque este apresenta lesões escamosas concêntricas e isso nunca foi visto nos casos nossos, e, também não tinha sido descrito pelo Roquette Pinto. Depois fomos ver em alguns dos nossos poucos casos e verificamos que no Oriente o que mais se via não eram os casos concêntricos, eram casos que não tinham aquela disposição. Os concêntricos eram espetaculares e chamavam a atenção porque a pele ficava com rodela concêntricas. Os navegadores do século XVIII que descobriram aquelas ilhas tinham visto, e, muitos deles, sem serem médicos, já os tinham descrito. Concluímos então que a doença deve ter sido a mesma.

O CASTELLANI, o homem que mais estudou a patologia de doenças parasitárias no sul da Ásia, trabalhava em Colombo, era professor nos Estados Unidos, em Roma e em Londres. (Falam aqui dos professores que pulam de um lugar para outro. Mas ele era professor nos três lugares ao mesmo tempo e ainda trabalhava em Colombo.)

CASTELLANI descreveu várias espécies, sendo algumas perfeitamente distintas. Também classifiquei a que descrevi aqui como uma espécie diferente e isso é um ponto discutido. Há a doutrina unitária que é a dos americanos que, por não se aprofundarem não acham as diferenças e dizem que essas coisas são sempre iguais, e há a doutrina que é a nossa e que diz que há várias espécies de

endodermófitos e cada um poderá ou não produzir uma lesão diferente. Esse é outro ponto a ser visto. Descrevi-a aqui e dei-lhe o nome de endodermophyton roquettei por ter sido Roquette Pinto o primeiro a ver a doença embora não tenha sido o primeiro a mostrar sua etiologia. Essa parte só eu pude ver porque o índio não deixava que ele fizesse. Esse foi outro trabalho importante.

S.S. – Como o senhor disse, esse trabalho começou em 1924. No entanto o senhor não esteve muitos anos trabalhando ininterruptamente.

O.F. – Eu só trabalhava nas ocasiões em que podia. Mas minha missão no Oriente permitiu-me ir a todos os grandes focos da doença oriental.

S.S. – Quando foi essa missão?

O.F. – Em 1926/1927.

S.S. – Quer dizer que entre 1924 e 1926 o senhor pôde trabalhar e imediatamente após foi para outros lugares?

O.F. – Sim, fui para o sul da China. Naquela época, quem ia ao sul não podia ir ao norte e vice-versa; isto porque no sul estavam os continuadores do SUN-YAT-SEN, que já havia morrido; era o pessoal que convidará os russos e dado, portanto, a oportunidade de vir o comunismo para a China; os do norte era a gente do CHANG KAI-CHEK que depois viria a combater os do sul. E, como só podia ir a uma das duas partes, e a que mais me interessava era o sul, fui primeiro a Amoy, onde o MANSON trabalhou, descreveu o toquelau e, também, a transmissão da filariose.

S.S. – O senhor foi puramente em missão científica?

O.F. – Sim, fui como delegado no Comitê da Liga das Nações.

S.S. – Que interesse a Liga das Nações tinha nessa missão?

O. F. – A Liga das Nações se interessava pelo problema de importação de doenças pelos japoneses.

M.C.M. – Problema de imigração?

O.F. – Sim. Já havia sido discutida a questão e, na Liga das Nações tinham acusado o Japão de estar disseminando doenças, particularmente esquistossomose. De modo que fui ao Japão estudar esquistossomose japonesa e aproveitei para estudar outras doenças que só existem lá, causadas por trematódeos, por cestóides.

No Japão não se vê casos dessa doença dos índios; ela só existe em Formosa, cujos indígenas são de origem indonésia. Fui ao interior de Formosa, nas montanhas onde estão refugiados – porque os chineses, e depois os japoneses, expediram os indígenas para as regiões mais remotas, lugares onde ninguém queria trabalhar por serem muito pobres, e, é lá, onde há inúmeros casos, que predomina a doença; ao passo que na região ocupada pelos chineses e japoneses de Formosa só aparecem casos de vez em quando, vindos do interior.

Depois de Formosa é que fui a Amoy. É quase fronteira; são dois dias de viagem de navio.

Naquele tempo dominavam os tratados que depois os chineses chamaram de desiguais; eram os tratados em que havia direitos de extraterritorialidade para os estrangeiros. E, como o Brasil, no tempo da monarquia, nunca queria ficar atrás das potências européias, tinha também o tratado de extraterritorialidade com a China e, qualquer que fosse o crime que um brasileiro cometesse, ele seria julgado pelas autoridades brasileiras, e, não pelas chinesas. Com isso os ingleses estabeleceram uma fiscalização nas alfândegas chinesas para garantir quaisquer empréstimos ou indenizações que a China tivesse que pagar. Por isso, em cada porto havia uma delegação inglesa que tomava conta da alfândega, sendo que o

MANSON era médico dessa delegação em Amoy, a primeira cidade chinesa que visitei – um pouco parecida com as ocidentais. Depois fui para Cantão e de lá para Swataw; e, de Cantão, de novo, para Macau e Hong Kong, que foi nosso ponto de passagem. Essas foram as cidades chinesas que conheci.

S.S. – A comissão era composta de quantos membros?

O.F. – Era composta só por mim que era o delegado do Comitê de Higiene da Liga das Nações. Enquanto fui para lá o Fujinami veio para o Brasil fazer a mesma coisa aqui. Mais tarde fui para Saigon – onde também os franceses haviam estudado muito o assunto – observar as mesmas coisas. Assim, tive a oportunidade de ver, no terreno – os principais focos de toquelau.

S.S. – O japonês que veio para cá foi para ver as doenças que o Brasil poderia, eventualmente, exportar?

O.F. – Como dizia-se que os japoneses vinham para cá trazendo doenças, para tornar a coisa equitativa, ele veio ver que doenças daqui os japoneses adquiriam. Era a recíproca que politicamente se impunha.

S.S. – Como foi que o senhor foi indicado para essa comissão?

O.F. – Quem me indicou foi o Chagas, talvez por que eu já estivesse cuidando desses assuntos. Chagas era o nosso delegado na Liga das Nações em Genebra, e lá propôs o meu nome, que foi aceito.

3ª Entrevista – 30/03/77

L.F. – Nem para colher material?

O.F. – A coleta de material foi distribuída para os diversos especialistas do Instituto. A parte de peixes e a de etnografia foi para o Museu Nacional sendo que o primeiro

material dos índios Otukês – que eram tribos praticamente desconhecidas – que o Museu Nacional recebeu, foi esse que colhemos.

M.C.M. – A que o senhor atribui essa interrupção?

O.F. – A falta de interesse das chefias, dos diretores e ao desinteresse completo do governo pelo Instituto.

M.C.M. – Pelo que o senhor disse, eram sempre serviços contratados por empresas. Isso significa que os serviços públicos deixaram de existir?

O.F. – Sim, deixaram. Por exemplo: a expedição Brasil-Bolívia foi organizada pelo Ministério do Exterior.

M.C.M. – Até que ano vão os trabalhos de campo do Instituto Oswaldo Cruz?

O.F. – Esse, especificamente, foi em 1924/25, comigo.

M.C.M. – Mas o Evandro Chagas ainda faz alguma coisa, não?

O.F. – O Evandro Chagas faz muita coisa. Ele começou como parte do Instituto, depois ficou separado e, hoje, é inteiramente isolado. Não tem mais nenhuma relação com o Instituto.

M.C.M. – Mas o trabalho dele, pessoalmente, foi como membro do Instituto?

O.F. – O trabalho pessoal do Evandro foi como membro do Instituto na época em que o Henrique Pena, no Serviço de Vicerotomia da Rockefeller, diagnosticou numerosos casos de leishmaniose visceral: cerca de um por mil dos exemplares de fígado que vinham tinha leishmaniose. Então o Evandro se interessou pelo assunto, obteve o apoio da Força Aérea que lhe forneceu o avião e começou a ir às casas onde haviam morrido esses doentes que estavam dando resultados positivos

na Rockefeller. Nessas casas foram diagnosticados pelo Evandro os primeiros doentes vivos; o resto até então tinha sido através de autópsias.

L.F. – Mas havia também viagens por iniciativas individuais?

O.F. – A viagem que fizemos para o Alto Paraná, por exemplo, foi o governo do Paraná quem pediu, através do Souza Araújo, que era de Manguinhos e estava chefiando o Serviço de Profilaxia Rural no Paraná. Então, eu, o Lutz e o Souza Araújo descemos o rio Paraná, fato que segundo informações locais havia dez anos não ocorria. Por acaso tivemos facilidades porque a Mate Laranjeira – a grande companhia de mate brasileira e argentina – havia mandado, pela primeira vez, umas embarcações (uma lancha e duas chatas) a Jupia – São Paulo, para ver se poderia abastecer ali, em vez de Buenos Aires, como faziam até então. Aproveitamos essas embarcações para descer o rio, caso contrário, teria sido um problema quase impossível de vencer. Nessa época, a única estrada que atravessava o rio Paraná para Mato Grosso era a Estrada de Ferro Noroeste e, havia uma trilha de índios de 150 km que fora aproveitada para travessia do gado que vinha a pé de Mato Grosso e levava meses viajando para chegar a São Paulo. Além disso, não havia mais nenhuma comunicação. As comunicações para abastecimento e tudo mais eram com a Argentina e não com o resto do Brasil. Até época recente, quem queria ir à Foz do Iguaçu tinha que primeiro ir a Buenos Aires. Assim fez Júlio Muniz quando veio de Mato Grosso. Atravessamos toda essa região, subimos e descemos uma porção de rios e estivemos na Foz do Iguaçu, onde não existia senão uma cidade primitivíssima, cujo hotel era um grande barracão de madeira com dois pavimentos. Quando se queria ir às quedas, os donos do hotel – uma família de brasileiros de origem alemã – mandavam um dos filhos e duas filhas acompanhar os visitantes numa viagem que durava mais ou menos seis horas. Foi essa viagem que fizemos para irmos às quedas, onde havia um hotel: uma casa de madeira forrada de sapé com uma sala e dois quartos; muito bem situado, num ponto magnífico, de onde se tinha uma vista completa.

M.C.M. – O senhor acha que esse afastamento do problema modificou a formação dos

cientistas?

O.F. – Modificou. A geração nova do Instituto, de modo geral, não faz idéia dos problemas do interior do Brasil.

T. – Faltaram, na minha opinião, duas coisas: o trabalho de campo e o hospital, que também entrou em dificuldades.

O.F. – No hospital o problema pode ser visto de vários modos: foi previsto um hospital selecionado; só para os casos que fossem objeto de escudo. E, para isso contávamos com o pessoal que estava no interior que era quem nos mandava os doentes. O hospital foi planejado como uma coisa moderníssima; quando entrei para o Instituto, em 1913, a construção estava interrompida, mas já estava prevista a instalação de ar condicionado, numa época em que ninguém falava nisso, nem na Europa, nem nos Estados Unidos. E o resultado foi que, construído o hospital veio a guerra de 14, e, não sendo mais possível arranjar ar condicionado, ficou aquele prédio com janelinhas estreitas e, quentíssimo no seu interior.

T. – Era por isso que às vezes se brincava falando das jacintadas do Oswaldo Cruz?

O.F. – As jacintadas não eram do Oswaldo Cruz, mas sim do Alcides Godoy, que era quem tinha essas idéias. Foi ele que bolou a instalação do ar condicionado, da mesma maneira que, durante a guerra, montou uma fábrica de gás no Instituto. Quando o Instituto foi construído não havia eletricidade, mas tínhamos enormes geradores. O Godoy fez montar, também, a fábrica de gás que funcionava no porão do prédio central e tinha todo um equipamento moderno para a época.

M.C.M. – Qual a sua visão desses novos cientistas assim tão desligados dos problemas práticos?

O.F. – Creio que o Instituto hoje precisa de uma reforma completa. No momento estão reformulando sob um determinado aspecto – que não sei se dará resultado ou não



– mas, estão vendo muito o lado Administrativo, como a remodelação dos edifícios, ajardinamento, etc. Já os problemas fundamentais estão sendo pouco abordados.

A reforma pode ser feita em diferentes sentidos porque, hoje, o Instituto não é mais o único centro de pesquisa como era antigamente. Depois da Escola da Bahia, em meados do século passado, foi o Instituto o único centro, daí partindo, os discípulos do Oswaldo, para o Brasil inteiro onde começaram a constituir novos centros. Hoje, Fortaleza, Goiânia, Bahia, Ribeirão Preto são centros importantes de pesquisa que estão produzindo trabalhos interessantes – coisas novas e originais. Assim, o instituto não precisa ter mais esse papel, podendo agora se renovar, em primeiro lugar restabelecendo coisas que já existiram como a Microscopia Eletrônica, que fomos os primeiros a instalar em Manguinhos e que depois foi abandonada, tendo sido saqueado o microscópio, de onde cada um tirou uma peça; ou, então, tomar uma outra orientação como a que tomou o Instituto Rockefeller: transformar-se em Universidade. Essa seria outra hipótese. Ou o Instituto mantém a sua antiga concepção, de só ser um Instituto de Medicina Experimental e de Biologia Experimental ou então se transforma numa Universidade, que foi a solução encontrada nos Estados Unidos para o Instituto Rockefeller.

L.F. – O senhor citou um certo número de Institutos, mas quais desses poderiam ser considerados como prolongamentos do Instituto Oswaldo Cruz?

O.F. – Praticamente todos. Talvez a exceção seja a Bahia. Mas, fora esse, em Goiânia, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte, Belém do Pará, se não é a primeira é a segunda geração de gente do Instituto; e a geração de discípulos dos discípulos do Instituto. Por exemplo: o Biológico de São Paulo é nascido do Instituto com gente como o Arthur Neiva, o Rocha Lima, o Oliveira Castro, o Dionésio Pacheco. Somente a parte de Pitopatologia, com o Bittencourt, é que foi estranha a Manguinhos; mas a parte de Patologia animal e Patologia humana, toda ela é do Instituto.

M.C.M. – Os outros Institutos conservaram o modelo de Manguinhos, de não fornecer ensino?

O.F. – Não, continuaram as técnicas. Mas, fornecem ensino porque quase todos são das universidades. Goiânia, por exemplo, é da Universidade de Goiânia; Belém é da Universidade do Pará, e, assim por diante; quase todos. O próprio Instituto da Amazônia, que organizei, o grosso do pessoal inicial levei-o daqui de Manguinhos. E, hoje, o Instituto está muito desenvolvido.

M.C.M. – O senhor, que teve experiência tanto na universidade quanto no Instituto, o que acha dessas opções? Universidades ou Institutos isolados?

O.F. – Sim, fiz carreiras paralelas. O Instituto fez parte da Universidade só durante alguns meses porque a Universidade do Brasil é emperradíssima; uma burocracia imensa. Aquilo que era simplíssimo quando o Instituto estava isolado tornou-se complicado logo após entrar para a Universidade. Com isso o pessoal todo se revoltou e foi preciso separar novamente o Instituto da Universidade.

L.F. – Esse problema seria mais em função de problema práticos ou o senhor considera que para a ciência o lugar mais adequado seria em Institutos do tipo de Manguinhos?

O.F. – Acho que a melhor solução ainda é o Instituto isolado.

L.F. – Por que o senhor considera assim?

O.F. – Porque ocupa-se muito tempo no ensino com prejuízo da pesquisa. Mas, não se deve separar os dois. Com isso quero dizer que, dentro do instituto isolado deve haver também ensino porque este, além de ser uma obrigação – quem tem conhecimentos técnicos deve propagá-los – exige da pessoa que ensina uma visão mais geral dos problemas. Muitas vezes o pesquisador só está interessado num

detalhe, numa determinada especialidade muito restrita e alguns fica nisso; levam a vida inteira descrevendo espécies novas de vermes, de coleópteros, etc. Esses, na verdade, prestam grandes serviços porque quando se precisa classificar uma espécie de verme, recorre-se a eles. Mas, não saem disso; não vêem o problema geral.

L.F. – Para o senhor isso significa que o professor e o pesquisador são entidades distintas?

O.F. – Não; significa que devem estar juntos. Na Universidade deve haver pesquisa e, no instituto de pesquisa deve haver ensino, embora a proporção entre uma coisa e outra deva variar.

L.F. – Em nível de ensino também?

O.F. – No Instituto o objetivo principal é a pesquisa; o ensino é subsidiário, é uma obrigação.

L.F. – E é em nível mais alto também?

O.F. – O que se fazia em Manguinhos era um verdadeiro ensino de pós-graduação. Naquela época não se falava em pós-graduação; isso é uma imitação do americano.

M.C.M. – Qual o seu modelo de formação de cientista?

O.F. – Inicialmente eles têm que se formar em algo organizado nos cursos, entretanto, neles não se ensina pesquisa. Por mais que se diga que há cursos para formar pesquisadores, isso não existe. Num curso se ensina as técnicas, os meios de trabalho que o pesquisador poderá utilizar; mas pesquisador é aquele que tem curiosidade científica, e isso é uma qualidade pessoal.

- L.F. – Portanto não lhe é ensinado?
- O.F. – Não, ninguém ensina. Entretanto, dentre esses que fazem cursos, uns são mais dotados para a pesquisa, têm mais curiosidade científica e por isso não querem se limitar ao que está feito, ao que está nos livros; então vão procurar resolver problemas que encontram e que nem os livros nem o professor explicam. Nesse ponto o que prevalece é a capacidade que cada um tem de levar a coisa para diante, porque a pesquisa é propriamente isso: é o avanço da Ciência; é fazer coisas que ainda não foram feitas. Isso é que é o importante.
- M.C.M. – O senhor formou muitos discípulos?
- O.F. – Não posso dizer que formei muitos discípulos; mas sim que um grande número de alunos passou por mim no Instituto e na Faculdade.
- L.F. – O senhor tem alguns nomes em especial que considere como seus discípulos?
- O.F. – Existe gente que se especializou comigo. Os primeiros trabalhos feitos no Rio Grande do Sul sobre doença de Chagas foram realizados por gente, como o Gastão de Oliveira, que saiu do meu laboratório. A organização do Laboratório de Micologia no Instituto de Doenças Infecciosas, em Buenos Aires, foi feita pelo NEGRONI que se formou comigo; ficou dois anos no meu laboratório.
- M.C.M. – Esse convívio no laboratório é uma coisa muito próxima? Como é passado esse conhecimento?
- O.F. – Trabalhando. Surgem os problemas, e estes devem ser sempre de ordem prática. Por exemplo: antigamente, eu também trabalhava numa Clínica Dermatológica e encaminhava os doentes ao meu laboratório de Micologia. Havia casos que não tinham explicação e que precisavam ser estudados; então, procurava-se colher o material aos doentes, estudá-lo e, de vez em quando, encontrava-se uma coisa nova que, então, se publicava. Aqueles que estavam trabalhando faziam a mesma

coisa, isto é, colaboravam, e, muitas vezes, os trabalhos eram publicados em colaboração. Era esse o mecanismo. Por exemplo: foi o SORDELLI, o homem que dirigiu a Microbiologia na Argentina durante muito tempo, quem designou o NEGRONI para trabalhar comigo porque viu que ele estava interessado no assunto. O NEGRONI veio e aqui passou dois anos. Como já disse, eu havia trazido uma coleção enorme de Micologia e aqui a tinha desenvolvido. O NEGRONI transplantou-a toda para lá e, a seguir, foi para a Europa e Estados Unidos fazer exatamente o mesmo que eu havia feito. Encaminhei-o para os mesmos professores com os quais trabalhara e lá ele completou sua formação. Esse foi um caso típico.

- T. – É melhor a entrada na pesquisa durante o primeiro e segundo anos do curso de formação?
- O.F. – Em Manguinhos, os que deram maiores resultados foram os que começaram como estudantes. Quanto mais cedo melhor.
- L.F. – O trabalho de campo produz um tipo de cientista diferente daquele cujo trabalho não seja de campo?
- C.F. – Realmente, às vezes, há diferenças. Há homens que só se adaptam ao trabalho de campo, como por exemplo, os que colecionam material. Temos aqui casos clássicos como o Bates que ficou onze anos na Amazônia, colhendo material e mandando-o para os Museus europeus. O Wallace também esteve na Amazônia, mas ficou menos tempo, ficou, aproximadamente um ano, indo depois para a Austrália e outros lugares. Esses são indivíduos que se interessam por isso, mas que também escrevem seus trabalhos, mas são, primordialmente, representantes de entidades no campo. O Bates foi um que ficou aqui onze anos. Há ainda muitos outros exemplos.
- L.F. – Isso significaria que seria uma ciência mais descritiva, mais classificatória?

O.F. – Sim, mas depende muito dos homens. O Bates, por exemplo, foi o homem que descobriu e deu as primeiras explicações sobre o mimetismo.

M.C.M. – Não é o Müller?

O.F. – Não, o Fritz Müller foi um dos maiores zoólogos de todas as épocas; autor da lei Biogenética Fundamental de Biologia: cada espécie sofre, na sua evolução filogenética, a partir de outros organismos mais primitivos, a mesma evolução que o embrião que passa por uma série de estados. As evoluções são paralelas: tanto a do embrião como a da espécie; a do indivíduo e a da espécie.

M.C.M. – Além disso, ele não fez também trabalhos sobre mimetismo?

O.F. – Sim, fez muitos trabalhos. Existem várias doutrinas para explicar o mimetismo: a do Bates é uma, a do Wallace é outra, etc.

M.C.M. – Esse é um fenômeno que só acontece no Brasil ou também existe em outros lugares?

O.F. – Não, ficou bem demonstrado que é geral, apesar ter sido mais estudado aqui no Brasil pelo Wallace, pelo Bates e, também, pelo Fritz Müller. Normalmente são indivíduos que se contentam e se adaptam àquela vida do interior cheia de dificuldades e de pobreza. O Fritz Müller andava praticamente andrajoso; era de uma pobreza extrema. Temos, na Antropologia, o exemplo do NIMON DAJOU que adaptou-se completamente à vida no meio dos índios; era um grande antropólogo, mas autodidata.

M.C.M. – Ainda existe desses homens da Ciência?

O.F. – Ainda, temos aqui um, que é o Dimitri. O Dimitri só faz coleópteros. Uma vez quis levá-lo para a Amazônia e incorporá-lo ao Instituto, mas ele não foi. E, não foi por questão de dinheiro porque ia ganhando três vezes mais do que ganhavam

os técnicos do Instituto, mas porque ainda não tinha biblioteca organizada; por isso ele não foi. Atualmente está internado como indigente num hospital.

M.C.M. – Ele era cientista daqui do Instituto Oswaldo Cruz?

O.F. – Não, mas freqüentava muito o Instituto.

M.C.M. – Ele não trabalha em nenhuma instituição? É um free-lancer?

O.F. – Não, não trabalha no Instituto.

L.F. – Hoje em dia haveria lugar para o cientista de campo?

O.F. – Acho que o cientista deve ser sempre as duas coisas e por isso costumo dizer aos meus alunos: – “Aqui no laboratório trabalhamos com a cabeça, com as mãos e com os pés. Quem não estiver também disposto a andar pelo mato não dará conta.”

M.C.M. – Mas andam?

O.F. – Andamos, andamos muito. Eu mesmo tenho levado turmas para o mato aqui por perto.

L.F. – E esses trabalhos de campo têm fornecido ainda resultados realmente renovadores?

O.F. – Tem dado resultados muito importantes. Agora, em Nova Iguaçu, vamos retomar os trabalhos sobre o Tinguá, onde o Mário Aragão e o Oliveira-Castro pesquisaram muito sobre ecologia de mosquito e as relações da malária com o mosquito. Esse é um trabalho muito importante.

M.C.M. – O senhor dá aula em Vassouras?

O.F. – Sim, dou aulas em Vassouras uma vez por semana. Mas lá não há recursos para nenhuma espécie de pesquisa. Apenas dou a aula, nada mais. Agora, em Nova Iguaçu se pretende fazer outra coisa.

M.C.M. – Nova Iguaçu agora tem Faculdade de Medicina também?

O.F. – Vai começar agora.

M.C.M. – O senhor também dará aulas lá?

O.F. – Darei. O ministro da Saúde vai dar a aula inaugural na próxima segunda-feira. E, com a minha cadeira, vai ficar a reserva do Tinguá, onde poderemos fazer muita coisa no campo.

L.F. – Também é importante a parte do estudo da doença feito no campo?

O.F. – É claro. Estudar malária ou esquistossomose nos doentes no laboratório, não basta. Uma parte tem que ser feita no campo.

M.C.M. – O senhor falou em resultados significativos do trabalho de campo; daria para exemplificar?

O.F. – O exemplo mais característico é o do Chagas.

M.C.M. – Mas eu queria saber na atualidade.

O.F. – Na atualidade há os trabalhos do Mário Aragão sobre ecologia de mosquito em relação à malária. São trabalhos recentes, de várias regiões do Brasil. Mário Aragão trabalhou em Santa Catarina, trabalhou aqui no Tinguá, trabalhou em vários pontos. Nessa expedição à Bolívia, em que estive, encontrei um foco de uma doença que só era conhecida no Peru, que era a chamada verruga peruana.



Foi a primeira verificação fora do Peru, e fomos nós quem fizemos; lá no Chaco boliviano, nos primeiros contrafortes dos Andes. Depois, foram verificados casos no Chile e em outros lugares.

L.F. – Os trabalhos do Mário Aragão são de que época?

O.F. – Datam, mais ou menos, de 10 anos para cá. O Mário Aragão é filho do Henrique Aragão.

M.C.M. – Acho interessante essa informação porque tem gente numa posição meio derrotista sobre a possibilidade de competirmos em termos internacionais.

O.F. – Absolutamente, isso não acontece. Há 30 anos atrás estávamos muito mais avançados do que os americanos.

M.C.M. – Em que? Em Biologia?

O.F. – Em Parasitologia, por exemplo, estávamos muito mais avançados. O Stiles tinha uma escola de Helminologia que era, pelos recursos que tinha, provavelmente, a mais desenvolvida do mundo. Mas, a nossa – do Travassos – era de igual valor. Havia quatro ou cinco escolas no mundo: a do Yamaguéhi, no Japão; a do Skrajabine, na Rússia, a do Railliet e Henry, os dois juntos em Alfort, na França; e o Travassos aqui. Essas eram as grandes escolas de Helminologia.

Em Micologia Médica, com base em Botânica, mas, aplicada à Medicina, éramos nós e os franceses; os alemães tinham, relativamente, pouca coisa. Hoje, os americanos já fizeram muito, mas ainda não estão com as coisas bem organizadas.

M.C.M. – Há uma geração nova trabalhando nisso?

O.F. – Em Manguinhos não há mais.

M.C.M. – A que o senhor atribui esse desaparecimento?

O.F. – Ao descaso dos governos e às medidas desastradas que têm tomado – quando cuidam do assunto é para fazer desastre. Basta dizer que tínhamos no Instituto, há 10 anos atrás, cerca de 150 pesquisadores e, hoje, não temos nem 20 que produzam. Desses 150 havia alguns que não produziam trabalho científico, mas auxiliavam aos outros tomando conta de certas coisas, como por exemplo, um técnico que era ótimo em tudo que se referisse a documentação fotográfica e cinematográfica e, aproveitado nisso, prestava grandes serviços. Mandaram-no embora. Por quê?

M.C.M. – Por que não publicava em revistas internacionais?

O.F. – É, não publicava.

T. – Em nível tecnológico, a ciência que se está fazendo nesses ramos, atualmente, nos Estados Unidos, é muito mais sofisticada do que a que se está fazendo aqui?

O.F. – Recebi hoje um volume do Simpósio sobre PNEUMOCYSTIS CARINII que foi descoberto aqui pelo Chagas, apesar da sua não ser a interpretação verdadeira. Depois o Carini, em São Paulo, e o Aragão, aqui, em Manguinhos corrigiram essa interpretação do Chagas. Era uma coisa que parecia não ter importância; mas com a Segunda Guerra Mundial, começaram a aparecer epidemias de pneumonia de criança na Europa Central, a princípio, de origem desconhecida. Mas, quando foram estudar mais de perto as necrópsias das crianças, acabaram identificando como sendo o parasito que estava sendo descrito aqui. Agora, com o surgimento de casos nos Estados Unidos, o Instituto do Câncer – e isso também para mostrar um pouco o valor do Instituto – acaba de publicar uma monografia monumental sobre PNEUMOCYSTIS CARINII começando pelo estudo de Microscopia Eletrônica do KARLS e com numerosa documentação. Aqui não poderemos mais fazer isso, porque, para começar, não temos mais o microscópio eletrônico e também não temos os recursos que eles têm.

L.F. – Ao ter os recursos teríamos os cientistas?

O.F. – Em muitos setores teríamos que formar novos cientistas. Protozoologia está esgotado; morreram alguns, outros mudaram de rumo – eu mesmo fui protozoologista noutros tempos. A Micologia também ficou abandonada; a Helminologia está limitada ao estudo de uns tantos grupozinhos de parasitos e não passa disso só porque não tem mais um chefe para orientar. A Entomologia Médica desapareceu. Anteriormente tínhamos uma organização que nenhum país, talvez, no mundo tivesse: dispúnhamos de um especialista para cada setor. Tínhamos o Hathaway para as pulgas; o Werneck para os piolhos; o César Pinto e o Neiva para os barbeiros; o Hugo Souza Lopes para as moscas; tínhamos vários deles para os mosquitos transmissores, anofelíneos, etc. Tínhamos um grupo completo, e se podia levar lá qualquer problema que encontraríamos um especialista. Hoje, não temos ninguém. Temos o Jordan, que, pode-se dizer, esta começando a estudar os barbeiros. Atualmente há gente interessada, rapazes bons, que podem levar a pesquisa para diante, mas, que nem sabem se serão aproveitados no Instituto. A situação lá é essa: entra gente que começa a aprender e que, no fim de algum tempo, desanima, vai embora.

M.C.M. – Nessa geração que o senhor citou, havia a preocupação de formar sucessores?

O.F. – Havia.

M.C.M. – Mas não conseguiram?

O.F. – Havia a possibilidade e havia a atração de novos elementos; o sujeito que ia fazer cursos no Instituto, se desse conta do recado, iria trabalhar nos laboratórios, e, trabalhando nos laboratórios, ele sabia que chegaria sua vez.

M.C.M. – Mas, pelo que o senhor descreveu, era uma escalada muito difícil, uma seleção muito rigorosa.

- O.F. – Era difícil, mas sempre era suficiente.
- M.C.M. – Tenho a impressão que ser muito testado fazia parte das expectativas do cientista. Ele sabia que teria de superar uma porção de dificuldades?
- O.F. – Era pelo resultado dos trabalhos que se ia avaliando cada um e aproveitando esses elementos.
- M.C.M. – Enquanto que, hoje, se aciona muito essas dificuldades para justificar...
- O.F. – Isso não vem de agora, mas sim de algumas administrações anteriores, o fato de se repetir o sujeito que queria entrar para o Instituto criando dificuldades, e não se querendo dar certas qualificações. Inclusive, há algum tempo, exigia-se que declarasse que não era candidato a nenhum lugar no Instituto. Ora, isso é o inverso do que se tem de fazer: devemos atrair e não repelir.
- T. – Esse fenômeno também não pode ter alguma relação com o estrelismo dos grandes cientistas do Instituto? Não seriam eles tão grandes que haveria pouca possibilidade de...
- O.F. – Não sei. O Chagas, por exemplo, era um excelente professor expositor. Ele empurrava o sujeito para a frente e o encaminhava, mas não era um homem de acompanhar a pesquisa. Teve muitos discípulos: muita gente se formou com o Chagas, que era a maior estrela do Instituto; maior mesmo do que o Oswaldo.
- L.F. – Era maior que o Oswaldo?
- O.F. – Como pesquisador era. O Oswaldo foi obrigado a interromper a pesquisa para se tornar administrador, mas, de modo geral, todos ajudavam a nova geração.
- M.O.M. – Quem o senhor classificaria como discípulo do Chagas?

O.F. – Em primeiro lugar o Magarinos Torres. Havia outros que eram meio colaboradores, meio discípulos, como o Vilela e também o Pena de Azevedo.

L.F. – E o Marques da Cunha?

O.F. – O Marques da Cunha formou-se com o Aragão e este, formou-se com o Prowazek. Aí já estão três gerações. E, como me formei com o Marques da Cunha, estou na quarta geração do Prowazek. Isso, sob o ponto de vista das idéias gerais. O Neiva também foi um sujeito que sempre ajudou os outros. De um modo geral não havia o estrelismo, pelo contrário.

M.C.M. – O Lutz tinha fama de ser uma pessoa arredia.

O.F. – Havia alguns, como o Muniz, que não tinham mesmo vocação para ensinar. Era difícil de se trabalhar com ele.

M.C.M. – O Lutz também?

O.F. – Era preciso compreender o Lutz. Eu e vários outros aprendemos muito com o Lutz. Mas, era preciso compreendê-lo. Ele era rude, pouco educado mesmo, mas, se lhe respondêssemos do mesmo modo não se zangava. Discuti muito com Lutz. Na viagem então que fizemos pelo Rio Paraná discutimos o tempo todo. Entretanto ficamos amigos.

Não sei se haverão muitos que não deixaram discípulos. O Muniz, apesar de tudo, foi quem formou o Gilberto Freire. Então, acho que não houve nada de estrelismo.

L.F. – Travassos tinha liderança?

O.F. – O Travassos ensinava todo aquele pessoal. Cada um tinha interesse em fazer. E, a prova disso, é que continuo dando cursos lá apesar de serem uns cursos meio

clandestinos porque, a princípio disseram-me que não poderia. O Oswaldo Cruz Filho disse-me que legalmente eu não poderia dar, mas que ele fecharia os olhos. Dei o curso de Micologia e depois tentei dar um de Protozoologia, justamente para ver se atraía gente, mas o Genard não deixou; disse-me que não podia.

L.F. – Por que essa proibição legal? Em que consistia?

O.F. – Porque quem deveria dar era a Escola de Saúde Pública e não eu, no meu laboratório. Então, com o Genard no curso de Protozoologia, aproveitei a ocasião em que ele levou lá o novo presidente da Fundação – que é o atual – para dizer-lhe: – “Vou dar esse curso de Protozoologia. Se não puder ser aqui dá-lo-ei na unidade de Saúde Pública do Município.” ao que o diretor respondeu: – “Não, o senhor dará aqui.” Assim o Genard teve de aceitar. Dei o curso de Protozoologia e ainda fiz uma “getulice” – uma maldade – dei o curso de doença de Chagas, com duração de nove aulas, senão que na última, sobre cardiologia, convidei o Genard para dar a parte de cardiopatia chagásica. E, ele deu.

L.F. – Pretendeu-se, em certo momento, separar rigidamente o ensino da pesquisa.

O.F. – Mas não pode ser separado.

L.F. – Então, o senhor fazia ensino clandestino de um lado, e pesquisa clandestina de outro.

O.F. – Durante muitos anos fiz muito Protozoologia e Micologia e tenho muita coisa nova publicada. E, se vou morrer daqui a pouco, por que não vou ensinar a ninguém? Então prefiro ir dando esses cursos, procurando atrair gente. Por exemplo, o curso de doença Chagas era para o meu pessoal do laboratório, onde tenho 14 pessoas: um homem e o resto moças, que estão trabalhando em coisas isoladas de doença Chagas e não tinham idéia do conjunto. Mas, em vez das 14 pessoas vieram cerca de 30, sendo que a média de freqüência de 27. Na última aula, a do Genard, estavam 30 presentes: pessoal do Instituto, pessoal até mais

graduado como a Dirce, a Itália, a Julia, pessoas que já chefiaram serviços lá dentro, mas que vieram acompanhar o curso.

- T. – No contato com cientistas da velha-guarda, vem muito o elemento de que “fizemos ciência apesar de não ter dinheiro; apesar de não nos pagarem, etc.” E nos jovens, não se encontra mais isso?
- O.F. – Encontra-se. Agora mesmo está no meu laboratório uma porção de gente trabalhando há anos – tem gente trabalhando há três anos – sem ganhar nada; ao contrário, gastando; com dificuldade, é claro, porque hoje a situação econômica é muito diferente. Muitas vezes essas moças são professoras ou estudantes de faculdades de Filosofia.
- T. – Mas o senhor comentou que muitas vocações se perdiam porque as pessoas acabavam desistindo.
- O.F. – Uma vez ou outra, antigamente, isso acontecia. Houve elementos que produziram e não foram aproveitados, como o Periaçu, que fez uma tese sobre mosquitos, que é clássica, e não foi aproveitado. O porquê não sei. Ainda outros, como o Parreiras Horta, a quem acusavam de não ser trabalhador.
- L.F. – É verdade que no início desse período do Instituto houve um autodidatismo muito grande? Isso foi eficiente?
- O.F. – É, até certo ponto. O Oswaldo tinha vindo com base em muitas coisas diferentes. O Rocha Lima também, porque ele teve um papel importante na formação daqueles primeiros. Na parte de Bacteriologia ele foi discípulo do Ficker que, por influência do pessoal do Instituto, acabou vindo para o Brasil e aqui morreu, depois de viver em São Paulo 30 anos.
- L.F. – O Rocha Lima, até onde sei, foi inteiramente autodidata.

- O.F. – Não. Ele aprendeu muito com o Lutz que, aliás, não era entomologista. E, o Rocha Lima tornou-se um entomologista profundo, conhecedor das coisas gerais, o que não acontecia com os demais do Instituto, que conheciam bem o seu setor, mas não tinham a idéia geral.
- L.F. – Mas o ensino que o Lutz dava era muito fragmentado; dava uma parte e só ia dar outra um mês depois.
- O.F. – Sim, era bem fragmentado. Ensinava de acordo com o que aparecia. Já o Neiva, por exemplo, tornou-se um especialista em triatomíneos – barbeiros – por si próprio, porque quando chegou o primeiro barbeiro para o Chagas ninguém sabia o que era. Então, entregaram-no ao Neiva que conseguiu classificá-lo. Depois começaram a vir outros, sendo que alguns deles eram diferentes dos que se tinha visto primeiro. O Neiva começou a distingui-los e, então, resolveu estudá-los a fundo e começou a se especializar. Foi para os Estados Unidos e Europa, não para aprender, propriamente, mas para visitar museus importantes onde sabia, pela literatura científica, que estavam os exemplares típicos das espécies. E assim se tornou o maior especialista no assunto até hoje. Sua tese para a docência da Faculdade de Medicina foi o primeiro trabalho do gênero.
- L.F. – Já que o senhor tocou nesse assunto, qual é o papel hoje, dos museus?
- O.F. – Os museus continuam a ter grande valor. Mas, hoje, se dá mais importância à sistemática dinâmica e não à sistemática estática que se tinha antigamente, vinda do Lineu, o maior sistemata da época, mas que era fixista. Hoje pensamos muito na evolução. Um exemplo, ainda, de tripanossomos e tripanossomídeos em geral: o que é *esquissotripano cruzi* e o que é *tripanossomas de ambiente*? – não é uma espécie com aquelas características inteiramente fixas que se pensava na algum tempo atrás, e sim uma população que varia conforme as condições de ambiente. Logo se percebeu que, se num ambiente o *esquissotripano* vem do tatu, ele não será exatamente a mesma coisa que um outro que vem de um rato selvagem ou de um macaco. As coisas variam um pouco. Temos que ver essas populações. E, sob



esse ponto de vista, o museu não pôde acompanhar. Ele acompanha as séries, como por exemplo, barbeiros. Um museu em condições não vai ficar com um ou dois barbeiros de cada espécie, mas sim colecionar o maior número possível e ver, então, as variações. Chega um momento em que há um limite – não varia mais além daquilo – ou, ao contrário, continua a variação e torna-se tão diferente que temos de considerar como outra espécie e não mais como a mesma. Pensamos muito em termos de populações como é o caso das leishmânias, dos esquissotrípano cruzi. Menos, talvez, a doença do sono, porque não foi estudada ainda com a doutrina fixista.

- L.F. – Por que razão o museu não poderia acompanhar essa visão dinâmica?
- O.F. – O que hoje chamam de nova sistemática – há até um livro com esse título: “New Systematics”, com uma coletânea de trabalhos sob essa orientação – já vem de longa data e os museus podem acompanhá-la; não há razão para não fazê-lo.
- L.F. – Mas não têm acompanhado?
- O.F. – Alguns têm.
- L.F. – Aqui no Brasil?
- O.F. – O nosso museu Nacional, que é um grande museu, de primeira ordem, creio que não tem acompanhado.
- L.F. – E o Museu de São Paulo?
- O.F. – O Museu Paulista não sei, não estou informado. Mas, quem criou mesmo a Zoologia no Museu Paulista foi o von Hering, o homem das idéias gerais, que compreendia todos esses problemas.
- M.C.M. – Há um Museu na Escola de Filosofia da USP, que não é o Museu Paulista. Existe

algum outro Museu de Zoologia?

O.F. – Sim, tem o do Serviço de Zoologia, mas não é do vulto do Museu Paulista que existe já há uns 70 anos, mais ou menos, – talvez seja até mais velho do que o nosso Instituto – onde existe um acúmulo de material muito grande. O Jhering era uma cabeça extraordinária; um sujeito excepcional; e, também é uma estirpe; o pai dele foi um dos maiores juriconsultos alemães – Rudolf von Hering. O von Hering abrangeu um campo imenso. Escreveu entre muitas outras coisas, um trabalho de síntese formidável que é a História do Oceano Atlântico – um livro interessantíssimo. Foi também o primeiro a mostrar que a Paleogeografia – a Geografia de tempos pré-históricos pode ser determinada a partir dos parasitos dos animais atuais, que foi o ponto que tomei para desenvolver aquelas coisas. É nessa direção; é o método chamado agora de Método de von Jhering – saído daqui do Museu Paulista.

Assim, o museu continua a ter importância fundamental, além do que é preciso guardar os documentos – um ou dois exemplares – mas é preciso guardar, colecionar.

T. – Há um projeto sobre Patologia pré-histórica. O senhor poderia nos dizer mais alguma coisa sobre projetos futuros que tenha?

O.F. – Tenho pensado em estudar mais alguma coisa além do que publiquei. Há problemas muito interessantes: um deles é o dos tripanossomídeos, sua origem até chegar ao homem; outro problema que alguns têm procurado abordar, mas que também é difícil é o grupo das tripanomatoses e a pinta – o purupuru dos nossos índios. Isso, sob o ponto de vista da evolução, é muito importante.

L.F. – O senhor chegou a fazer contato com algum museu sobre esses projetos?

O.F. – Para pesquisar certas coisas fiz, no Museu do Homem, em Paris.

L.F. – O que o senhor pretendia desenvolver agora?

O.F. – Se tivesse tempo, não é? Pois tenho já 82 anos.

O fundador do Museu do Homem – Paul Rivet – uma figura excepcional, foi quem mais insistiu na questão de que os índios da América do Sul teriam vindo pelo Pacífico. Ele tem uma série de argumentos lingüísticos, antropológicos, etnográficos, etc., que desenvolveu no volume da Enciclopédia Francesa que organizou e no livro sobre as origens do homem americano, contradizendo tudo; contrapondo-se, inclusive, à doutrina americana que acha que todos vieram pelo estreito de Behring. Quando encontrei as endodermófices aqui entre os índios, a única doutrina que podia adotar era a de que esses índios vieram pelo Pacífico e não pelo estreito de Behring, senão, teríamos as endodermofices nos Estados Unidos, no norte da China, etc., e, como não existem, o único caminho tinha que ser este.

O Rivet veio aqui com o Caullery, fazer conferências no tempo do Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura. O Caullery, grande zoólogo, e o Rivet, grande antropólogo, fizeram umas 10 conferências sobre a origem do homem americano, na Academia de Letras, e foram também a Manguinhos. O Caullery estava mais interessado em Manguinhos do que o Rivet. Quando foram ao meu laboratório, deixei o Caullery, que era muito mais ligado com os trabalhos nossos do Instituto, um pouco de lado, para mostrar ao Rivet a história das endodermófices. Ele ficou entusiasmado e logo depois, numa conferência, citou o trabalho. E, daí por diante passou a citá-lo em todas as suas publicações, inclusive na Enciclopédia Francesa, como tendo sido eu o primeiro a chegar a uma conclusão pela Patologia. Assim entrei em contato com o Rivet, e quando quis desenvolver essas coisas fui procurar o Museu do Homem que ele havia organizado, e lá encontrei material não só para as endodermófices como também para as piedras e piolhos. Para os piolhos não consegui grande coisa, mas para as piedras eles têm uma coleção imensa de cabelos vindos do mundo inteiro, e entre eles, os de muitos índios que naquele tempo estavam inteiramente isolados, colhidos há 100 anos passados pelo

Crevaux, que visitou muitas tribos que nunca haviam estado em contato com o homem europeu. Na sua coleção, no Museu do Homem, encontrei piedra, o que mostra que era uma coisa autóctone aqui, pelo menos que já vinha com esses índios.

A piedra só existe aqui, na Indonésia, na China e praticamente em mais lugar nenhum; só na América latina e sudeste asiático. Nos Estados Unidos só existe um ou outro caso, certamente ocasionados por contágio; talvez dois ou três casos conhecidos até hoje. Então, a única explicação é ter vindo por ali: Bornéu, Java, Vietnam, Tailândia e aqui entre os índios; e, dos índios passou para nós.

L.F. – Como o senhor vê a receptividade do seu trabalho dentro da comunidade acadêmica? Não foi com um pouco de espanto?

CF. – A princípio foi. O primeiro a reagir foi o Lutz, e reagiu de modo taxativo. Quando apresentei o primeiro trabalho na Sociedade de Biologia, ele, positivamente, disse que não acreditava: – “isso não é toquelau; é uma forma de pitiríase versicolor.” Tentei mostrar-lhe que não era possível porque a pitiríase versicolor aparece na lesão, enquanto que o parasito que encontrei surge de modo completamente diferente. Então, me comprometi a levar, na sessão seguinte, as culturas para lhe mostrar. Fiz isso e assim ele se convenceu. Essa foi a primeira resistência que encontrei. Depois houve resistências interessadas, mas aí foi outra coisa.

M.C.M. – O que o senhor chama de resistências interessadas?

O.F. – Eram pessoas que queriam combater a mim pessoalmente e foram dizer que aquilo já estava descrito. É a tal história que o Humboldt descreveu: feita uma cobertura, primeiro duvida-se: – “não é verdade” – depois admite-se que não tem importância: – “é coisa sem importância” – e, depois, quando se vê que é importante, atribui-se a um outro. Eu passei pelas mesmas fases: a princípio não acreditaram; depois os americanos disseram: “não, isso é cogumelo de solo; dá em qualquer lugar”, portanto, não tinha importância para o caso da imigração dos

índios; e depois foi o grupinho da oposição aqui que disse: “não, isso já existe no trabalho de...”.

M.C.M. – Essa competição dentro da comunidade científica é muito difundida? É uma competição maligna?

O.F. – Bastante. São oficiais do mesmo ofício. Mas agora estão voltando atrás. Os americanos já admitem, e mesmo o AJELO já diz claramente que eles vieram mesmo com os navegantes, mas que agora precisávamos saber se vieram da Indonésia ou da Indochina para cá ou se foram daqui para a Indonésia, como prega o grupo do Kon-Tiki.

M.C.M. – Nessas vezes que conversamos com o senhor, aparecia sempre os administradores como os grandes empecilhos para o desenvolvimento da Ciência.

O.F. – Mais os governantes do que os administradores.

M.C.M. – O senhor também mencionou questões internas dentro do próprio campo científico. Isso tem peso?

O.F. – Tem, porque às vezes desanima a pessoa que não encontra apoio porque tem um grupo que não concorda, que diz que é diferente. O Chagas sofreu uma campanha tremenda. Na Europa encontrei em cima de uma mesa o trabalho do Vasconcelos contra o Chagas e isso se refletiu no livro do Brumpt. Há edições do Brumpt completamente contrárias às idéias do Chagas, embora depois tenha voltado atrás. Isso aconteceu muito também em Manguinhos. Nunca publiquei essa parte, mas ela está relacionada desde o tempo do Oswaldo.

Houve dois fatores no tempo do Oswaldo que provocaram essa divisão do pessoal de Manguinhos: um foi o caso das patentes, principalmente a da vacina contra o carbúnculo sintomático – a vacina da manqueira – em que muitos trabalharam, cada um contribuindo com uma coisa, mas que, não sei como, o Alcides Godoy

verificou que era questão de açúcar no meio que permitia a diminuição da virulência, etc., tirou a patente e começou a explorá-la no Instituto.

Um grupo não se manifestou claramente, mas não gostou: eram os que também tinham estudado a peste da manqueira e achavam que deviam ter parte naquilo. O Instituto vendia largamente para a República Argentina, para o Uruguai e também para o Brasil, sendo que o Godoy tinha 5% do lucro, o que era uma parcela pequena, mas como o vulto era muito grande, isso foi uma razão para desavenças. Dizem até que foi uma das razões pela qual o Rocha Lima foi para a Alemanha. O Gomes de Faria também se afastou um pouco do Instituto por causa disso. Depois houve a questão Moses. O Arthur Moses trabalhava no Instituto – isso foi já no meu tempo; a questão da vacina foi anterior – havia sete anos, quando surgiu uma vaga, creio que a do Rocha Lima, e o Oswaldo nomeou o interino, mas não o efetivou. O Moses ficou sete anos como interino. Um belo dia, ele pediu ao Oswaldo uma carta onde afirmava que tinha dado boas contas do seu trabalho, e, com essa carta, foi de senador a senador – isso vim a saber depois pelo senador José Eusébio, do Maranhão, que era muito ligado a pessoas de minha família – para obter uma emenda no orçamento efetivando-o. Naquele tempo nenhuma emenda no orçamento podia ser vetada; se se vetasse uma emenda o orçamento todo era vetado. Era um absurdo, mas, em todo caso, era assim. Desse modo, o governo não pode vetar a emenda, mas o Oswaldo disse que poderia deixar a direção do Instituto, que não nomearia o moço.

Nisso passaram-se dois anos; morreu o Oswaldo, veio o Chagas que, diplomaticamente, arranjou um bom lugar para o Moses que desistiu da nomeação indo ocupar o cargo de chefe de laboratório no Serviço de Veterinária do Ministério da Agricultura, em que a remuneração era muito maior. Assim foi resolvida a questão Moses. Mas ficou a divisão: aqueles que apoiaram o Oswaldo e aqueles que apoiaram o Moses. O nosso amigo Travassos foi um dos que apoiaram o Moses e nunca mais deixou de fazer oposição a todos os diretores do Instituto. Veio o Oswaldo, veio o Chagas, veio o Fontes, veio o Aragão, vim eu, e ele sempre chefiando a oposição. Ao seu lado havia mais dois ou três; não mais

que isso. Uns até recuaram. Havia também o Dutra que também ficou até o fim e depois se afastou do Instituto, nunca mais aparecendo lá. Assim, a divisão em Manguinhos veio, sobretudo, da questão Moses.

O Moses era um cidadão que conhecia bem a temática, mas notabilizou-se pelas coisas erradas que fez; foi como o Fontes, com a filtrabilidade do bacilo tuberculoso, que ninguém admite hoje e que também ninguém admitia na época, mas que fez sensação, muita gente acreditou, o que valeu a nomeada do Fontes.

O Moses também nunca fez nada de novo e essa foi a causa do Oswaldo não querer nomeá-lo. Quando foi feita pela primeira vez, na Alemanha, a reação de Wassermann, ele fez aqui também: repetia aquilo que já estava feito. Tudo o que se fazia na Alemanha – ele levava a vantagem de saber alemão – o Moses repetia aqui. Muita coisa dele foi assim

Agora, o Moses era um sujeito impassível. Como eu estava do lado do Oswaldo, nunca mais falei com ele, mas, no dia do meu casamento, chegou um presente dele. O que que eu poderia fazer? – Devolver-lhe o presente?

M.C.M. – Devia ser um bom político, para acabar sendo presidente da Academia Brasileira de Ciências.

O.F. – Sim, era bom político. Foi para a Academia e fez um trabalho muito bom. Inclusive, pediu-me para fazer a biografia do pessoal antigo que conheci. Assim, fiz a do Gaspar Viana, a do Neiva, fiz a de um fitopatologista do Jardim Botânico e de vários outros a pedido do Moses.

T. – Já que falamos na Academia, qual é exatamente o papel da Academia Brasileira de Ciências?

O.F. – Reunir os cientistas, estabelecer contatos – os contatos têm muita importância para a troca de idéias – oferecer oportunidades para a apresentação dos resultados

através da publicação das revistas, promover certas iniciativas, o que as nossas Academias, até certa época, não faziam, agora começam a fazer.

Hoje a Academia de Ciências tem um programa de auxílio à pesquisa. A Academia de Medicina, ainda tateando, também está fazendo alguma coisa nesse sentido: apoiando cursos, etc. Esse é o papel principal.

T. – O senhor disse reunir cientistas; mas, no entanto ela reúne apenas uma parcela muito pequena.

O.F. – Sim, na verdade é uma parcela muito pequena. O Lutz sempre se opôs a isso; ele dizia: – “esse negócio de limitar número, não. Por que seu fulano não pode entrar? Ele não é competente? Por que são 40 e não 41?” Ele sempre se bateu contra. Mas, tem sido tradição limitar o número; e isso também para não colocar gente demais, inclusive incompetentes. Já os americanos não fazem isso. As academias americanas têm uma enxurrada de gente de todos os calibres. Na academia de Ciências de Nova Iorque qualquer um pode entrar.

M.C.M. – A nossa Academia sempre se caracterizou por uma atuação muito apolítica. O senhor concorda com essa posição?

O.F. – Acho que a Academia deve ser apolítica.

M.C.M. – Ela não poderia funcionar como uma força de pressão das reivindicações dos próprios cientistas diante do governo?

O.F. – Não. Acho que ela pode, até certo ponto, influir no governo impedindo que faça pressões sobre os pesquisadores; mas que tenha mesmo um papel político, não.

M.C.M. – Como o senhor acha que os cientistas deveriam se fazer representar diante do governo?



- O.F. – Na Rússia, por exemplo, a academia é oficial, é um órgão do governo.
- T. – E aqui não é?
- O.F. – Aqui, a Academia de Medicina foi criada como órgão consultivo.
- M.C.M. – Ela foi criada no século XIX. Hoje ainda se mantém com essa característica?
- O.F. – Mantém. Ela foi criada como órgão consultivo; depois deixou de sê-lo; agora está voltando.
- M.C.M. – Quando os cientistas consideram que uma determinada atitude do governo é absurda, qual o senhor acha que deveria ser o canal para fazerem valer a sua voz? Através de que órgão?
- O.F. – Acho que é mais iniciativa individual do que qualquer outra. Às vezes a Academia manda uma moção ao governo. Eu mesmo tenho procurado apoiar o Instituto através da Academia de Medicina.
- M.C.M. – O senhor acha que uma organização como a SBPC tem lugar?
- O.F. – Sim. Um voto de uma sociedade dessas tem peso junto ao governo.
- L.F. – Qual é a relação entre a Academia Brasileira de Ciências e a Academia Brasileira de Medicina?
- O.F. – Não há relação: são baseadas quase que em princípios diferentes; são modos de ação diferentes. A Academia de Medicina vem ao Pedro I, a princípio com sua oposição porque achava que tudo quanto era sociedade científica ou literária podia tomar o caminho político – entrar na oposição – assim ele estava se opondo quando um dos ministros mostrou-lhe que não era possível, tanto mais que a sociedade tinha proposto seu nome para patrono. Só assim ele se convenceu e deu

autorização. A Academia ficou sendo um órgão consultivo.

Naquela época, tudo que se referia à Saúde Pública, a ensino médico, e também todas as reformas de ensino, saíram da Academia de Medicina. Agora, volta um pouco porque o atual governo tem consultado a Academia.

M.C.M. – E o engraçado é que se decidiu questões científicas por voto como na questão da febre amarela, onde votaram pró e contra.

O.F. – Sim, houve voto contra com o Lutz.

T. – Isso quer dizer que, nesse sentido, a Academia Brasileira de Ciências não é bem um órgão de representação dos interesses do cientista?

CF. – Oficial, não é. Ela pode tomar a defesa dos cientistas, mas como uma coisa colateral. Não é a sua função, como também não é da Academia de Medicina. Academia é o sindicato médico.

L.F. – A Academia de Ciências foi fundada em que ano?

O.F. – Aproximadamente, em 1914; não sei a data exata. Como a de Medicina, era também uma sociedade. Depois é que passou a Academia.

M.C.M. – O senhor vê a possibilidade dos cientistas se organizarem como uma força ativa? O senhor falou em ação individual, não haveria alguma possibilidade de uma ação coletiva?

O.F. – De modo geral, acho contrária ao espírito do cientista. Talvez, agora tivessem mais possibilidade por causa da importância que tem tomado a pesquisa científica, inclusive, na defesa nacional, como no caso da bomba atômica.

M.C.M. – O senhor chegou a ter alguma relação de financiamento com o CNPq?

O.F. – Tive um programa no Brasil Central.

M.C.M. – E como o senhor se deu?

O.F. – Não muito bem porque acharam que o programa era muito ambicioso e o que me deram não dava para fazer o que se pretendia.

A minha idéia era a seguinte: o Chagas havia descrito aquelas formas nervosas todas – uma multidão de coisas – que foram sendo verificadas e eliminadas do quadro da doença de Chagas. Mas, então, surgiu a pergunta: Se não é doença de Chagas, o que é? – Quase tudo eram coisas vistas em outros lugares, mas em pequena escala; era pequeno o número de casos. No entanto, no Brasil Central era uma escala enorme e então, tratava-se de procurar quais eram os fatores que podiam estar intervindo. Fiz duas hipóteses: A primeira delas seria vírus – naquele tempo já se sabia que havia muitos vírus, mas, depois, verificou-se ainda muitos mais: perto de uma centena haviam sido descritos no Brasil Central e na Amazônia. Então, tratava-se de fazer um programa grande de vírus para poder resolver a questão. A outra hipótese que levantei foi a da radioatividade natural – “background” radioativo. Há regiões de Minas e de outros lugares em que o “background” – a radioatividade do solo, das rochas da região – é 200 vezes superior ao do Rio, por exemplo. Essa hipótese causou uma completa repulsa no Conselho de Pesquisas, inclusive o Chagas Filho achou que era um programa imenso e que não era possível ser feito. Mas, depois, eles mesmos foram procurar saber se o “background” não estaria realmente influenciando, mas não chegaram a nenhuma conclusão, porque era necessário fazer a pesquisa em grande escala e isso o Conselho não quis fazer.

T. – Como o senhor vê a representação do cientista junto ao Conselho Nacional de Pesquisa?

O.F. – Está razoável. No meu tempo – servi durante 11 anos no Conselho Nacional de

Pesquisa – era razoavelmente bem representado.

T. – Conselho agora é um instrumento dos cientistas ou não?

C.F. – O Conselho teve uma influência enorme no apoio ao cientista. Havia instituições que estavam quase mortas como o Jardim Botânico e o Observatório Nacional estavam parados e o Museu Nacional, que em grande parte também estava parado. A influência foi, realmente, enorme.

T. – Houve época em que a influência dos cientistas no Conselho foi maior do que atualmente?

O.F. – Atualmente não sei bem, mas creio que no tempo do Álvaro Alberto era muito maior, muito mais equitativa. Em primeiro lugar, havia representantes vindos de muitos estados, desde o Rio Grande do Sul até Pernambuco. Do norte não havia, mas vinham de Pernambuco, uns poucos da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, do Rio Grande do Sul; procuravam-se os melhores elementos em qualquer estado. Também, de um modo geral, era gente mais graduada.

O Conselho foi criado sob a influência da bomba atômica, por isso a predominância era dos físicos e daqueles que tinham mais ou menos formação em assuntos de radioatividade. Assim, os físicos pesavam mais. Mas, procurava-se atender a todos os ramos. O que menos foi atendido foi o médico porque havia cinco ou seis médicos que sempre achavam que o projeto não estava bom; e, também o espírito de outros que não eram médicos e que achavam que o que eles queriam era aproveitar para aumentar suas clínicas. Então, não tinha relação nenhuma. Por exemplo: Jairo Ramos tinha problemas de circulação que deviam ser estudados, mas disseram que seu interesse era devido a ele ser clínico e querer aumentar o seu prestígio clínico. Encontrou oposição como muitos outros encontraram, já os agrônomos, todos os processos ou projetos passavam: uns muito bons, outros fracos, mas tudo passava. Esses são pequenos defeitos, mas, de modo geral, o papel do Conselho foi enorme. Pela primeira vez os cientistas

tiveram, no Brasil, um ponto de apoio, e é aí, justamente, que está toda a defesa através do Conselho. E quem mandava no Conselho era mesmo o pessoal técnico: o Álvaro Alberto tinha uma influência enorme junto dos que o organizaram mas procurava o apoio técnico naquilo que não entendia. O período do Álvaro Alberto é o que considero o melhor do Conselho.

T. – Acho que deve ser. É também o caso da nossa organização; sem isso não se compreende os problemas. Haverá, talvez, uma pessoa excepcional que não formação científica e que compreenda, mas são figuras excepcionais raramente encontradas.

T. – Como o Álvaro Alberto?

O.F. – O Álvaro Alberto era professor de Química.

L.F. – Ele era cientista também?

O.F. – Ele trabalhou muito. Não sei se fez coisas novas, mas conhecia muito o assunto; tanto que aqui ele e o Carneiro Felipe eram os únicos que puderam compreender o que era a bomba atômica. A bomba atômica chegou como uma surpresa para todo mundo; só quem compreendeu logo do que se tratava foram os dois. O Álvaro Alberto tinha outras qualidades, sendo uma delas o seu caráter duro, de enfrentar qualquer um, como teve que enfrentar na Comissão das Nações Unidas, o problema da internacionalização de recursos naturais, da hielia amazônica e uma porção de coisas desse tipo. E, sempre apoiou. Ele teria um defeito, que era o de dar apoio demais: havia muita gente que ia procurá-lo para pedir alguma coisa e ele concordava; talvez esse fosse o seu ponto fraco. Mas, com isso auxiliou muita gente. Está claro que nunca se tem 100% de resultado na administração da pesquisa científica. Se tentarmos formar 10 pesquisadores só vamos conseguir formar, provavelmente, um ou dois; os outros não conseguem, não correspondem. O mesmo acontece com as outras coisas: os projetos vão dar um resultado, mas esse resultado não será sempre aquele que a gente procura; não será na mesma

proporção.